UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

KAREN SUSAN SILVA PITINGA DA ROSA

Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana.

(Versão Corrigida)

São Paulo

2020

KAREN SUSAN SILVA PITINGA DA ROSA

Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Francione Oliveira Carvalho

(Versão Corrigida)

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R789p Rosa, Karen Susan Silva Pitinga da
Políticas Públicas para a inserção e permanência de
travestis e transexuais no ensino superior: Um
estudo de caso da Universidade Federal Da Integração
Latino-Americana / Karen Susan Silva Pitinga da Rosa
; orientador Francione Oliveira Carvalho. - São
Paulo, 2020.
135 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Políticas públicas. 2. Travestis e transexuais.
3. UNILA. 4. Inserção. 5. Permanência. I. Carvalho,
Francione Oliveira, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Karen Susan Silva Pitinga da Rosa

Data da defesa: 28/02/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Francione Oliveira Carvalho

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/04/2020

ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. **Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior:** Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira Instituição: Universidade Federal do Paraná

Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr. Roney Polato de Castro Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida Instituição: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo

Julgamento_____ Assinatura_____

Dedicamos este trabalho a todas travestis, mulheres transexuais e homens trans de nossa América Latina, que apesar de serem inviabilizados, marginalizados e assassinados, são exemplo de luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas que depositaram sua confiança em mim e principalmente neste trabalho, Gabe, Conrado, Wall, Renata, Kathy, Alessandra, Emanuely, Milena, Antonella, Xayenne, Noah e Leo, vocês me ensinaram muito nesse pouco tempo que estive com vocês e não existem palavras para mensurar o quão agradecida eu sou por poder tê-los conhecido. Espero que este trabalho faça jus as suas histórias e que com ele, a reflexão sobre políticas públicas possa avançar a fim de que outros que virão não precisem enfrentar a violência transfóbica em espaços acadêmicos.

A meu orientador, que me apoiou neste trabalho desde o primeiro momento, ofereceu seu tempo e paciência e viveu comigo este projeto de investigação e intenso estudo. Francione: obrigada pela escuta sempre atenta, pelas reuniões em Foz, mesmo estando de férias, o senhor é um excelente orientador que me permitiu crescer como pesquisadora... Obrigada por sempre estar presente quando eu precisei, levarei essa experiência para minha carreira como docente.

Ao Programa de Pós Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, por me permitir ter grandes professores, que ademais de exercerem a profissão brilhantemente, são pessoas fantásticas, engajadas com a comunidade e com o projeto interdisciplinar do programa. Obrigada por me permitirem desenvolver essa pesquisa com vocês e aprender tanto nessa trajetória.

À minha amada mãe, por sonhar comigo e me incentivar sempre, não sei o que seria de mim sem o seu amor. Sou grata por sua vida e por conseguir concluir este trabalho com a senhora presente, sua saúde e bem estar sempre serão minhas maiores prioridades.

À meu parceiro na vida, Manoel. Tenho muito a te agradecer, você tem sido meu companheiro e amigo nesses 7 anos, obrigada pelas madrugadas acordado ao meu lado, por sempre ser tão positivo e carinhoso. Seu apoio e entusiasmo com os meus sonhos, tornam meus dias mais nublados melhores.

À meus avôs, Dona Iracema e Seu João, agradeço por sempre estarem presentes e mesmo sem entender o porque estudo tanto, continuarem me amando e me acolhendo, mesmo sendo está neta tão ausente.

À minha irmã Cássia e a sobrinha linda que ela me presentou, vocês fazem meus dias melhores e mais felizes. Espero que futuramente possamos nos ver com mais frequência e assim brincar mais.

À família MD tour que possibilitou minhas idas e vindas de Foz a São Paulo, desde a prova de ingresso no mestrado até a defesa. Nessas longas horas de viagem fiz bons amigos e pude conhecer melhor a trajetória de tantos trabalhadores informais, vocês tem toda minha admiração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de mestrado, sem ela talvez essa dissertação nem se concluiria.

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.(FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*, 1996).

RESUMO

ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. **Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior:** Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O presente trabalho pretende discutir por meio do estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, a necessidade em se discutir políticas públicas de inserção e permanência para pessoas trans no ensino superior. A escolha por realizar esta pesquisa nesta instituição se deveu a sua missão em promover a integração dos povos latino-americanos, amparada pelo interesse em buscar compreensão cultural, superação de preconceitos e do etnocentrismo. Sendo assim, nos perguntávamos como uma universidade com um projeto educativo com parâmetros tão inclusivos estaria inserindo pessoas trans. A partir das entrevistas realizadas com estudantes da instituição, bem como, com a comunidade trans de Foz do Iguaçu, nos propomos a compreender o projeto e a prática desta instituição, assim como do território, uma vez que a região onde a mesma está localizada em si, já levanta inúmeros estudos. O campo realizado, assim, não somente demonstrou que as práticas transfóbicas permeiam o território, como também as instituições como a saúde e a educação. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi o de evidenciar a necessidade e a urgência em se pautarem políticas públicas de ação afirmativa, a fim de não somente inserir esta população, mas também em se frear as constantes práticas transfóbicas que ocorrem dentro dos espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Travestis e transexuais; UNILA; Inserção; Permanência.

ABSTRACT

ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. **Public policies for the insertion and permanence of travestis and transsexuals in higher education:** a case study of Universidade Federal Da Integração Latino-Americana.. 2020. 131 f. Dissertation (Master Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This paper intends to discuss through the case study of the Federal University of Latin American Integration - UNILA, the need to discuss public policies of insertion and permanence for transgender people in higher education. The choice to carry out this research in this institution was due to its mission to promote the integration of the Latin American peoples, supported by the interest in seeking cultural understanding, overcoming prejudice and ethnocentrism. Thus, we wondered how a university with an educational project with such inclusive parameters would be inserting trans people. From the interviews with students of the institution, as well as with the trans community of Foz do Iguaçu, we propose to understand the project and the practice of this institution, as well as the territory, since the region where it is located in itself, it already raises numerous studies. The field thus realized not only demonstrated that transphobic practices permeate the territory, but also institutions such as health and education. Therefore, the objective of this research was to highlight the need and urgency to follow affirmative action public policies, in order not only to insert this population, but also to curb the constant transphobic practices that occur within academic spaces.

Keywords: Public policy; Travestis and transsexuals; UNILA; Insertion; Permanence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Impacto da família	53
Figura 2	Matéria revista Veja sobre a UNILA	92
Figura 3	Matéria revista Época sobre a UNILA	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação dos entrevistados	31
Tabela 2	Relação dos trabalhos sobre educação e pessoas trans	41
Tabela 3	Relação de políticas públicas para pessoas trans	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Trabalhos sobre pessoas trans e educação	43
Gráfico 2	Concentração das pesquisas por campo	44
Gráfico 3	Teses e dissertações por região	45
Gráfico 4	Relação políticas públicas versus pesquisas	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA DE MALHÚ	Associação das Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu
CDHMP	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIVERSITAS	Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos
E-SIC	Sistema Eletrônico Do Serviço Ao Cidadão
MEC	Ministério da Educação e Cultura
UNIFOZ	Faculdade Unificada de Foz do Iguaçu
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O TRAJETO INICIAL DA PESQUISA	25
1.1 DE ONDE SE PARTIU E EM QUE LUGAR NOS SITUAMOS	25
1.2 DIFICULDADES	39
1.4 SITUANDO O PROBLEMA	48
1.5 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	51
1.6 CRITÉRIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	54
1.7 CORPUS	58
1.7.2 <i>Arquivos dos Documentos Disponibilizados pela Transgender Europe</i>	59
1.7.3 <i>Entrevistas</i>	59
2 AS FRONTEIRAS DE UMA UNIVERSIDADE: O TERRITÓRIO TRINACIONAL	61
2.1 REVENDO OS CAMINHOS PARA OS ESTUDOS DE FRONTEIRA E PESSOAS TRANS	62
2.2 FOZ DO IGUAÇU	66
2.3 PESSOAS TRANS E O DIREITO A CIDADE	68
2.4 SITUANDO A CASA DE MALHÚ	73
2.5 VIDAS TRANS NA TRÍPLICE FRONTEIRA	75
2.5.1 <i>De um lado da fronteira: Argentina</i>	76
2.5.2 <i>Do outro lado da fronteira: Paraguai</i>	78
2.5.3 <i>Entre as fronteiras: Brasil</i>	79
2.6 ENTRE FRONTEIRAS E ATRAVESSAMENTOS DE DIREITOS	80
3 EM BUSCA DE INTEGRAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO: A UNILA	83
3.1 UMA UNIVERSIDADE DIFERENCIADA	84
3.2 AOS OLHOS DA COMUNIDADE: UNILA E PESSOAS TRANS	87
3.3 PROBLEMAS E ENTRAVES	95
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS TRANS: UM DEBATE NECESSÁRIO	104
4.1 PORQUE POLÍTICAS PÚBLICAS ?	104
4.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS	111
4.3 POLÍTICAS TRABALHISTAS	114

4.4 POLÍTICAS PARA A SAÚDE	116
4.5 POLÍTICAS ESPACIAIS	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

De quem e para quem serve o sistema educacional? Muito embora uma onda de democratização do ensino tenha se instaurado em alguns países latino-americanos como o Brasil e Colômbia¹ mediante políticas educacionais mais inclusivas, não se pode esquecer que o ensino superior integra um sistema hierarquizante, que através das posições sociais de classe, raça e gênero se volta a formação das elites e de padrões pré-estabelecidos. O acesso e a permanência neste sistema, não é tão democrático como vislumbra ser, Bordieu e Passeron (1992) há muito tempo já haviam apontado como este sistema não é neutro, e que muito pelo contrário do que se pensa, colabora para a transmissão de uma cultura dominante, que mantém as hierarquias sociais. Como este sistema realiza isso? Através das escolas e consequentemente das universidades, onde a formação é realizada para crianças, jovens e respectivamente adultos, mediante a transmissão de saberes permeados de regras institucionais e de ordem social. Logo quando Bourdieu e Passeron (1992) se referem ao sistema de ensino como contribuidor histórico na reprodução das elites, por transformar o privilégio social em mérito individual, se compreende que o sistema de ensino e nesse caso a escola, está marcada por questões políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas e históricas que a limitam em se transformar em um espaço realmente democrático e inclusivo. Embora essa obra reflita uma realidade europeia e compreendendo que as especificidades brasileiras e mais ainda latino-americanas, podem modificar esse fato, a utilização desta obra em um primeiro momento foi essencial para a construção crítica desse trabalho.

O ensino superior é ainda hoje um privilégio, mesmo que atualmente haja inúmeros esforços no campo da educação para produzir práticas de ensino inclusivas, transformadoras e politizadas, ainda é um fato que a universidade resiste a normatização das identidades sexuais de gênero com base em padrões hegemônicos. Com base nisso, é necessário compreender que a universidade não se volta única e exclusivamente para a formação intelectual, esta também é um espaço que separa, exclui e acirra ainda mais as desigualdades, participando da manutenção das relações de poder. Recordando que a posição que esta ocupa em nossa

¹ Colômbia conta com uma ampla legislação no âmbito educativo, onde se pode destacar a obrigação dos municípios e departamentos de inclusão em seus planos educativos propostas de etnoeducação do ensino pré-escolar até o nível médio. No ensino superior a Universidade de Colômbia conta com programas de acesso a diferentes setores da educação superior, desde 1986. As demais instituições do país contam com programas de admissão especial para ingresso de minorias. Vale recordar que após o Brasil, Venezuela e Colômbia são os países com maior população afrodescendente na América do Sul. Para acompanhar esses dados sugere-se os materiais da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (2017, p. 123-129) e León, Holguín e Díaz-Romero (2005, p.143-213).

sociedade, assegura a ela o espaço conhecido como marcado pela inteligência e lucidez, ao mesmo tempo em que é afastado da violência, da irracionalidade e da incivilidade, embora não seja assim que na realidade ocorre. Deste modo, pode-se assim constatar que este espaço vem para restringir a diversidade, a fim de manter a ordem social estabelecida (NARDI et al. 2013).

Os problemas correspondentes a esta instituição, são antigos como exposto, no entanto para que esta lógica possa mudar tornando o ensino um mecanismo que estagne as desigualdades, é preciso desconstruir estes mecanismos, enfatizando na promoção de políticas educacionais inclusivas para todos, especialmente para aqueles que são vistos pela sociedade como abjetos.

No que concerne a exclusão do sistema de ensino, e com destaque o ensino superior, o grupo conformado por pessoas trans é ainda hoje na universidade uma fala perpassada por discriminações e ausências. Apesar dos avanços quanto a inclusão através de políticas afirmativas, garantindo a inclusão de indivíduos historicamente excluídos, o mesmo avanço não ocorreu relativo a gênero, e até hoje, um dos grupos mais marginalizados e oprimidos em nossa sociedade, ainda sofre por muitas vezes não ter seu nome social em uma instituição de ensino reconhecido, ou por não poder utilizar banheiros e vestiários de acordo com sua identidade de gênero.

Vale recordar que é muito recente a representação de pessoas trans em papéis em novelas e filmes, bem como, com notícias positivas sobre conquistas da comunidade e não somente atreladas a características negativas. No âmbito acadêmico, de mesma forma é muito recente a inclusão e a contribuição que a própria comunidade realiza nas pesquisas acadêmicas, deixando de ser objetos de estudos e passando a contar suas próprias histórias, como são os casos de Luma Nogueira de Andrade e Megg Rayara de Gomes de Oliveira, que se tornaram respectivamente, a primeira travesti doutora (2012) e a primeira travesti negra doutora (2017).

É nesse ponto de convergência entre um sistema que vislumbra ser inclusivo, mas que adota uma série de normas que controlam e regulam, um espaço que deveria ser para todos, mas que restringe a diversidade e hierarquiza as relações sociais, que se inscreve este projeto de pesquisa. Que parte da análise da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, uma universidade pública de âmbito federal, localizada em Foz do Iguaçu, que busca na educação a integração dos povos latino-americanos. Porém questiona-se, como questões tão importantes como gênero, estão pautados nesta proposta? E de que maneira

pode-se criar um modelo de educação para a diferença e simultaneamente para igualdade destes povos?

Contexto das Políticas Públicas para população Trans

A população trans tem sido historicamente marginalizada pelas políticas neoliberais na América Latina, sabendo-se que o neoliberalismo, não se reduz somente a pacotes econômicos, visto que este possui grande influência na formulação de políticas públicas de cunho social (SENKEVICS, 2014).

Na economia política introjetada pelo neoliberalismo, o objeto de análise já não é mais o Estado e os processos econômicos, mas sim a “própria sociedade, suas relações sociais, as sociabilidades, o comportamento dos indivíduos etc” (COSTA, 2009, p. 174). Isto faz com que as atividades e o comportamento dos indivíduos, sejam programados e controlados em suas formas de “agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação” (COSTA, 2009, p.178). Nestes processos, os princípios econômicos e normativos da sociedade, induzem os indivíduos a ‘modificarem a percepção que têm de suas escolhas na vida, para se adaptarem cada vez mais a essa lógica de mercado (COSTA, 2009, p. 174). Quem não se submete ou busca maneiras distintas para se expressar, fica à margem deste sistema, não só na lógica de mercado, mas também nas políticas públicas do Estado.

Sierra e César (2014) explanam isso muito bem com a noção de viabilidade-moral-econômica, expondo que os sujeitos LGBTI² (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais) se ajustam a processos de classificação, normalização e correção, para que seus modos de corpos e vidas, sejam ajustados a partir da heteronormatividade, que institui a lógica identitária como recurso à inclusão na esfera social, jurídica e educacional. Isso faz com que esses sujeitos necessitem se ajustar a um princípio moral e econômico. Partindo desta lógica, pessoas trans não necessitam atender somente aos desígnios morais, mas agora também aos aparatos do mercado que regulam a produção deste, instituindo,

quais os corpos e quais as práticas sexuais e afetivo-amorosas atendem ao projeto de utilidade-rentabilidade que a ordem do consumo e do trabalho neoliberais apregoam como necessárias ao projeto de consolidação do sujeito de direito e de sua consequente e paradoxal exclusão pelo mesmo sistema jurídico-econômico que o criou e diz incluí-lo. (SIERRA, CÉSAR, 2014, p.38)

² Utiliza-se esse padrão como referência ao utilizado pela academia, embora saibamos da expressiva quantidade de siglas atualmente utilizadas para se referir a comunidade: LGBTQ, LGBTQI+ e LGBTQICAPF2K+.

Sierra e César (2014, p. 38), exemplificam como o trabalho é uma “conduta econômica, que é racionalizada, praticada e calculada por aquele que a exerce”, expondo que hoje, a aquisição de competências adequadas para se estar inserido no mercado, vislumbra muito mais que corpos, mas “corpos viáveis”, e é com base nesta lógica, que pessoas trans não possuem espaço neste sistema, por até hoje terem seus corpos vistos como patologizados.

A interferência e a voracidade com que o sistema neoliberal se impõe na vida dessa população, ainda hoje é invisível de certo modo, uma vez que o estabelecimento de corpos viáveis e de um princípio de viabilidade-moral-econômica (SIERRA, 2013), dificulta não só o encontro de um emprego formal, mas o acesso a serviços básicos como a saúde, ademais da inclusão na esfera jurídica, social e educacional. A luta no interior da comunidade LGBTI, diz respeito a esse lugar de direitos e benefícios que as pessoas trans, não tem asseguradas uma vez que existem “diferentes pontos referenciais de permanecer no jogo, quem merece e quem não merece acessar os benefícios e direitos conquistados” (SIERRA, 2013, p.76). Desse modo, é preciso perceber que o processo de inclusão de pessoas trans nessa ordem, está intimamente ligado a relações de poder e a um processo de governo da população LGBTI, que insere alguns e que exclui outros.

No caso do sistema de ensino, mesmo não sendo o único organismo que exclui, é o que mais fortemente mantém a reprodução das formas de dominação e consequentemente a manutenção das desigualdades e hierarquias sociais. Pondo em análise como o neoliberalismo afeta ambos os contextos aqui explanados, se faz necessário compreender que a população trans é agredida amplamente e que sua inclusão no sistema de ensino significa postular um país mais inclusivo.

A temática de inclusão dessa comunidade não se limita somente a políticas públicas, mas também se faz essencial na discussão dos Direitos Humanos na América Latina passar por demandas contemporâneas. E é com base nesse entendimento que se utiliza a Universidade Federal da Integração Latino-Americana como locus de investigação, já que seu projeto se pauta na educação como forma de integração dos povos e que possui como missão o “conhecimento humanístico, científico e metodológico e de cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais” (IMEA, 2009, p.9).

UNILA como locus de pesquisa

Criada em 2010, a partir de uma forte base intercultural, o projeto que concebeu a UNILA se preocupou com a diversidade, como explana Gentil Corazza, ex-professor da universidade:

A preocupação em compreender a América Latina como um todo, em sua unidade e diversidade, deverá ser o ponto comum capaz de unificar todos os esforços e atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da nova universidade. Para tanto, o diálogo intercultural deverá ser um dos pontos centrais do projeto pedagógico, pois se considera que a busca da integração passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças entre as diversas culturas da América Latina. Assim, aprofundar o conhecimento das diferenças certamente favorecerá a identificação das convergências que são importantes para a construção conjunta de novos horizontes (CORAZZA, 2010, p. 80).

Segundo a Comissão de Implementação da UNILA, a integração dos povos passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças. Sendo o ponto nevrálgico deste projeto pedagógico o diálogo intercultural. No entanto, por mais semelhanças que esta contenha, a América Latina como um todo, possui uma diversidade cultural muito vasta que necessita ser melhor explorada, aprofundada, valorizada e respeitada, para que o projeto de integração educativo pautado por esta universidade atinja seus objetivos.

O mais interessante é exatamente a busca por “compreensão cultural, superação de preconceitos e do etnocentrismo” não pautar questões tão fundamentais, como as ligadas a gênero, contudo, a pergunta que se faz é, onde estão as temáticas ligadas à diversidade sexual, orientação ou identidade gênero em todo este processo? Uma vez que a base pela qual a universidade passaria pela superação de preconceitos e do etnocentrismo, também se basearia na luta histórica que mulheres, homossexuais e mais fortemente ainda pessoas trans encontram em espaços patriarcais como o sistema de ensino, que historicamente é tomado de preconceito, que os esqueceu e mais ainda, os patologizou durante um longo período da história. O fato é, se estes corpos nunca estiveram presentes, ou se estiveram, mas em pequeno número dentro da universidade, como a integração educativa seria de fato inclusiva, se uma boa parcela da população ainda é esquecida ou excluída deste projeto?

O objetivo desta discussão toda, é compreender como um projeto educativo inovador com parâmetros inclusivos, não compreende temáticas ligadas à identidade de gênero, pois o projeto de integração regional pautada na educação, que pretende unir, necessita compor-se não só de diversas nacionalidades, mas também dos grupos historicamente marginalizados. Fortemente marcada por uma cultura patriarcal e de base colonial, a sociedade latino-americana até hoje silencia ou não dá visibilidade às questões de gênero, assim sendo, uma das hipóteses deste trabalho, considera que talvez por isso, este tema não tenha tido

visibilidade na UNILA. Sendo fundamental por esse e outros motivos que a pauta seja encarada nesse espaço. Essa questão abriria espaço para a compreensão de que a inclusão de pessoas trans merece um espaço de fala que é dificilmente encontrado em universidades brasileiras e mais ainda, latino-americanas.

A falta de inclusão das pautas destas populações na educação brasileira e latino-americana, passa pela consideração que a educação relacionada à integração parte de diferentes respostas.

É nossa consideração que a abordagem da educação relacionada à integração deve partir de várias respostas a tantas perguntas. Em primeiro lugar, se a educação é considerada um fator de desenvolvimento, qual é o esquema de desenvolvimento que assumimos como paradigma? Em que caminho de desenvolvimento vamos nos instalar? E em outro sentido, que papel deveríamos atribuir à educação como um mecanismo para preparar os atores para viver em uma sociedade distinta, onde eles são parte de um espaço local e ao mesmo tempo de um espaço global? Finalmente, como deve a educação influenciar essa nova autopercepção do cidadão comum nos novos tempos? (LÓPEZ, 2008, p.127).

Buscar um modelo de educação para a diferença e, simultaneamente para a igualdade é imprescindível para que o processo de integração seja de fato inclusivo com todos, independentemente de classe, raça ou gênero, visto que a universidade é um espaço de privilégio, e que muitos conflitos sociais encontram neste espaço, mecanismos de estabilização, como também de produção de valores capazes de dissipar seu potencial político. A fala de López é o que mais fortemente embasa estas perguntas, pois ver a educação como um fator de desenvolvimento e compreender que incluir os mais diferentes atores dos estados, e não somente estes Estados, é o que promove a integração e o que poderia de fato transformar a sociedade.

Desse modo o estudo aqui exposto se baseia na discussão e reflexão sobre a população trans no ensino superior público, e também nos sérios problemas que o sistema de ensino possui, principalmente pela dificuldade encontrada durante toda a pesquisa de materiais como artigos, dissertações ou teses, que visualizem ou discutam temas como, políticas públicas para a inclusão e permanência de pessoas trans no sistema de ensino superior, ou, estudos que demonstrem a importância da discussão de gênero para a integração dos povos, por meio da educação. As perguntas são múltiplas, mas o que se quer demonstrar é que mesmo universidades consideradas ousadas como a UNILA, ainda não possuem em seus projetos e em suas políticas, discussões ligadas ao gênero.

Além destas questões, esta dissertação surge de uma preocupação muito particular, visto que participei ativamente como ativista no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHMP), por vários anos. O contato constante com minorias

marginalizadas da cidade e região, fez com que eu me aproximasse de pessoas trans, tendo a oportunidade de ouvir vários relatos de violências institucionais sofridas, em especial pelo sistema de ensino. O fato de a cidade se localizar em uma região de tríplice fronteira, Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazu na Argentina, também é muito importante uma vez que amplia consideravelmente o leque de violências.

Conhecer e compreender o que se passava diariamente com estas pessoas, e as dificuldades de inserção e permanência no sistema de ensino, é fundamental para compreender que a questão não é somente um problema do sistema brasileiro, mas sim de um contexto histórico, político, econômico, social e cultural latino-americano, que as tornam invisíveis a sociedade. Como ex-aluna da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que é uma universidade pública brasileira, vinculada ao sistema federal de educação superior que possui caráter inovador, com intenção de contribuir para a integração latino-americana, e me deparando com estes relatos e com a escassa inserção de pessoas travestis e transexuais na mesma, se fez fundamental pesquisar e aprofundar a temática.

Para pessoas trans entrar em uma universidade é romper com uma exclusão histórica, é a possibilidade de possuir um futuro diferente das estimativas, que segundo Vasconcellos (2014) calcula que 90% das travestis e transexuais brasileiras estejam presentes em único segmento profissional – a prostituição, sem direitos trabalhistas e seguridade social. A falta de oportunidades no mercado de trabalho não se remete somente ao preconceito, mas também aos baixos índices de escolaridade. A desumanização que colocava Paulo Freire, a respeito do privilégio em relação aos outros, como não sendo algo natural e sim resultado de uma ordem, é observada no sistema de ensino que sujeita esses atores aos diversos tipos de preconceito e humilhações (SANTOS, 2010). Bourdieu já colocava que:

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (BOURDIEU, 2001, p.311).

Ou seja, o sistema educacional está intimamente ligado a dominação e com a reprodução da hierarquização social, por isso a inserção de pessoas travestis e transexuais é tão importante para desconstruir estes mecanismos que permitem que as desigualdades permaneçam, e que a Universidade não sirva como reprodutora da elite (branca, hétero, cisgênera e patriarcal). Não obstante, com base no que anteriormente foi exposto, torna-se passível de questionamentos, pensar que tal pesquisa na UNILA seria de fundamental

importância, por possibilitar a verificação e a garantia de que o que foi proposto pela universidade de fato ocorra, de forma mais inclusiva possível, fazendo jus a “máxima qualidade acadêmica, com a máxima qualidade social” sob a inspiração de uma ética que respeite a diversidade e os direitos humanos universais.”, que a mesma se propôs em seu projeto (IMEA, 2009, p.17).

Sendo assim, a realização de entrevistas para verificarmos como a instituição de fato inclui pessoas trans consistiu de etapa fundamental nesta pesquisa. Estas compreenderam cinco temas, abordando sobre suas vidas, o momento que sua identidade foi assumida, relação com a cidade, bem como com a UNILA e finalizando com suas perspectivas futuras. A mesma foi realizada com sete estudantes da instituição, sendo seis da graduação e uma da pós, e com cinco pessoas da comunidade trans de Foz do Iguaçu que serão apresentadas em detalhes no primeiro capítulo.

Estrutura da Dissertação

Diante de toda essa discussão proposta, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, se apresenta como a pesquisa foi desenvolvida. Nela se contextualiza como concebemos o problema e de que ponto de vista estamos analisando a questão proposta neste trabalho, bem como a delimitação dos objetivos, percurso teórico e metodológico, e a estrutura conceitual desta pesquisa. É também nesse capítulo, onde descrevemos mais sobre como foi o campo, como as entrevistas foram pensadas, realizadas e analisadas, como também as dificuldades em realiza-la.

O segundo capítulo visa contextualizar o território onde a UNILA está situada. Para isso buscamos averiguar como a cidade e a região da tríplice fronteira interagem com essa universidade com missão integradora, perpassando em como os integrantes dessa proposta são recebidos e em como este território lida com a população trans. Para isso a discussão da fronteira foi essencial, bem como as vozes do movimento trans da cidade, a fim de averiguar como a pauta da educação em especial, mas não somente esta, entra na agenda do movimento. Buscamos assim compreender como é ser trans em uma zona de fronteira, averiguando se esse espaço as acolhe ou as inviabiliza ainda mais, visto que o entorno interfere no sentimento de segurança e consequentemente na permanência.

Uma vez discutido o espaço onde a UNILA se encontra, nos voltaremos especificamente sobre a discussão da educação, voltada para a integração da América-Latina, bem como, em como ela esta se articula com o movimento trans. Neste capítulo traremos

quais são as visões dos estudantes sobre a universidade, a importância do amparo, a discussão sobre os entraves em incluir pessoas trans no espaço universitário, a transfobia, a importância do diploma, como também, temas centrais como a transição realizada neste espaço e a desistência da carreira. Nos concentramos nesse momento em dar vazão a todos os pontos positivos, mas também negativos quando se discute pessoas trans e o espaço universitário, pois acreditamos ser essencial levar o debate a fundo, a fim de que não só a UNILA, mas outras universidades possam repensar suas práticas.

O quarto capítulo e último capítulo, se concentra em pensarmos nas políticas públicas existentes para a população trans, a fim de sabermos quais são a nível de país, estados e municípios. Toda essa retomada será importante para pensarmos em como as políticas públicas para educação estão sendo pautadas, onde elas vem sendo desenvolvidas, em que universidades e em que níveis (graduação e pós-graduação). Assim sendo, nos desafiaremos a pensar em conjunto com o movimento trans, caminhos possíveis para as políticas públicas, uma vez que compreendemos o potencial desta na modificação da estrutura social e na concretização da igualdade para indivíduos historicamente desfavorecidos.

1 O TRAJETO INICIAL DA PESQUISA

Este capítulo busca revelar o trajeto realizado, apresentando as inquietações surgidas durante a produção do trabalho, o percurso teórico e metodológico da investigação proposta, bem como as pesquisas e as referências consultadas, como também a estrutura da dissertação a ser defendida. A pesquisa aborda questões referentes ao espaço encontrado por pessoas trans no ensino superior público, como a inserção e permanência a partir da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), localizada na cidade de Foz do Iguaçu, cidade do oeste paranaense que faz fronteira com Ciudad del Este, no Paraguai e Puerto Iguazu, na Argentina. A pesquisa se centra nesta universidade, devido a seu projeto educacional se pautar na educação como forma de integração dos povos e compreender que a universidade é um espaço para se repensar as assimetrias sociais e construir modelos éticos de desenvolvimento capaz de permitir o estabelecimento de uma sociedade equitativa.

A investigação parte do entendimento de que a falta de políticas públicas educacionais, impede que a inserção e a permanência de travestis e transexuais ocorra. Acreditamos que os inúmeros estigmas e preconceitos com esta população em esfera social, jurídica e educacional, a impeça não só de ingressar na universidade pública, mas também de permanecer nesse espaço. Desta forma, ao se analisar essa universidade, conseguiu-se perceber que embora o projeto educacional possua uma proposta inovadora com parâmetros inclusivos, esta população, todavia não encontra o espaço e apoio necessários para superar os entraves impostos pelo sistema patriarcal-racista-capitalista oriundo do colonialismo.

1.1 De Onde se Partiu e em que Lugar nos Situamos

Formada pela UNILA, ingressei na universidade não somente pela obtenção de um diploma de uma universidade pública e gratuita, o projeto inovador com a missão de integração com a América Latina e os cursos com perfis voltados à realidade regional, me fizeram sair do Rio Grande do Sul e aventurar-me em uma formação diferenciada, como sonhava. Minha trajetória no ensino superior iniciou-se com o ingresso na engenharia em 2010, na primeira turma. Os primeiros anos da universidade foram marcados por uma intensa integração dos alunos, visto que os dormitórios estavam divididos em um estudante do Brasil e o outro necessariamente proveniente de outro país da América Latina.

Ademais dessa troca constante, o perfil dos estudantes brasileiros principalmente, pobres e provenientes de escolas públicas, delineou desde o início a missão de ademais de ser

uma universidade com educação pautada na Latino-América, também seria uma universidade com recorte de classe. Entre aulas de América de Latina (matéria componente do currículo comum) e a expressiva convivência, o projeto da universidade era sempre rememorado com bases na integração latino-americana, bilinguismo e interdisciplinaridade. Uma vez fechado esse ciclo, senti necessidade de realizar uma mudança de carreira e assim seguir meus estudos em um curso com a mais expressiva carga de discussões sobre a América Latina. Dentro da carreira de Relações Internacionais e Integração, ademais de me aprofundar em temas latentes na região, pude me aproximar da área de direitos humanos. Essa aproximação ocorreu com minha participação no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHMP), onde participava das reuniões e mobilizações e posteriormente com um estágio não-obrigatório e cargos na diretoria.

Unindo teoria e prática, pude me aproximar de diversos grupos marginalizados da região e compreender suas reivindicações. Em uma das rodas de conversa realizadas no dia da visibilidade trans, pude conhecer melhor as ativistas travestis e transexuais da cidade e me aproximar desse grupo. Entre os inúmeros problemas enfrentados, os relatos dos abusos sofridos por meio de instituições públicas, foi o que mais impactou. Perceber que ter o nome negado, sofrer discriminação em uma sala de aula e abandonar os estudos por omissão do Estado, me fez refletir sobre minha realidade e buscar este grupo nos espaços onde eu costumava circular. Nesse processo de busca, acabei percebendo que nem mesmo na universidade que eu me orgulhava tanto de fazer parte, este grupo estava presente. A busca por compreender o porquê elas não se encontravam neste espaço, o porquê no projeto inovador esse recorte não estar presente, foram algumas das muitas dúvidas que foram ficando sem respostas. Obviamente nesse percurso, existiram inúmeras justificativas para que esse grupo não estivesse presente, mas nenhuma me parecia de fato uma justificativa plausível, visto que do grupo de trans da cidade que participavam do CDHMP, duas possuíam formação no ensino superior. O relato de uma delas, informando que só pode realizar a transição depois de formada e já estável em um emprego público, me perseguia a todo momento, me instigando a refletir, em como a partir do momento que você simplesmente assume sua identidade, a sociedade passa a te negar a possibilidade de sonhar e até mesmo de existir.

Esse relato realizado a partir de minhas experiências como membro do CDHMP e de como egressa da UNILA, demonstram muito mais que uma simples comoção, mas uma inquietante dúvida de o porquê pessoas trans não se encontram em universidades públicas e se estão nesse espaço, o porquê em tão pequeno número? Atualmente, como pesquisadora, me interesse por compreender por que, todavia, não existem políticas públicas de inserção para

essa minoria em universidades públicas e o porquê até mesmo propostas ousadas como a da UNILA, não conseguiram vislumbrar esse grupo. Desta maneira, é necessário indagar se sem essas políticas de inserção e permanência, é possível que este grupo ocupe esse espaço de privilégio que é ainda hoje a universidade, e de como políticas públicas de educação podem transformar não só o Brasil, mas a América-Latina em um espaço de fato inclusivo. A tarefa é, portanto, mais do que analisar políticas públicas para essa população, mas refletir a quem interessa que essa exclusão siga vigorando e de que forma podemos combatê-la.

Deste modo, o objetivo do projeto submetido em 2017 ao Núcleo de Estudos da Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS - USP) era basicamente averiguar os problemas de inserção e permanência de pessoas trans no ensino superior público. Fazendo assim um levantamento sobre o número de pessoas trans na UNILA, ademais de conhecer suas narrativas e assim analisar como a universidade trabalha com estas pessoas.

Após o ingresso no programa, o desafio foi em como pensar esse projeto, para além das primeiras considerações. Com a orientação do Prof. Doutor Francione Oliveira Carvalho, passou-se a refletir quais categorias seriam necessárias para a construção do trabalho e de como a metodologia empregada faria total diferença na formulação do mesmo. Neste trabalho especialmente, tudo aquilo que se almejava, como o de fato produzir um estudo que refletisse a realidade e talvez pudesse propor alguma reflexão aos projetos educativos, que pautassem a inclusão como uma forma de revolução, poderiam vir a ser alcançados com a metodologia correta.

Assim durante as reuniões de orientação realizadas, definiu-se que o objetivo da presente dissertação, seria de refletir a condição de inserção e permanência de pessoas trans na educação superior e de como as múltiplas relações de poder estariam articuladas e interferiram nesse processo. Inicialmente a resposta mais clara para as indagações, parecia ser responder todas estas questões, utilizando-se da teoria queer e por meio da biopolítica de Foucault. No entanto, após revisão bibliográfica mais aprofundada e a expressiva aplicação dessas duas teorias em trabalhos sobre o tema (como será apresentado mais adiante), optamos por responder essas indagações por meio de uma abordagem interdisciplinar e interseccional, conjugando outras correntes teóricas como o transfeminismo, a decolonialidade e a teoria feminista negra, a fim de que teoria e campo reflitam a estrutura da sociedade latino-americana, bem como as instituições que buscamos compreender.

Definidos os objetivos para a pesquisa, partiu-se do princípio de que a chave para se compreender a hipótese do trabalho, viria de respostas que somente o campo poderia trazer. Perguntas como e de que maneira se pode definir a falta de políticas públicas? Como pode-se

mensurar a quão inclusiva é uma universidade? Como pode-se afirmar que são necessárias políticas públicas para essa população? Percebeu-se, ao fim, que as hipóteses que nos guiaram até aqui só se comprovariam quando os dados estivessem unidos com experiências reais dos estudantes, e por isso a trajetória relatada aqui faria toda a diferença.

Foi com base nessa compreensão, sobre o ato de estar em campo, que acabamos por definir que a pesquisa interdisciplinar de caráter qualitativo seria o método mais apropriado à pesquisa. Definido a metodologia e a forma como trabalharíamos em campo, ou seja, por meio de entrevista semi-estruturadas, começamos a estabelecer como se entraria em contato com esses estudantes. Definimos que o nome social (reivindicação de pessoas trans) seria o meio para se conhecer quantos estudantes trans a universidade conta ou contou em seu quadro. Para obter esse dado, encaminhamos por meio do sistema eletrônico do serviço ao cidadão (E-sic), uma solicitação sobre os dados de quantos estudantes haviam feito o pedido de nome social, quais os cursos, ano de ingresso e se o vínculo estava ativo ou cancelado. Estas informações possibilitaram saber, que desde a fundação da universidade em 2010 até 2017, houveram doze pedidos de nome social e que destes, três estavam com seu vínculo cancelado. Outros dados como o curso que estas pessoas estavam cursando, também nos levaram a perguntar em que espaço estes alunos seriam possivelmente mais “aceitos” e onde estes não encontravam espaço. Assim, notou-se que cerca de 84% desses alunos eram provenientes de cursos de ciências humanas e sociais, e os demais, enquadravam-se na medicina (um), e outra na engenharia (sendo essa a com vínculo cancelado).

Após ter-se essas informações, passamos a buscar a melhor maneira para entrar em contato, e a forma mais próxima foi por meio de uma rede social. Por meio dela buscamos todos os nomes e o resultado desta busca, ofereceu a possibilidade de aproximação com seis, dos doze estudantes. Destes seis, somente cinco responderam e se dispuseram a realizar a primeira aproximação, aproximação esta que não foi fácil, visto que muitos visualizavam as mensagens e não respondiam, levando até mesmo ao questionamento da viabilidade da pesquisa. Explicamos o porquê deste questionamento, depois de duas semanas do envio da mensagem, somente uma pessoa havia respondido e aceitado fazer a aproximação. O reenvio da mensagem por meio de mídia social foi realizado, a fim de que esses cinco nomes que haviam aceitado a solicitação, pelo menos ouvissem a proposta da pesquisa. Felizmente a segunda tentativa foi bem sucedida e todos se dispuseram a conversar.

Após a qualificação percebemos a necessidade de compreender como a UNILA se relacionava com a comunidade trans da cidade, visto que o território onde a mesma está localizada em si, já levanta inúmeros estudos. Foz do Iguaçu está situada em uma região

permeada por um imaginário positivo, ligado a uma cidade multicultural, que abriga mais de 80 etnias, como também por seus atrativos turísticos e por estar em uma região trinacional, mas também negativo, ligado ao contrabando, descaminho, tráfico de drogas, armas e também de pessoas. Toda essa rede complexa que circunda a universidade foi importante para compreendermos como as estudantes interagem na mesma, e como a comunidade trans que não está diretamente vinculada a universidade se relaciona com ela. Assim decidimos que as entrevistas se estenderiam a comunidade trans da cidade e região, a fim de compreendermos esse processo e como é a relação do território com esta população.

Diferentemente do mapeamento realizado na universidade, o com a comunidade se deu primeiramente pelo contato que eu já possuía com as mesmas, estabelecido nos meus tempos de militância. Entrei em contato assim com as principais lideranças, e assim que duas dessas me responderam, foi iniciada a aproximação e com ele o convite para participar da reunião da Casa de Malhú - Associação das Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu³. Por meio desta oportunidade pude conhecer melhor as demais integrantes da associação e estabelecer um vínculo, que somado ao meu histórico de gestão e militância na cidade pelo CDHMP, fez com que a presidenta me convidasse a contribuir na diretoria. Todo esse processo fez com que eu pudesse conhecer muitas meninas e que assim ocorressem muitas aproximações, no entanto devido ao tempo mais escasso, as entrevistas acabaram não sendo realizadas com todas.

Em síntese, após ter a oportunidade de discutir feminismo por meio da lente da teoria crítica, ao cursar uma disciplina e contar com uma sala rodeada de pessoas que tinham como perspectiva de análise a teoria feminista das mais diferentes nuances (liberal, crítica, marxista, queer, negra, etc), senti que meu trabalho deveria estar focado em lentes teóricas que partissem do reconhecimento da “interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre os corpos que não estejam conformes aos ideias racistas e sexistas da sociedade” e sendo assim somente o transfeminismo, bem como a interseccionalidade como ferramenta teórica-metodológica, seriam de fato correntes que compreendem a necessidade de emancipação das pessoas trans (Jaqueline Gomes de JESUS⁴; ALVES, 2010). Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 243) coloca que os transfeminismos encontram “os seus fundamentos teóricos no processo de consciência política e de resistência constituído pelo feminismo negro e outras linhas de pensamento feminista”, assim sendo

³ Apresentaremos a Casa, sua história, bem como as atividades que desenvolve no segundo capítulo.

⁴ Optamos por inserir o nome completo nas citações de autoras trans, a fim de visibilizar suas produções e garantir que sua produção esteja em destaque.

teceremos essa dissertação ancoradas no pensamento transfeminista, no feminismo negro e todo aquele feminismo que nos permita compreender as origens e de onde se perpetuava este sistema, que exclui, marginaliza e oprime as diferenças.

Desse modo, pretendemos tecer as discussões e análises enfocando na inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado ⁵. Utilizaremos assim as contribuições de Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Viviane Vergueiro (2016), Davis (2016), Akotirene (2019), Megg Rayara de Oliveira (2017), Kilomba (2019) e Aruzza (2015)⁶ para o entendimento de como este sistema é oportunista em aproveitar as diferenças existentes, a fim de criar hierarquias. Todas estas percepções, agregadas a de outras autoras também estarão presentes no momento em que as análises das entrevistas realizadas forem sendo inseridas.

Com respeito às entrevistas, como já fora descrito, elas consistiram em uma primeira parte concentrada nos estudantes da UNILA e uma segunda na comunidade de Foz do Iguaçu. Deste modo para as estudantes, optamos por definir as entrevistas em cinco temas, primeiramente sobre suas vidas, em seguida, o momento em que sua identidade foi assumida, continuando com a chegada a Foz e a relação com a cidade, prosseguindo em um quarto momento, abordando questões da UNILA e por fim em um quinto e último momento, com as perspectivas futuras desses estudantes depois de formados.

Para a comunidade as entrevistas foram estruturadas de forma muito semelhante, consistindo em um primeiro momento sobre perguntas sobre suas vidas e relação com a família, seguindo para o trajeto escolar, transição, relação com a educação e com a UNILA, bem como seu conhecimento sobre esta instituição. Prosseguindo nos atemos a relação com a cidade e a fronteira, findando com as perspectivas sobre o futuro e seus sonhos.

⁵ O cis-heteropatriarcado (de cis(generidade), hétero(sssexualidade) e patriarcado) é um termo que enfatiza um sistema sociopolítico, que tem a heterossexualidade cisgênera masculina como dominante em detrimento das demais formas de identidade de gênero e orientação sexual. Utilizar essas categorias assim como Viviane Vergueiro (2015) aponta é descentralizar o grupo dominante, enfatizando a não naturalidade dessas posições principalmente lhe/nos remover/mos da posição de poder. Para melhor compreensão recomendamos consultar Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos de Jaqueline Gomes de Jesus (2012).

⁶ Acreditamos ser importante ressaltar que embora em um primeiro momento, houvessem dúvidas sobre qual perspectiva teórica fosse contemplar melhor esta pesquisa e principalmente a pluralidade de vozes, visto que consubstancialidade e a interseccionalidade partem da mesma premissa de articulação e interseção de gênero, raça e classe, e ambas sejam permeadas por críticas de quem opta por uma ou outra, para nós, após ampla revisão teórica, pareceu evidente que a noção de “relações sociais de sexo” empregada por Falquet (2012, p.108), se desfaz totalmente como aparato teórico, por contrapor “trans” e mulheres como grupos mutuamente excludentes e este ser um argumento profundamente transfóbico. Devido a isso, não poderíamos ter consubstancialidade como mote teórico, o que não inviabilizou que a perspectiva crítica marxista estivesse presente neste trabalho, uma vez que, Angela Davis, uma das maiores pensadoras negras, articula muito bem o pensamento interseccional, com o marxismo e o feminismo negro, bem como Aruzza que compreende as relações de poder intrínsecas ao gênero e não ao sexo.

Assim diante do exposto, as entrevistas ficaram desta maneira dispostas: cinco realizadas com a lista obtida pelo relatório do E-Sic obtido em 2018, duas realizadas com estudantes da UNILA ingressantes em 2019, por meio de indicação de outra entrevistada, e cinco com a comunidade trans de Foz do Iguaçu. Com respeito a identificação, em especial ao reconhecimento como travesti ou mulher trans, gostaríamos de aclarar que ela partiu de uma auto identificação das entrevistadas realizada em algum momento dos diálogos, no entanto quanto a raça, esta nem sempre surgiu nas entrevistas, mas consideramos inseri-la, pois essa também é um componente essencial quando pensamos na matriz de opressões que atravessam as pessoas.

Tabela 1 – Relação de Entrevistados⁷

Nome	Idade	Cidade de Origem	Formação	Identificação	Transição
Gabe	28	Salvador - BH	Graduação em Letras e Espanhol - UNILA	Homem Trans Negro	Universidade – início da graduação
Emanuelly	28	Coroatá - MA	Graduada em Enfermagem Mestranda ICAL – UNILA	Travesti Negra	Universidade – fim da graduação
Conrado	25	Ibia - MG	Graduação em Medicina - UNILA	Homem Trans Branco	Universidade – início da graduação
Kathy	26	Foz do Iguaçu - PR	Graduação trancada em Jornalismo - UDC	Mulher Trans Negra	Após terminar o ensino médio.

⁷ Nem todos os nomes expostos no presente trabalho são reais, mas sim utilizados para fins de identificação.

Milena	38	Foz do Iguaçu - PR	Graduação em Matemática – Unioeste Esp. em Gênero e Diversidade na Educação	Mulher Trans Branca	Após terminar a graduação.
Noah	23	Itararé - SP	Graduação em Cinema e Audiovisual - UNILA	Homem Trans Branco	Início da Graduação
Renata	25	Foz do Iguaçu - PR	Graduação em Enfermagem - UNIOESTE	Mulher Trans Branca	Ensino Médio
Wall	23	São Paulo - SP	Graduação em Letras, Artes e Mediação Cultural - UNILA	Travesti Branca	Início da Graduação
Xayenne	23	Foz do Iguaçu - PR	-	Mulher Trans Negra	-
Alessandra	18	Foz do Iguaçu - PR	Graduação em Antropologia - UNILA	Travesti Branca	Início da Graduação
Antonella	38	Cascavel - PR	Graduação em Pedagogia – UDC Esp. em Gênero e Diversidade na Educação - UNILA	Mulher Trans Branca	Fim do mestrado
Leo	24	Tocantinópolis - TO	Graduação em Relações Internacionais	Cisgênero Homossexual Negro	-

Fonte: Autoria Própria (2020)

Desta maneira a tabela exposta nos oferece algumas informações importantes para compreendermos quem são nossas entrevistadas, no entanto esta não é suficiente para que sua trajetória seja compreendida, por isso uma descrição mais detalhada foi necessária.

Minha primeira entrevista ocorreu com o Gabe, um homens trans negro, de 28 anos e natural de Salvador – Bahia. Estudante de Letras e Espanhol, Gabe já enfrentou o processo de desistência de um curso superior que cursava na Universidade Federal da Bahia (UFBA). O desencantamento do curso de psicologia foi marcado por um período conflituoso familiar e pela descoberta do que era transexualidade. Os docentes transfóbicos encontrados nesse percurso e as feministas radicais acabaram por delinear seu processo de descoberta, que foi demorado devido a aceitação, à entrada em seu curso dos sonhos (Letras) e também a um processo muito violento, que na tentativa de se enquadrar nesse Cistema⁸ deixou nele as marcas profundas de um estupro. A transição de Gabe é assim marcada por um período muito difícil, o levando até mesmo a ter pensamentos suicidas. O processo de aceitação e a transferência para a UNILA estão assim intimamente relacionados, pois o encantamento com a proposta latino-americanista, bem como, com o processo de poder transicionar de forma efetiva sem interferências familiares, acabaram o levando a mudar de Salvador para Foz do Iguaçu. Toda seu percurso o leva a fazer críticas contundentes sobre as facetas da UNILA e da cidade, muito importantes quando pensamos na relação cidade/universidade, ademais do seu olhar comparativo entre as duas universidades que integrou. Mesmo sendo violento, o espaço acadêmico segue sendo presente nos sonhos de Gabe que pretende realizar o mestrado e o doutorado.

Emanuelly me foi apresentada por Wall, assim que chegou na cidade. Natural de Coroatá no Maranhão residiu por um período considerável em Brasília em busca de tentar mudar sua vida. Nesta cidade iniciou sua faculdade de enfermagem em uma instituição privada e acabou no quarto ano da mesma, retornando a Teresina e iniciando seu processo de transição. Travesti negra, Emanuelly vivenciou nesse processo inúmeros casos de violência institucional transfóbica por parte da instituição de ensino, muito emblemáticos em sua defesa de TCC e em sua colação de grau. Devido a esses processos violentos ocorridos na graduação, a mesma opta por se afastar da atuação prática da profissão e incorpora o ensino não só como

⁸ Assim como Viviane Vergueiro (2015, p.15) utilizamos o conceito de Cistema-mundo de Quijano, Anibal e Wallerstein, Immanuel (1992) que caracteriza um (c)istema-mundo ocidentalizado, cristianocêntrico, capitalista, patriarcal, moderno, colonial, que produz hierarquias. Nessa perspectiva Vergueiro o Cistema, compreende que as perspectivas não-cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. “A corruptela “cistema”, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – sistêmico- de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de transfobia”.

uma atividade profissional, mas também como um ato político, a fim de tornar o conhecimento mais acessível. Única pessoa trans em um programa de pós-graduação da UNILA, Emanuely é militante no movimento social negro e LGBT e sua entrada no Programa de Pós Graduação em Integração Latino-Americana (ICAL), é desde o primeiro momento afirmado por sua identidade e sua visão política, se colocando como uma travesti negra e periférica. Devido ao fato de ter chegado recentemente em Foz do Iguaçu e estar a poucos dias na universidade, seu relato se centra nessas primeiras impressões e atribui à boa recepção na cidade a retificação do nome e a passabilidade.

Conrado foi uma das primeiras pessoas que obtive resposta no período das aproximações, homem trans, nasceu em Ibiá-Minas Gerais, cidade localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro. Com 25 anos e sendo o único estudante trans de medicina, seu percurso escolar e universitário sempre esteve marcado pela introspecção e pelo sentimento de depreciação por parte dos colegas e professores. A escolha do curso inicialmente foi pensada em como o próprio coloca, ajudar as pessoas, mas também na influência familiar, visto que sua mãe sempre sonhou em fazer medicina. Não ingressou na UNILA tendo ciência do projeto ou do objetivo da universidade. Como já residia em Londrina e possuía um relacionamento neste estado, optou por permanecer no mesmo, colocando que não sonhava em realizar a faculdade em Foz do Iguaçu, uma vez que sempre se imaginou em uma universidade em Minas Gerais ou em Londrina. Embora não tenha optado pela universidade por seu projeto, foi possível perceber durante a aproximação e a entrevista, que este espaço foi muito importante para o delineamento do que ele pensa, ou melhor, colocando, na definição de como atuará em sua profissão. O processo de transição ocorrido na universidade, em conjunto com o projeto da mesma, são nítidos na visão de Conrado, pois ademais de pensar em futuramente trabalhar como endocrinologista, a fim de dar amparo à comunidade trans, ele vê a necessidade de trabalhar na fronteira, em especial com o Paraguai, visto a grande dificuldade de acesso de informações e transfobia que a comunidade atravessa no país vizinho. A empatia e a preocupação em trabalhar em prol da população trans, principalmente com a paraguaia que carece de políticas públicas, se dão pelo contato em redes sociais, mas também por todos os processos violentos e extremamente machistas que experimentou indo ao país vizinho.

Conheci Kathy uma mulher trans negra de 26 anos e militante na Casa de Malhú, devido a começar a frequentar a associação. Sempre muito gentil e sorridente ela me passou suas informações assim que expliquei o projeto, se dispondo a ajudar no que fosse preciso. Natural de Foz do Iguaçu, Kathy integra uma companhia de dança de rua e faz tranças para se

sustentar, visto que seu último emprego formal foi em um supermercado há dois anos, período esse onde ingressou na faculdade de jornalismo. Sobre essa fase ela conta que o cansaço pelo fato de estar trabalhando muitas horas, fez com que desistisse do curso e ressaltou que o preconceito não foi o motivador dessa decisão. Embora tenha gostado da graduação, seus sonhos atualmente se concentram em sair do país, continuar dançando e poder montar seu salão. Quando indagamos sobre a UNILA e a possibilidade de estudar nesta instituição, Kathy foi honesta dizendo que não sabia muito sobre a universidade e sobre os cursos, pensando até mesmo que ela era exclusiva para pessoas vindas de outros países. Esta informação apontou certo desconhecimento da universidade pela população. Com respeito à cidade e a região, Kathy expôs faltar espaços onde se sintam bem e seguros, bem como, de melhores serviços de saúde e de respeito por seu nome social.

Milena, mulher trans, professora de matemática e moradora de Foz, tem um papel muito importante para essa pesquisa, foi em uma roda de conversa sobre pessoas trans que sua trajetória, como de outras meninas, passou a ressoar continuamente em minha cabeça, e por essa e outras histórias de vida daquele dia, por quem escrevo. Com 38 anos e militante na Casa de Malhú, sua trajetória foi marcada pelos abusos sexuais de seu tio pastor da Igreja Adventista (o que de forma alguma a condicionou a ser quem é), esse fato é aqui ressaltado por essa experiência ser muito importante para compreender seu rechaço com a família e com a igreja/religião, muito presentes em toda sua fala. Sua escolha profissional se deu por influência da família, que sempre a incentivou a estudar por verem essa como única alternativa para a melhoria de vida. Ao terminar o ensino médio, começa a faculdade de matemática na UNIOESTE e descreve esse momento como muito difícil, pelo fato de haver muitos homens no horário em que estudava sendo constantemente hostilizada e até mesmo nesse período se definindo como andrógena, para poder ser inserida. Sua transição ocorre depois de formada e concursada na rede estadual de ensino, momento em que ressalta que ninguém mais poderia interferir. Quanto a sua profissão, Milena confessa que seus sonhos eram outros, mas pelo fato de ser trans e não ser acolhida em outros espaços profissionais, a educação acabou sendo a única área que a atendeu. Seus sonhos atualmente são o de fazer uma pós, interrompida na UNILA pela falta de tempo, e possivelmente um mestrado. A carreira política também é mencionada como um dos seus objetivos.

Noah é um homem trans de 23 anos, natural de Itararé - São Paulo e no momento em que essa entrevista foi realizada, sua filha Rebecca contava com seis meses de vida. Estudante de Cinema e Audiovisual chegou a Foz devido a sua mãe ter o inscrito no SISU - Sistema de Seleção Unificada, no curso de Antropologia. Quando ingressou na universidade, desconhecia

seu projeto, bem como seu curso, e essa nova fase, veio amparada da possibilidade de estar em uma nova cidade, onde pode conhecer melhor pessoas trans e começar seu processo de transição. Nesse período seu namoro com uma mulher trans, também estudante da UNILA, foi muito importante para que conhecesse melhor seus direitos, como por exemplo, o nome social. Quanto ao seu percurso na UNILA e na Antropologia, embora goste muito da instituição, a pouca afinidade com o curso, os problemas psicológicos que enfrentou e a relação conflituosa com alguns professores e técnicos, fizeram com que esse período tenha sido muito difícil. Ademais desses problemas, suas idas e vindas com os hormônios, devido aos efeitos colaterais sentidos, o prejudicaram muito até mesmo na mudança de curso para Cinema, momento muito importante, já que a fotografia é uma de suas maiores paixões. Sua gravidez não planejada, a interrupção da faculdade para trabalhar e cuidar da bebê, bem como sua família acreditando que seu companheiro é a própria cura gay, são alguns dos entraves que Noah enfrenta atualmente.

Renata me foi apresentada na Casa de Malhú e é uma das diretoras da entidade. Estudante de enfermagem na UNIOESTE, ela nasceu em Foz, mas também residiu quando criança no Paraguai. Sua transição ocorreu no ensino médio em uma escola pública da cidade e é vista pela mesma sem entraves por seus professores e colegas, mas não sabe se isso se deve ao fato de ser uma trans passável. Antes de concluir o ensino médio, ingressou em um técnico de enfermagem oferecido por uma escola estadual da cidade e perto de finalizá-lo ingressou na graduação em Enfermagem. Entre as dificuldades mencionadas nessa passagem pelo técnico e na graduação, as atividades em campo e os estágios, sempre foram para ela um empecilho, devido ao fato de seu nome social continuamente ser desrespeitado. O processo de retificação de seu nome mereceu muita atenção, pois foi um processo muito vagaroso, com entraves pela própria instituição de ensino que contava com uma equipe jurídica, que não sabia ao certo como orientá-la. Isso só teve fim com o apoio da Casa de Malhú, que a ajudou a participar de um mutirão em uma cidade vizinha. Quanto a sonhos e planos futuros, embora pretenda seguir estudando, o concurso público para enfermeira está como prioridade, devido ao fato de estar sendo mantida graças ao apoio de sua mãe e avó.

Wall é uma travesti, estudante de Letras, Artes e Mediação Cultural, tem 23 anos e é natural de São Paulo. Seu trajeto escolar esteve marcado por um processo de invisibilização e solidão, devido ao fato de ser uma criança gay, gorda e pobre. A entrada na universidade após três anos de cursinho popular, não representou somente a realização do sonho do diploma superior, mas também a possibilidade de longe de casa, poder existir. Mesmo tendo sido aprovada em outras instituições pelo país, o encantamento com a UNILA e com o curso,

pesou em sua decisão, visto que a América Latina e o espanhol eram também do seu interesse. Embora sempre positiva e sorridente, seu percurso não vem sendo fácil, o episódio de agressão sofrido na cidade por um vizinho, fez com que ela se isolasse e necessitasse de tratamento psicológico, para não desistir. Para driblar todas as adversidades enfrentadas tem no budismo, um refúgio, bem como os demais praticantes na cidade. Ainda que o espaço acadêmico falhe muito com ela, Wall sonha em seguir na carreira acadêmica e futuramente ser docente na UNILA.

Xayenne é uma mulher trans negra, tem 23 anos e é integrante da Casa de Malhú. Nasceu em Foz do Iguaçu, mas ainda bebê se muda para Santa Catarina. Em sua narrativa relata ter sido educada em casa pelo seu pai, que assim também foi educado. Sua breve passagem pela escola é descrita como marcada pelo racismo e pelo preconceito e diante desses fatores, a “escolha” por deixar a escola, foi de seu pai, que não tolerou que sua filha sofresse. A UNILA é apresentada para Xayenne por uma das professoras da instituição, mediante um projeto social e suas atividades estão sempre ligadas a arte, como a música, o teatro e a dança. Mesmo com toda essa aproximação com a universidade, ela revela que a instituição, assim como a cidade, são locais hostis a pessoas trans. Quanto a Casa de Malhú e ao ativismo, revela que por ser soropositiva, não pode se ater a isso e por isso suas idas e vindas na organização são constantes.

Alessandra é uma travesti estudante de Antropologia, ingressou em 2019 e é natural de Foz. A conheci por meio de Wall, pois ambas são budistas, e nossa entrevista foi realizada nas primeiras semanas em que ela se encontrava na universidade. Seu trajeto escolar, assim como de muitas pessoas trans, esteve rodeado de preconceito e violência, no entanto diferentemente das estatísticas, Ale contou com o apoio familiar para a troca do ensino público para o privado. O que gostaríamos de salientar é que mesmo com essa mudança, ela não foi isenta de preconceitos e do despreparo do ambiente escolar. Nesse período, todavia não havia transicionado e se considerava não-binária, se limitando a comportar e vestir de forma mais masculina possível, a fim de não confrontar a família. Foi com a mudança de escola no último ano do ensino médio, em uma instituição de ensino, descrito por ela como muito aberta e receptiva que a fizeram se aproximar da bibliografia LGBT e assim se auto-reconhecer. A aproximação com a UNILA e com os estudantes despertaram o interesse que já era latente em estudar a América Latina e, sobretudo as populações originárias, motivos esses, que a levaram a escolher a UNILA e a Antropologia. Nesse curto espaço de tempo na universidade Ale demonstra um encantamento muito grande com a instituição, ao mesmo tempo em que enfrenta dificuldades para que seu nome social seja devidamente inserido pela instituição e

assim respeitado. Sua permanência está se dando com o apoio da família e o que mais aguarda é seu aniversário, para assim retificar seu nome.

Antonella é uma mulher trans, professora concursada pelo município de Foz, tem 38 anos e atualmente é estudante da especialização em Gênero e Diversidade na Educação na UNILA. De berço evangélico, Antonella foi reprimida durante toda a sua adolescência, com a conclusão do magistério e lecionando na APAE, ingressa em uma universidade privada da cidade no curso de História e o contato com a disciplina de antropologia, a leva a se reconhecer. Inicialmente se assume para a família como homossexual, iniciando a hormonização sem que ninguém soubesse, contando para isso com a ajuda de suas amigas travestis. Com a passagem do tempo e assumindo mais características femininas, os atritos em casa aumentam e Antonella, que era a maior provedora da família, decide que assim como suas amigas, se mudaria para a Europa. Em busca por viver como sonhava, abre mão do emprego e passa na Europa a desenvolver todo tipo de atividade, inicialmente trabalha como cabeleireira o que relata não ser muito rentável, passando a se prostituir e com o passar do tempo, a gerenciar a casa de prostituição. Nesse período se casa com um espanhol e após nove anos de relação se separam e assim ela decide voltar ao Brasil. Após anos vivendo na Europa, o retorno ao Brasil é descrito como uma realidade muito diferente e triste, ademais do processo para adquirir o respeito na cidade ter sido árduo, e sendo descrito por ela como possível por não se dedicar a prostituição. Com o retorno e trabalhando em um salão, Antonella volta a estudar e se forma em Pedagogia. Atualmente continua com seu salão, é concursada pela prefeitura lecionando na APAE e pretende seguir a carreira acadêmica.

O nosso último entrevistado é Léo, homem negro, cisgênero, gay e estudante de Relações Internacionais. Embora possa parecer inusitado, Leo estava presente na lista disponibilizada pelo E-sic com a solicitação de nome social. Em nossa aproximação, ele colocou que não poderia contribuir com a pesquisa, uma vez que o pedido ocorreu em um período muito confuso de sua vida e que sendo um homem cis gay, não teria como colaborar. Reforçamos que sua trajetória na universidade e como se deu o processo de solicitação do nome, eram importantes para compreendermos melhor os trâmites da instituição, e assim Léo aceitou participar. Primeiramente para que se compreenda melhor esse período dito por Leo como confuso, é preciso colocar que possuiu durante boa parte de sua vida, uma forte ligação com a religião, passando por diversas denominações religiosas, todas estas ligadas com a negação de sua sexualidade. Com a entrada na Universidade Federal de Goiás e a possibilidade de interagir e frequentar coletivos de gênero, ele passa a se identificar como não-binário, processo de reconhecimento rodeado de problemas familiares. Todas estas

dificuldades, o levaram a sair de Goiás e ingressar na UNILA (que nesse período ainda não havia instituído a portaria com a garantia do direito de se utilizar o nome social). Entre as principais colocações de Leo, a barreira de ITAIPU e a cidade, aparecem como os espaços que mais interferiram em sua permanência.

1.2 Dificuldades

O exercício da pesquisa de campo e mais especificamente das entrevistas, elemento essencial em nosso trabalho, como todo processo de pesquisa segue a lógica de passos ou etapas definidos previamente pelo método científico. No entanto no decorrer da pesquisa problemas se apresentam e é sobre esses percalços enfrentados que visamos explicitar.

Primeiramente é importante salientar que quando decidimos que o estudo de caso seria realizado na universidade em que me formei, compreendemos que a abertura para a realização das entrevistas seria maior, embora meu contato com a comunidade trans da instituição, fosse muito menor se comparado com a da cidade. Uma vez que adentramos na etapa da realização das entrevistas, houve primeiro a ressalva de muitos por eu estar entrando em contato e segundo, como eu havia conseguido seus dados. Como já descrito, todos os dados foram obtidos pela plataforma E-sic e com essas informações, foi possível identificar pessoas que haviam solicitado o nome social. Mesmo com todo cuidado na hora da aproximação, muitos se sentiram vulneráveis pelo fato de terem suas informações expostas, e isso é muito importante quando trabalhamos com pessoas trans, pelo fato de elas constantemente terem seus direitos violados e sofrerem diariamente discriminações, por isso o fato de qualquer pessoa saber quem são, os deixa ainda mais vulneráveis, fazendo com que o medo tomasse espaço.

Em uma de nossas aproximações, uma estudante relatou que constantemente era abordada na universidade para pesquisas, a última realizada por estudantes da Saúde Coletiva, vinha lhe indagar como era trabalhar na prostituição, mesmo ela nunca tendo exercido essa atividade, pesquisas como esta revelam o preconceito e as inúmeras pesquisas feitas com cunho transfóbico em espaços acadêmicos. Esses “estudos” fizeram e fazem com que estes estudantes e principalmente mulheres trans e travestis, prefiram não participar, pois constantemente se veem estigmatizadas, como o caso mencionado. Por isso pessoas cis, assim como eu, por melhor intencionadas que sejam, possuem maior dificuldade no campo.

Em meu caso especificamente, encontrei dificuldades em realizar as entrevistas com as estudantes, sendo mais bem aceita por homens trans do que pelas travestis e mulheres trans,

em um primeiro momento. Até minha qualificação, todas as entrevistas realizadas tinham sido feitas com homens, fazendo com que eu repensasse a viabilidade da pesquisa inicial. Os inúmeros cancelamentos de entrevistas e aproximações, fizeram com que a insegurança surgisse e a angústia e incerteza fossem presentes em toda nova tentativa de entrevista.

Essas situações inesperadas foram sendo superadas graças a todo apoio oferecido por meu orientador e pela banca de qualificação, como também pela abertura da pesquisa para a comunidade trans de Foz. O fato de eu já ser conhecida por algumas das principais lideranças e diante do apoio delas, me proporcionaram realizar as entrevistas sem problemas e ademais, ser convidada para participar das reuniões da organização. Essa participação foi essencial para que eu me sentisse segura e conseguisse vencer todas as adversidades, até então enfrentadas na pesquisa. O carinho e a compreensão das integrantes da Casa de Malhú e de Wall, fizeram toda a diferença nesta pesquisa, sendo assim ressaltamos que o vínculo com a comunidade é essencial para o sucesso da mesma.

Assim a “falsa impressão” em que começamos essa pesquisa, acreditando que ela seria mais acessível por eu ser da mesma instituição, mesmo em parte sendo essa assertiva verdadeira, demonstrou que as barreiras impostas por todas as adversidades que os entrevistados perpassam, acabam por serem maiores. Outro fator importante é que mesmo com todo o apoio, as trans que se dedicavam a prostituição não quiseram participar, justificando que as que estudam, agregam muito mais a pesquisa, e mesmo com a insistência, elas não se sentiam confortáveis em participar. Gostaríamos de colocar por fim, que ao findar a etapa das entrevistas, muitas outras foram sendo possibilitadas, o que revelou que quanto maior o tempo de inserção no campo, maior é a possibilidade de aceitação por parte da comunidade.

1.3 Os Caminhos Percorridos Até Aqui: Perfil dos Estudos Encontrados sobre o Tema.

A presente pesquisa visou averiguar por meio do catálogo de teses e dissertações da Capes, o número de trabalhos visando pessoas trans em espaços educativos, sejam eles escolas ou universidades. Para tal levantamento as palavras-chaves foram respectivamente estas: travesti, transexual, escola e universidade. Determinados os termos para busca, delimitou-se também o período de tempo para tal, que compreendeu os anos de 2007 à 2017.

Deste modo os dados encontrados foram, 27 trabalhos dentre eles 22 dissertações e 6 teses, todos com palavras-chave de alguma forma identificando educação, escola, docência e é

claro travestis e transexuais. A concentração destas pesquisas durante este período se apresentou da seguinte maneira,

Tabela 2 – Relação dos trabalhos sobre educação e pessoas trans

Título	Autor	Universidade	Data da Defesa
UNIVERSO TRANS EM TEMPOS DE INCLUSÃO SOCIAL: qual o lugar da prostituição?'	Igor Torres Oliveira Ferreira	UERJ	01/05/2007
OS 'MONSTROS' E A ESCOLA : identidade e escolaridade de sujeitos travestis	Alessandra Maria Bohm	UFRGS	01/12/2009
CARTOGRAFIAS DA TRANSEXUALIDADE: A Experiência Escolar E Outras Tramas'	Dayana Brunetto Carlin Dos Santos	UFPR	01/08/2010
SOBRE A EDUCAÇÃO AÇÜENDADA: uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal'	Jeferson Renato Montreozol	UFMS	01/08/2011
TRAVESTIS NA ESCOLA: assujeitamento ou resistência à ordem normativa	Luma Nogueira De ANDRADE	UFC	01/08/2012
TRAVESTILIDADES E ESCOLA NAS NARRATIVAS DE ALUNAS TRAVESTIS'	Adriana Sales	UFMT	01/12/2012
A PEDAGOGIA DO SALTO ALTO: Histórias De Professoras Travestis E Transexuais Brasileiras	Marina Reidel	UFRGS	23/08/2013
O USO DO NOME SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	Maria Lucia Chaves Lima	PUC-SP	13/05/2013
EXPERIÊNCIA DAS TRAVESTIS NA ESCOLA: entre nós e estratégias de resistências	Daniela Torres Barros	UFPE	26/02/2014
QUANDO O “ESTRANHO” RESOLVE SE APROXIMAR: A Presença Da Professora Transexual E As Representações De Gênero E Sexualidade No Ambiente Escolar	Tiago Zeferino Dos Santos	UNISUL	16/12/2014
TRAJETÓRIAS DE ALUNOS E ALUNAS TRANSGÊNEROS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ	Luciano Marques Da Silva	UFRRJ	30/06/2015

A CONSTRUÇÃO DE CORPOS TRAVESTIS: Trajetórias Que Falam De Binarismos E Subversões No Espaço Escolar	Ana Carolina Santos Barbosa	PUC-RJ	11/06/2015
A EXCLUSÃO DEMOCRÁTICA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA GESTÃO EDUCACIONAL: um estudo das relações entre gênero, sexualidade e hierarquia	Igor Ramon Lopes Monteiro	UFMG	29/05/2015
IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE: Representações Sociais nos processos de formação e educação	Robson Batista Dias	UFMS	11/12/2015
ENTRE OCÓS, TRUQUES E ATRAQUES: A Produção De Confetos Sobre As Experiências De Educadoras Trans Do Projeto TRANS FORMAÇÃO	Lucivando Ribeiro Martins	UFPI	29/02/2016
MORRER PARA NASCER TRAVESTI: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância	Tassio Acosta Rodrigues	UFSCAR	29/02/2016
UM NOME SUI GENERIS: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG	Claudio Eduardo De Resende Alves	PUC - MG	04/04/2016
TRANSEXUAL, TRANSVERSAL, TRANSGRESSÃO: O que dizem docentes sobre pessoas trans* na escola	Cristiano Da Silva Brasil De Moraes	UFRJ	27/07/2016
“JÁ É NEGRO E AINDA QUER SER TRAVESTI?” – Experiências Trans De Mulheres Negras	Camila Pina Brito	UESB	30/07/2016
(TRANS) PENSANDO A EDUCAÇÃO SOCIAL: Os Sentidos De Ser (Trans) Educadora Social	Rodrigo Bravin	UFES	28/07/2016
“QUEM VOCÊ PENSA QUE ELA É?”: representações sociais de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia acerca da travesti	Carlos Alberto Porcino	UFBA	02/08/2016
“NOTAS” DE UMA VIDA: VIVÊNCIAS TRANS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	Roberta Polak	UNICENTRO	26/08/2016
DOCÊNCIAS TRANS*: Entre A Decência E A Abjeção	Dayana Brunetto Carlin Dos Santos	UFPR	31/03/2017
“DA LAGARTA À BORBOLETA”: O processo de constituição da identidade e os direitos do sujeito transexual'	Aryanne Sergia Queiroz de Oliveira	UERN	16/03/2017

TRAVESTILIDADES, MARCADORES ÉTNICOS E DOCÊNCIA: um estudo com base em narrativas de uma travesti professora do interior baiano	Danilo Dias	UESB	16/03/2017
MEMÓRIAS DE PROFESSORAS TRANSEXUAIS NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL	Fabiana de Pieri	UEMS	07/07/2017
SOCIALIZAÇÃO, DIFERENÇA E DESTINO: A EXPERIÊNCIA TRANS	Hugo Leonnardo Cassimiro	UFG	28/08/2017

Fonte: Autoria Própria (2020)

Graficamente a concentração desses trabalhos ao longo do período analisado está assim disposta,

Gráfico 1- Trabalhos sobre pessoas trans e educação

Fonte: Autoria Própria (2020)

A maior parte dos trabalhos como pode-se averiguar, foi realizada nos anos de 2016 e 2017, sendo que 2016 contou com 6 dissertações e 1 tese e 2017 com 4 dissertações e 1 tese. Como buscava-se averiguar todos os meandros das dissertações e teses realizadas no país, a busca por saber em que área se concentrava as pesquisas, também foi importante. Assim, o

maior número de trabalhos foi encontrado na área de educação, seguido por psicologia e áreas interdisciplinares, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Concentração das pesquisas por campo

Fonte: Autoria Própria (2020)

De onde partiram essas pesquisas? Está também era uma das dúvidas desta análise, visto que esta temática ainda é pouco explorada no cenário acadêmico brasileiro, e a concentração ou falta desta em alguma das regiões, poderia nos indicar hipóteses tais como, onde a mesma estaria sendo produzida e a temática estaria ganhando espaço, e onde está ainda estaria “esquecida” e consequentemente sem incentivo. Quanto à região, pode-se averiguar que o sudeste foi à zona mais expressiva, contando com nove trabalhos, seguido pelo nordeste com sete, sul com seis, ficando assim, a região centro-oeste cinco e o norte infelizmente não produziu nenhuma dissertação ou tese sobre a temática até 2017, segundo dados da plataforma sucupira.

Gráfico 3 - Teses e dissertações por região

Fonte: Autoria Própria (2020)

Diante desses dados, pode-se inferir algumas hipóteses que pautam desde índices de escolaridade da população travesti e transexual nessas regiões, como também, sobre a inserção da mesma no sistema de ensino. Obviamente não se pretende nesta pesquisa, levantar outras hipóteses, e sim por meio dos dados coletados, demonstrar a situação das pesquisas sobre a temática e mais ainda, refletir como a produção acadêmica reflete nas políticas públicas de cada região. Assim sendo, demonstra-se graficamente o exposto acima.

Adentrando nos trabalhos, procurou-se averiguar se os mesmos partiam de uma base comum, ou seja, de discussões semelhantes e se existiam nestas pesquisas autores que centralizam as citações. A busca por esses dados se justifica por uma inquietação quanto à baixa produção sobre o tema, visto que isso levaria a constatações quanto a baixa inserção desta população no sistema de ensino ser ainda hoje um tabu no mundo acadêmico. Ademais de problematizar sobre a maior parte dos programas de pós-graduação brasileiros, por não mostrarem interesse ou pior, por serem transfóbicos, exatamente por se dizerem interessados em problemas reais da sociedade e relativizarem algo que já deveria ter sido discutido a muito tempo.

Desta maneira, debruçando-se nas pesquisas realizadas, pode-se averiguar a expressiva contribuição de autores como Foucault e Louro, presentes em 100% dos trabalhos, seguidos por Bento e Butler presentes em cerca de 80% destas pesquisas. A inegável contribuição destes autores para estudos realizadas em gênero acrescentou e ainda acrescentará muito as

pesquisas nesse campo, no entanto a preocupação em que todas as produções sobre a temática se respaldam nestes autores é motivo de inquietude para quem sonha com um campo que seja diverso. Embora existam autores com grande prestígio e seja necessário dar embasamento às pesquisas, visualizar o que anda sendo produzido atualmente e verificar nossa própria realidade como pesquisadores, deveria ser um ponto de partida para que o campo ganhasse a dimensão que merece. Aclarando que isso não é negar o que já foi produzido, mas sim dar espaço para que o campo seja mais plural e que novas repostas para os mesmos problemas sejam alcançados.

As peculiaridades quando se trata deste assunto, não terminam por aí, pois quando se verifica se existe alguma universidade que tenha como campo de pesquisa este tema, novamente encontramos pesquisas realizadas sem nenhuma continuidade pelos programas, argumento comprovado por somente a UFRGS possuir dois trabalhos publicados sobre o tema. Agora qual seria a justificativa para nenhum programa se ater a esse tema? Falta de programas que estudem educação claramente não é, devido ao fato de encontramos cento e oitenta seis (186) programas de pós-graduação em educação em todo país, sendo oitenta e oito (88) os que contemplem mestrado e doutorado, quarenta e oito (48) unicamente mestrado e um (1) somente doutorado, restando quarenta e oito (48) em mestrados profissionais. Estas informações nos fazem refletir sobre a baixa inserção de pessoas trans na graduação e consequentemente na pós-graduação, o que ocasiona esse tão escasso número de pesquisas sobre a problemática, como também o que é considerado pelos programas de pós-graduação como um problema da educação desigual do país, bem como de políticas públicas educação.

1.3.1 Produção Acadêmica e a possível correlação com políticas públicas.

As indagações quanto à falta de programas de pós-graduação e de pesquisas em certas regiões do país relacionado com o tema, podem levar a inúmeras indagações, no entanto, as perguntas aqui são outras, e é com a intenção de verificar como a falta de produção sobre este tema pode estar diretamente relacionado com a escassa política pública para esta população quando o tema é educação, que iremos nos ater.

Durante a análise dos dados, uma das perguntas que surgiram é se o recente debate de gênero realizado nas esferas públicas por meio da pressão popular contribuía também para que a academia despertasse interesse pela temática, e com esse intuito buscou-se a concentração das pesquisas no período de tempo de 2007 à 2017. Assim observou-se que a maior parte destas pesquisas foi publicada no ano de 2016, como observado no Gráfico 1.

Notadas essas ausências, deu-se início a busca de políticas públicas de forma geral a essa população. A maior expressão de políticas, encontram-se na área da saúde, contudo nos últimos anos, as políticas públicas como um todo apresentam relevante aumento. Dado relevante para compreensão do vertiginoso aumento nas pesquisas deste tema.

Gráfico 4 - Relação Políticas Públicas versus Pesquisas

Fonte: Autoria Própria (2020)

Como gráfico acima pode demonstrar, o aumento de políticas públicas para esta população está atrelada ao aumento de pesquisas sobre as mesmas na academia. Com relação a decretos, resoluções, portarias e jurisprudência o aumento vem sendo vertiginoso com o passar dos anos, contudo não se pode esquecer que dentro destas, a área que mais se destaca é a saúde. Dentre as pautas que mais se destacam, está a garantia do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), garantido efetivamente em 2008, e a portaria nº 2.803 de 2013, que estabelece políticas públicas específicas para essa população, possibilitando a criação de ambulatórios para pessoas trans, como ocorre no Distrito Federal e na Paraíba.

Muito recentemente conquistas como o nome social em documentos como; Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física foram garantidos, bem como o direito à alteração do nome e gênero no registro civil, a inclusão de nome social no Título Eleitoral, a transferência para estabelecimento prisional compatível com o gênero, ademais de em 2019 a Homofobia e a Transfobia finalmente terem se tornado crimes. No âmbito da educação, conquistas como o nome social em registros escolares somente foram garantidas no ano de 2018, ou seja, discussões sobre ações afirmativas e garantias dessa população a educação ainda andam em

passos lentos, uma vez que as ações afirmativas implementadas são de iniciativa das próprias instituições de ensino.

Iniciativas inovadoras como a da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que em 2014, garantiu cotas para pessoas trans no mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sustentável, são transformadoras e revolucionárias. É necessário frisar que o Ministério da Educação (MEC), ainda não havia instituído a portaria nº 13 de 11 de maio de 2016, que garante ações afirmativas na pós-graduação. Após essa medida, universidades como a Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e inclusive o Programa de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (USP), no qual está dissertação se elaborou, aprovaram cotas para a pós-graduação abrangendo pessoas trans, levantando o debate sobre ações afirmativas para essa população, ainda inexistente no país.

Dentre as várias ausências sentidas neste levantamento, uma delas foi a de não encontrar especificamente pesquisas que tratassem de ações afirmativas. Embora todas estas pesquisas trabalhem com educação, notou-se uma ausência na discussão de políticas públicas para travestis e transexuais em espaços educativos, especificamente se tratando de ações afirmativas, como acesso e permanência. Gostaríamos de aclarar que o fato de levantarmos esses dados e o aqui apresentarmos, não tem como intuito relativizar as inúmeras contribuições que estes trabalhos ofereceram e continuam a oferecer para o campo, somente buscamos destacar como o tema de políticas públicas, ações afirmativas e especificamente inserção e permanência, todavia são inusuais em pesquisas que trabalham com a temática.

Desta maneira, quando o assunto gira em torno desta temática, as discussões ainda são muito recentes, ainda mais em espaços elitizados como as universidades. Dentre as inúmeras pautas de luta desta população, a inclusão, a permanência e a garantia de direitos básicos, como o uso do banheiro público segundo sua identidade de gênero e seu nome social respeitado em qualquer espaço, ainda são pautas que geram debates e não estão plenamente garantidos, até os dias de hoje. Referente a produção de políticas públicas, trataremos mais especificamente deste tema em nosso quarto capítulo.

1.4 Situando o Problema

Inicialmente a discussão sobre educação em si, ou melhor, sobre a origem das instituições educativas, remonta a um momento de ruptura do modo de produção comunal que

acabou por determinar o estabelecimento das sociedades de classes⁹. A consciência criada desde estes tempos remotos, era a de que a instrução seria realizada para poucos e o aprendizado do trabalho para muitos (MANACORDA, 1989).

Essa lógica operou muito bem no Brasil, bem como, em toda a América Latina, com o advento da colonização, que ademais de reservar a educação para poucos, tratou nossa diversidade cultural de forma a homogeneizar-la em torno de “estatutos linguísticos e demais elementos simbólicos na perspectiva dominante dos grupos detentores do controle da sociedade” (MELO, 2017, p. 2). Essa diretriz colonial de homogeneização, adquiriu maior potencial com a implantação dos sistemas nacionais de educação, que edificaram os símbolos da nação, a língua, bem como dos valores morais (SAVIANI, 2008).

No caso brasileiro, especificamente, ao longo de quase quatro séculos, as instituições escolares foram constituídas por pequenos e restritos grupos, que só possuíram um crescimento acelerado à partir de 1930, com a escola de massa. De forma muito semelhante, a origem das escolas superiores no país, foi demarcada com a criação de escolas profissionalizantes em áreas tradicionais como medicina, direito e engenharia¹⁰, consolidando-se como lugar de preparação das elites brasileiras.

Shiroma et al. (2000, p. 25-26) explana isso muito bem, quando aponta como a educação no país sempre foi considerada uma estratégia para resolver a questão social “por um lado, lugar de ordenação moral e cívica, da obediência, do adestramento, da formação da cidadania e da força de trabalho necessária à modernização administrativa. Por outro, finalidade submissa aos desígnios do Estado”.

Essa estrutura social, que incorporou a educação a serviço do desenvolvimento capitalista, e conseqüentemente somente serviu e serve aos interesses da classe dominante, só possuirá um papel diferente, se ela se posicionar a favor dos interesses dos historicamente excluídos deste espaço.

A luta por uma educação inclusiva e que transforme a sociedade, passa necessariamente pela compreensão de que a classe dominante (branca, cis, hétero e patriarcal) sempre tentará conservar a forma social existente, a fim de que contradições da estrutura não

⁹ Para quem possuir interesse em conhecer mais sobre a história da educação ver Saviani (2008) e Manacorda (1989).

¹⁰ Os primórdios e o desenvolvimento da educação superior no Brasil podem ser encontrados em Cunha (2003, p. 151).

sejam possíveis. A lógica na qual atua a educação na sociedade atual, é fundamental para entender-se o porquê de alguns grupos estarem inseridos e outros não no processo educativo.

Ora se a pesquisa busca dialogar com o porquê não existem políticas públicas para pessoas trans na educação superior pública, primeiramente precisa assimilar-se que estamos envolvidos em uma estrutura societal capitalista, que transformou a educação em um instrumento destinado a “não só a proporcionar os conhecimentos e o pessoal necessário para a expansão da maquinaria produtiva do sistema, senão também a gerar e transmitir um marco de valores que legitime os interesses dominantes.” (SADER, 2008, p. 9, tradução nossa).

Quanto a esse marco de valores principalmente para a população travesti e transexual, é importante voltar os olhos, para a formação da família burguesa e de sua vinculação com a reprodução de discursos condenatórios à todas as forma de viver e expressar sexualidade, além dos limites por ela impostos. Como Ariès (1981) expõe, anterior ao período da família burguesa, essa instituição enquanto um espaço privado de socialização, contraposto ao espaço público, praticamente não existia. Assim sendo, a própria ideia da família ser considerada como um “átomo” da sociedade, com importância e função única para seu funcionamento, é própria do modelo de família burguesa que vigora até hoje.

A vigilância de práticas sexuais dissidentes competia exclusivamente a moral e a religião, por meio da Igreja. A rigidez dessa vigilância só começou a se impor, uma vez que a sociedade burguesa, já delineava seus contornos com preceitos na defesa da moral sexual.

As promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade lhes repugnavam (aos burgueses). Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originariamente um fenômeno burguês (...). Existe, portanto uma relação entre o sentimento da família e o sentimento de classe (Ariès, 1981, p. 195).

A família passa dessa forma, na sociedade burguesa, a ter importância e poder de ascendência socialmente e suas funções como gestão do patrimônio privado e transferência de patrimônio, são fortalecidos pela relação com a propriedade. Perrot (1991, p.105) coloca que essa centralidade na família e a proteção dos valores morais dessa sociedade burguesa, seriam responsáveis pelo “gerenciamentos dos interesses privados” e seu bom andamento acarretaria no vigor dos Estados e no progresso da humanidade. “Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios”.

É a partir dessa elevação da importância da família, que não seria suficiente somente o caráter moral e religioso para sua proteção, passando a cientizar essa moral e a categorizar as personalidades humanas. Esse processo de atribuir rígidos papéis que não poderiam ser questionados, por homens e mulheres, quanto a masculinidade e a feminilidade, acabaram por se tornar a base do sistema patriarcal.

Quando se menciona patriarcado¹¹, muitas vezes o mesmo é limitado ao campo da dominação, modelado pela ideologia machista, no entanto este não se limita a esse campo e muito menos pode ser reduzido a relações interpessoais. O que Arruzza (2015) defende é que em países capitalistas o sistema patriarcal não é autônomo ao capitalismo. As relações patriarcais continuam a vigorar, no entanto não são parte de um sistema separado. A base pela qual compreendemos as desigualdades de gênero e o racismo, não pode ser separada como relações distintas, uma vez que o capitalismo “é uma totalidade versátil, contraditória, continuamente em movimento, com relações de exploração e alienação que estão constantemente em um processo de transformação” (ARRUZZA, 2015, p. 48).

É indispensável para uma análise como a que se pretende realizar, que as relações sociais de gênero, classe e raça estejam presentes, a fim de compreender o sistema cis-heteropatriarcal-racista-capitalista em que estamos inseridos. Por isso, o caminho que se pretende seguir com este trabalho é o de certa forma realçar como o capitalismo tendeu a utilizar as diferenças pré-existentes de forma oportunista. Demarcando como ele utilizou diferenças de raça e gênero (aqui também compreende-se identidade e orientação sexual) para criar hierarquias entre os setores da classe explorada (ARUZZA, 2015, p. 49).

Salientar que a homossexualidade, transexualidade/travestilidade e qualquer outro desvio da norma, se colocam para essa sociedade, como uma desorientação na vigência da família patriarcal, a fim de que a constituição de uma família heterossexual, gestora do patrimônio, e reprodutora de valores se perpetue. Deste modo, para este sistema a ameaça (LGBT's) é combatida com a inferiorização e a patologização de quaisquer formas de vivência de sexualidade ou de identidade de gênero que não se identifiquem com os papéis pré-estabelecidos de feminino e masculino. (MISKOLCI, 2007)

Assim sendo, todo este recorte será utilizado, não para colocar os problemas enfrentados por pessoas trans como um plano consciente do capitalismo, mas como suas práticas e políticas que se baseiam em desigualdades de gênero e raciais, são muito úteis desde o seu ponto de vista. Cabe de este modo ressaltar que a relação, entre exploração e opressão de travestis e transexuais estará diretamente associada à relação estrutural entre cis-heteropatriarcado, racismo e capitalismo.

1.5 Objetivos da Investigação

¹¹ Não se trabalha aqui com a noção de patriarcado como uma analogia weberiana.

Quando falamos de educação e no direito de como cidadãos de contarmos com esta, possuímos como referência a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 205 diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

No entanto, para uma parcela da população, o grupo conformado por LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais), a realidade enfrentada no ambiente escolar é muito diferente, uma vez que segundo dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2016, revelou estatísticas de que:

- 60% se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual.
- 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero.
- 48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por seus pares.
- 55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans.
- 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual.
- 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero.
- 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual.
- 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero.
- 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.
- 36% dos/das respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões.
- 39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2016, p. 19).

O que todos estes dados nos oferecem é de que primeiramente, a Constituição de fato não consegue ser cumprida, visto que esta parcela da população não se sente segura em espaço escolar, e que por isso, muitas vezes, acabam abandonando essa instituição em decorrência de todas estas violências sofridas. Ademais de que a “família”, mencionada como responsável também pela garantia da educação, no caso de pessoas trans, na maioria das vezes nem mantém contato com as mesmas. Esses dados não são encontrados em pesquisa brasileiras, no entanto, as estatísticas realizadas pelo grupo U.S Transgender Survey em publicação de James et al (2016, p.6), localizado nos Estados Unidos, demonstra os percentuais dessa relação familiar neste país.

Figura 1 - Impacto da família

Fonte: <https://transequality.org/sites/default/files/docs/usts/USTS-Executive-Summary%28SP%29-Dec17.pdf>

Recordando que os Estados Unidos está, segundo dados do Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (2018), como o 3º país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Destaca-se que a 1ª colocação está com o Brasil e por este fato, poderia-se constatar que o número de pessoas trans que sofrem com esse impacto familiar no país, é muito maior do que nos dados apresentados nos Estados Unidos.

O que se pretende com esses dados, com a discussão sobre a constituição e sobre o papel da família, é ressaltar que a educação “garantida” pela constituição, ou seja, a educação de ensino básico¹², já sofre com preconceitos e estigmas contra pessoas trans. E que nem ao menos essa, é acessível a grupos que não se enquadram a uma norma pré-estabelecida pela heteronormatividade, que o sistema patriarcal impõe. Logo, pensar a educação enquanto uma política pública de “obrigação” do Estado é mais que necessário. Uma vez que o ambiente universitário, jamais foi em toda sua história, um local acessível às massas, e mais ainda para pessoas que fogem a norma. Compreender que ademais de todo este estigma, muitas vezes

¹² Na Constituição Federal o dever do Estado com a educação está esboçado no artigo 208 que refere-se “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de; - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

estas pessoas não contam com nenhum apoio familiar, talvez possibilite a compreensão de que possuir condições de ingressar na universidade e permanecer na mesma, não é somente uma tarefa de esforço próprio.

Dessa maneira, o objetivo central do trabalho é de analisar as dificuldades de inserção e permanência de pessoas trans no ensino superior público, por meio do estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A partir daí, discutir o porquê, ou melhor, a quem interessa que não existam políticas públicas de inserção e permanência de pessoas trans em universidades públicas. Ademais de compreender como um projeto educativo com parâmetros inclusivos, não incluiu temáticas ligadas à identidade de gênero.

Outros objetivos da pesquisa são: levantamento de dados sobre o número de estudantes trans presentes na UNILA; mapeamento das políticas públicas voltadas à questão de identidade gênero nesta universidade e de outras instituições de ensino no Brasil e a verificação de como o tema está se desenvolvendo na América Latina.

1.6 Critérios Teórico-Metodológicos

No momento em que a proposta dessa dissertação foi definida, o processo para que a lente teórica que nortearia este trabalho pudesse refletir o contexto social em que estamos inseridos e a razão pela qual nossas instituições estão incorporadas, seguiu a lógica de que esses processos não são dados distintamente, mas sim conectados de alguma forma complexa. A obra de Davis (2016) foi assim fundamental para a compreensão da necessidade de não hierarquização das opressões e o quanto é necessário considerar raça, classe e gênero para repensar e possibilitar um novo modelo de sociedade.

Com base nisso, para que se compreenda como o capitalismo interfere na educação, ao mesmo tempo em que mantém as hierarquias sociais, interferindo diretamente na vulnerabilidade de pessoas trans, a fim de manter a ordem pré-estabelecida pelo capital, nos propusemos a relacionar estas relações sociais com as instituições e políticas, a fim de assim tornar compreensível, como todo esse processo não é distinto, como muito nos levam a crer.

Embora se saiba que as análises marxistas, tenham muitas vezes negligenciado a relação capitalismo, racismo e patriarcado, não se pode negar o potencial que a perspectiva marxista possui para explicar a complexidade de relações e da capacidade de intervenção para transformar essa estrutura (MATTOS, 2017). Primeiramente, quando menciona-se que se

compreenderá o problema por meio da lente transfeminista, entende-se que essa linha de pensamento protesta contra qualquer hierarquização de opressão de gênero, raça e classe e principalmente que subalternizem pessoas trans, para tanto, tal como Kaas (2015) aponta, a prática transfeminista partilha de praticamente todas as ideias feministas tradicionais, e as absorve em prol de políticas trans de emancipação. Sendo essencial ressaltar como coloca Emi Koyama (2001) no texto Manifesto Transfeminista que:

(...) O Transfeminismo não é sobre se apoderar de instituições feministas existentes. Ao contrário, é sobre ampliar e avançar o feminismo como um todo através da nossa própria liberação e trabalho em coalizão com todas as outras pessoas. O Transfeminismo luta por mulheres trans e não trans, e pede às mulheres não trans para lutarem por mulheres trans também. O Transfeminismo engloba políticas de coalizão feminista nas quais mulheres com diferentes vivências e histórias lutam umas pelas outras, pois se não lutarmos umas pelas outras, ninguém irá (Emi KOYAMA, 2001, p. 2, tradução nossa¹³).

Diante disso, compreendemos que as opressões não fazem parte de sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares, “eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes” (ARUZZA, 2015, p. 57).

Dentro do escopo feminista existem diferentes correntes para explicar os mesmos processo e por isso, este trabalho não se limitará a seguir uma linha unicamente, visto que para esta dissertação ambos os escopos teóricos, transfeministas, do feminismo negro e marxistas, construirão a lógica pela qual se compreenderá como todo este sistema conflui para a opressão de pessoas trans.

Assim sendo, se compreenderá em primeiro lugar que, “uma relação de exploração sempre implica numa relação de dominação e alienação”, como Arruzza (2015, p. 53) expõe, “A trabalhadora é antes de tudo um corpo que vive e pensa, submetido a formas específicas de disciplina que a remodelam”. Para tanto, compreende-se que todo processo produtivo está conectado ao processo disciplinar, pois este constitui parcialmente o tipo de indivíduo que esse trabalhadora se torna.

O que necessariamente essa compreensão reflete neste trabalho e mais ainda na vida de pessoas trans, diz muito a respeito ao fato de que, quando buscamos dados sobre a população trans, as primeiras notícias que são encontradas na grande maioria das vezes se referem a prostituição.

13 Transfeminism is not about taking over existing feminist institutions. Instead, it extends and advances feminism as a whole through our own liberation and coalition work with all others. It stands up for trans and non-trans women alike, and asks non-trans women to stand up for trans women in return. Transfeminism embodies feminist coalition politics in which women from different background stand up for each other, because if we do not stand for each other, nobody will.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontam que 90% dessa população, utiliza a prostituição como fonte de renda, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Esclarecemos que longe de trazermos este dado como uma crítica a essa profissão, essa está longe de ser uma escolha para pessoas trans, pois serve mais como uma determinação para estes corpos, visto que não existe no mundo nenhum grupo propenso a desempenhar uma determinada atividade como ocorre com a população trans (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2018).

Partindo deste expressivo número e da obra de Amara Moira (2016), que demonstra que a prostituição ainda é hoje o único espaço que garante fonte de renda, e de que este é um dos únicos espaços onde estas pessoas podem existir, ao mesmo tempo em que as violenta e as mata, que se faz imperativo pensar as relações do capitalismo, não como meramente econômicas, mas com um núcleo fortemente constituído em relações de exploração, dominação e alienação.

A percepção fragmentária das violências sofridas por essa parcela da população, como algo independente do capital, diz o que Bensaid (1995) observava como o fetichismo econômico que nos força a pensar a sombra do capital. A percepção de Lugones (2012) coloca o princípio de contradição e hierarquias introduzido pelo colonialismo e é fundamental por compreendermos que:

Esta dicotomía es central en la introducción colonial capitalista de un sistema de género que separa lo humano y lo no humano. El desarrollo de la Conquista, la Colonia y el capital se volvió el proyecto por excelencia de España y Portugal en el siglo XVI y de Inglaterra, Holanda y Francia en el siglo XVIII. Los europeos introdujeron la dicotomía racial con respecto a las personas, el trabajo, las prácticas sociales, la lengua, la sociedad misma, es decir, lo que Aníbal Quijano llama la colonialidad del poder (LUGONES, 2012, p. 130).

Outra autora que nos auxilia nessa compreensão é Arruzza, ao colocar que;

Os efeitos do colonialismo, do imperialismo, da pilhagem de recursos naturais por parte dos países capitalistas avançados, das pressões objetivas da economia de mercado global, etc., tem um impacto significativo nas relações sociais e familiares que organizam a produção e distribuição de bens, frequentemente exacerbando a exploração das mulheres e a violência de género (ARRUZA, 2015, p. 47).

Diante de toda essa discussão, insere-se o papel da educação como uma estratégia de transformação para essa dura realidade. Compreende-se o papel da educação de empoderar e empoderar-se, como Freire (1986) apontou,

A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (FREIRE, 1986, p.72).

Dessa forma, quando se mencionar educação e seu poder de empoderamento para as pessoas trans, tratara-se de se compreender por meio dessa definição, ou seja, do poder transformador que a educação para essa população pode oferecer na luta por uma sociedade com igualdade.

Embora seja necessário apontar o sistema educacional e o próprio ensino superior como um sistema hierarquizante e marcado por padrões pré-estabelecidos, como Bourdieu e Passeron (1995) colocaram, gera-se um perigo de se compreender a educação, como sendo unicamente um instrumento da burguesia na luta com o proletariado. Por isso as contribuições de Freire e Saviani, colocando a educação como transformadora e podendo ser um instrumento do proletariado contra a burguesia, é onde se situará esta pesquisa (SAVIANI, 2013).

Partindo desse pressuposto, a metodologia interdisciplinar adotada foi a qualitativa de abordagem etnográfica, uma vez que este tipo de pesquisa para Flick (2009) é considerada uma estratégia mais flexível, que aceita o emprego de outros tipos de métodos e concentra-se na redação e descrição de experiências em campo. O fato dessa abordagem “compreender ‘de dentro’ os fenômenos educacionais é imprescindível para nossa pesquisa, uma vez que pretendemos explicar a realidade com base na percepção, atribuição de significado e opinião dos “atores” e das pessoas que nela participam” (ESTEBAN, 2010, p. 163-164). Assim sendo, a base pela qual utilizaremos a abordagem etnográfica, é devido ao fato da observação e teoria serem intrínsecas, andando de forma conjunta e não independente.

Dessa maneira as aproximações e entrevistas que se realizaram, vão de encontro com o que Vasconcelos (2016, p. 21) descreve “observa, escuta com todos os teus sentidos; tenta compreender, esquece os teus preconceitos, esquece que és “especialista”, esquece as tuas ideias sobre “como devia ser”, assume a tua ambiguidade como “colonizadora”. Esta forma de compreender o campo e de entregar-se como Oliveira (1996) expõe de olhar, ouvir e assim escrever, conferiram ao trabalho de campo que foi realizado, outra dimensão, a do ato da empatia, como Lagness & Frank explicitam.

Se há um ponto que gostaríamos de tornar relevante (...) é que através do trabalho de escrever vidas - a nossa própria e as vidas dos outros - nós nos podemos humanizar. Os atos de empatia que surgem ao tentarmos entender a realidade das pessoas, por vezes muito diferentes de nós próprios, podem dar origem a processos transformadores. tais atos de empatia, seja bem sucedido ou não em simular a experiência da outra pessoa, ajudam-nos a quebrar as barreiras do “ego” e da identidade que nos trazem de alguma forma a ilusão de estarmos separados e distantes do fluxo de consciência humana através dos milênios. Tal perspectiva de empatia sobre o mundo de hoje pode ser importante face a interesses sectários definidos de formas limitadas (LAGNESS & FRANK, 1981, p.154).

A própria atitude dialógica referida por Freire (1975), com a importância do diálogo sem relação de dominação, nesse caso específico com os entrevistados, permitindo que essa relação seja construída com base em uma relação recíproca, respeitando as vidas desses participantes que eu estou a querer compreender, estão refletidas nos capítulos seguintes.

Vasconcelos (2016) e sua base para compreensão de um trabalho de campo, como sendo tecido na escrita e de como ao tecê-lo a harmonia e a verdade, poderão ser realizadas pela não ordem, é onde busca-se inspiração para esse trabalho, a fim de que a autenticidade que somente o campo pode trazer, esteja presente neste estudo.

1.7 Corpus

O núcleo documental para a realização deste trabalho será resultado da pesquisa realizada na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Sendo esta universidade o lócus da pesquisa. O trabalho de campo estendeu-se de maio de 2018 e seguiu até julho de 2019.

As fontes e os documentos consultados foram:

1.7.1 Arquivos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Por meio deste sistema federal, qualquer pessoa, física ou jurídica pode encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. É uma ferramenta que se pauta na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) que regulamenta o direito constitucional de se obter acesso à informação. Por meio desta ferramenta o acesso aos dados da instituição são garantidos e caso a mesma não a venha oferecer, ou a oferecer de forma insatisfatória, existe a possibilidade de entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

- Relatório com relação de solicitações de nome social realizados na UNILA de 2010 até 2017.
- Relatório com cursos de origem das pessoas que solicitaram o nome social, como também situação na universidade (vínculo ativo ou cancelado), e ano/período de ingresso.
- Relatório com número de ingressantes brasileiros e estrangeiros por ano e nacionalidade de 2010 até 2018.

- Relatório com a porcentagem de alunos brasileiros e estrangeiros em cada carreira de 2010 até 2018.
- Relatório de critérios para admissão de alunos estrangeiros de 2010 a 2018.

1.7.2 Arquivos dos Documentos Disponibilizados pela Transgender Europe

Organização de pessoas trans criada em 2005 na Europa que também atua na Ásia Central. Trabalha em defesa de direitos para pessoas trans, na construção de uma comunidade e principalmente dando voz e visibilidade as causas dessa população. Como uma das instituições mais antigas, possui uma base de dados com informações cruciais para se pensar a temática no mundo todo. As tabelas de mortes de pessoas trans no mundo é atualizada anualmente, com estatísticas de cada país, ademais de informar a idade, ocupação, localização e causa da morte. Dados esses que oferecerão a base de como a América Latina trabalha com o assunto e a evolução desses casos.

1.7.3 Entrevistas

O trabalho de campo consistiu na realização de entrevistas com as estudantes trans da instituição a respeito de suas trajetórias de vida, como se deu à chegada a cidade de Foz do Iguaçu, o processo para a escolha da instituição de ensino, suas relações pessoais na cidade. Como também, suas percepções sobre a UNILA, seu curso e de sua relação com a instituição e com as pessoas que dela fazem parte. As dificuldades de permanência e de suas pretensões assim que formadas, também foram pautadas na entrevista. Embora nos relatórios disponibilizados pela UNILA, houvessem doze estudantes, encontrou-se dificuldades para que as entrevistas fossem realizadas, devido a alguns terem abandonado a instituição e outros passarem por dificuldades pessoais e preferirem não falar sobre o assunto. Deste modo, no corpo do trabalho encontraram-se somente as falas previamente autorizadas no registro de áudio.

Posto isto, seguiremos no segundo capítulo discutindo a cidade, bem como as fronteiras que abrigam nosso lócus de investigação, a fim de verificar como é a socialização trans nesse território. Em nosso terceiro capítulo adentraremos na discussão sobre a instituição e como está insere pessoas trans, para assim partimos para o nosso quarto e último capítulo,

refletindo sobre a necessidade de políticas públicas para a inserção e permanência de pessoas trans.

2 AS FRONTEIRAS DE UMA UNIVERSIDADE: O TERRITÓRIO TRINACIONAL

A cidade pode ser julgada e entendida apenas em relação àquilo que eu, você, nós e (para que não se esqueça) ‘eles’ desejamos. Se a cidade não se encontra alinhada a esses direitos, então ela precisa ser mudada (HARVEY, 2013).

Este capítulo tem como intuito discutir o território em que nosso lócus de investigação está situado, uma vez que compreendemos que o espaço diz muito sobre a relação que este possui com a comunidade trans. Primeiramente é necessário colocar que a UNILA está localizada em Foz do Iguaçu, uma cidade que faz fronteira com Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazu na Argentina e diante desse fato, não só apresentaremos um panorama sobre a cidade e sobre sua história, mas também sobre suas fronteiras e como elas se performam. A necessidade de compreendermos como a comunidade trans se relaciona com esse espaço e com essas fronteiras, diz respeito a socialização trans que não se restringe unicamente com a construção identitária, mas em como os processos sociais as atravessam. Para isso acreditamos ser essencial discutir território, poder e outros conceitos que permeiam este espaço e suas relações.

Entendemos que o território, nesse caso a cidade e as fronteiras que a circundam, incide diretamente na permanência, visto que é impossível não interagir com a cidade, pois as necessidades básicas como saúde, educação e alimentação fazem com que o indivíduo precise sair e se relacionar, mesmo que minimamente. A cidade, assim como Lynch (2006) compreende, não é constituída somente por estruturas físicas, mas elementos móveis e dinâmicos, como as pessoas, suas interações e suas atividades. Para tanto, a fim de compreendermos a situação da comunidade trans de Foz e da sua relação com a fronteira, necessitamos discutir o direito a cidade e em como em uma faixa tão pequena de território, as experiências trans podem ser tão distintas.

Gostaríamos de salientar também que embora a UNILA se localize em um dos lados da fronteira, a integração tema central da universidade e até mesmo constitutivo do nome, é importante para pensarmos como ela de fato ocorre com pessoas trans, pois se o trânsito para alguns não é tão simples como para outros, essa integração não foi pensada para todos. Verificar os meandros que cercam esse território e como eles se articulam com a comunidade em cada cidade que circunda essa fronteira, embora pareça desconexo, reflete como é ser trans em uma zona fronteira e em como a socialização ocorre.

2.1 Revendo Os Caminhos Para Os Estudos De Fronteira e Pessoas Trans

Quando analisamos o lugar que historicamente as transvestilidades vêm sendo alocadas em nossos contextos sociais, podemos observar a materialização de arbitrariedades cotidianas que se enraizaram em distintas organizações do Estado, marcados como um nítido projeto de violência para com pessoas trans. É uma realidade que estas pessoas integram uma das populações mais discriminadas e excluídas da sociedade e que o somatório de contextos políticos e perseguições legais e sociais, não limitam somente essas pessoas ao acesso a direitos básicos, mas sim estendem-se em uma ampla gama de violências que perpassam a ordem estrutural, institucional, social e direta¹⁴.

Quando adentramos em uma região trinacional, esse somatório de disparidades se aglomera e pode muitas vezes se intensificar, visto que uma região de fronteira é uma “densa amálgama de fluxos, coletivos e possibilidades em contato constante” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2016, p. 127).

No caso específico da região trinacional conformada por Brasil, Argentina e Paraguai encontra-se o que Roseira (2006) designou como uma espécie de metrópole tri-nacional, conformada por três cidades que concentram suas atividades econômicas no turismo. Foz do Iguaçu, cidade brasileira localizada no oeste paranaense, conhecida mundialmente por seus atrativos turísticos, Puerto Iguazu cidade do nordeste argentino, famosa por seu atrativo turístico o Parque Nacional Iguazu, e Ciudad del Este, cidade do leste Paraguaio e segunda cidade do país em importância demográfica e econômica.

É nessa convergência de territórios que configuram e ocupam diferentes posições, tanto em contexto nacional, como nos sentidos que cotidianamente as pessoas vivenciam pela circulação nesses espaços, que nos pareceu especialmente potente investigar como as travestilidades vivem e existem neste território, visto que os limites nacionais, nesse caso não dizem somente respeito a ser cidadão ou não, mas também a ser quem se é. Vislumbrar as semelhanças, diferenças e como se dá a socialização em cada espaço, nos pareceu a melhor forma para que a questão da integração aparecesse de forma tangível.

¹⁴ Como violência estrutural, compreende-se “a violência inscrita nas próprias estruturas sociais nas quais as pessoas trans vivem, são produzidas e mantidas por ideologias de gênero, sexualidade e relações de poder que conspiram para restringir a agência. Quanto a violência institucional, refletida em políticas, leis e práticas institucionais que discriminam as pessoas trans. Pode ser social, o que se reflete na rejeição e maus-tratos de pessoas trans por outros. Finalmente, ele pode se manifestar em incidentes interpessoais anti-trans e crimes de ódio direcionados especificamente para pessoas trans” (TRANSGENDER EUROPE, 2016).

Assim, analisar a fronteira e suas inúmeras perspectivas é adentrar em uma multiplicidade de possibilidades pragmáticas e teóricas, que servem tanto como recurso analítico quanto empírico, pois, se por um lado estabelecem os limites territoriais e de governança, por outro funcionam como lugar de encontro, mobilidades e fluxos (Hannerz, 2000), de produção de estratégias de diferenciação e produção de identidades (Barth, 2000). É embasada nessa confluência de possibilidades que os estudos sobre essa temática divergem em estudos sobre cooperação transfronteiriça, segurança, mobilidade e migração, sem se ater a ‘peculiaridades’ de como a política e a legislações desses Estados em uma zona de fronteira, se performam em seus cidadãos e naqueles que nem assim são vistos pelos seus.

Em obras como de Hartshorne (1933) as linhas de fronteira ocupavam uma nítida função, onde deveriam balizar as populações de suas práticas, culturas e tradições por meio do controle e da disciplina. Embora a integração seja cada vez maior entre os lugares, ignorar que existam características contemporâneas onde as funções de fronteira são readaptadas para novas necessidades de inter-relação política, econômica e cultural é imprescindível, uma vez que a vinculação entre os lugares são norteadas por relações de poder.

Essas relações de poder envolvem o território e principalmente se atravessam na vida da população que vive em meio a esse fluxo, e é por isso que a noção de território de Haesbaert (2004) é pertinente, por ver que no território o poder só flui por meio de redes, que de acordo com as leis e normas, operam instaurando uma seletividade.

Essas relações de poder e seletividade são facilmente observadas quando nos voltamos à população trans. Se em caráter nacional as travestilidades integram uma das populações mais discriminadas e excluídas de nossa sociedade, tendo seus direitos básicos limitados, em uma região trinacional essa lógica é traduzida pelo que Paul Preciado (2019) coloca,

a mudança de sexo ¹⁵ e a migração são as duas práticas de cruzamento que, ao pôr em questão a arquitetura política e legal do colonialismo patriarcal, da diferença sexual e do Estado-nação, situam um corpo humano vivo nos limites da cidadania e inclusive o que entendemos por humanidade (Paul PRECIADO, 2019, p.29).

Nesse contexto, as produções acadêmicas sobre travestis, transexualidades e transformismo, passam a ser mais recorrentes somente na década de 1990. Na América Latina como um todo, ganharam força no século XXI, com publicações concentradas nas áreas de Antropologia e Psicologia. A passagem da década de 1980 e o início dos anos 1990, com o advento da epidemia de AIDS/HIV, fez com que inúmeras pesquisas passassem a ser desenvolvidas no campo da homossexualidade e na temática travesti, ganhando legitimidade

¹⁵ O termo utilizado pelo autor é considerado errôneo, o correto é transgenitalização.

científica em trabalhos como de Hélio Silva (1993, 1997, 2007), que buscou compreender a relação travesti-sociedade em grandes cidades. Nesse período pesquisas sobre travestis tem como priori à relação dessa população com prostituição e grandes centros urbanos, tendo em comum uma preocupação com a humanização dessas pessoas (OLIVEIRA, 1997; PIRANI, 1997; JAYME, 1998; KULICK, 1998; FLORENTINO, 1998).

Esse cenário é de certa forma alterado a partir dos anos 2000, quando as pesquisas crescem significativamente nas ciências humanas no Brasil, desdobrando-se em questões que envolviam a construção do corpo, da sexualidade, da identidade, transnacionalização e migração, violência, etc (BENEDETTI, 2005; CARRARA E VIANA, 2006; PELÚCIO, 2009; BENTO, 2007; TEIXEIRA, 2009; DUQUE, 2011; SIQUEIRA, 2009; LIMA, 2009; LEITE JR., 2011). Nesse período é importante também colocar que a emergência dos movimentos sociais que lutam pela causa trans se fortalece e assim nascem organizações como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais), em Porto Alegre.

Essa ocupação de espaço na academia, refletiu com o fortalecimento do movimento de direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e feministas, que se preocuparam em refletir sobre as estruturas, e o que é dado como certo por um padrão cis-heteropatriarcal.

No que concerne a pesquisas sobre pessoas trans e fronteiras, só muito recentemente, pesquisadores da Antropologia voltam os olhos para entender esse trânsito em pequenos e médios centros urbanos (NASCIMENTO 2016, OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2016). No entanto, se por uma lado pesquisas sobre fronteiras possuem uma vasta contribuição na área de ciências políticas e relações internacionais, por outro, a compreensão de como esta mesma fronteira se relaciona com os coletivos de pessoas trans, ainda é inusual. Interações políticas, econômicas e sociais nessa zona de fronteira, parecem de um certo modo só importar quando o desenvolvimento socioeconômico da região trinacional é mencionado.

Salientamos tal como Nascimento (2019, p. 543) que “a nacionalidade, que, muitas vezes é performatizada e negociada em diferentes lugares, pode delimitar, para as travestis e mulheres trans, em quais territórios elas podem circular, em quais circuitos de lazer podem se movimentar e que bares podem se divertir”. Compreender, assim, que as fronteiras não operam de mesma maneira para pessoas trans, e que a possibilidade de trânsito e mobilidade é distinta, é importante não só para esses espaços serem mais estudados, mas principalmente para que se compreenda que a luta não pode ser localizada. Saber que em uma faixa tão pequena de território, sua existência não é respeitada e que está condicionada a um dispositivo

legal, é violento e é exatamente por isso que suas facetas precisam ser reveladas e modificadas.

Assim sendo, para compreendermos de fato a realidade e os entraves que pessoas trans experienciam na fronteira, será fundamental a conjugação realizada pela perspectiva interseccional, com foco nas instituições, na dinâmica estrutural e do poder. Uma vez que, não somente sua identidade é motivo de rechaço e ódio, mas sim o entrecruzamento de opressões ligadas a classe, raça, nação e colonialismo.

Portanto em nosso entendimento o Estado e suas estruturas ajudam a administrar, reproduzir e remodelar as diferenças, uma vez que além de instaurar obrigações públicas,

o Estado em sua pluralidade de instituições, agências e normas, controla a distribuição de recursos materiais e simbólicos, atravessa o cotidiano dos sujeitos e se faz presente de diversos modos na própria produção dos desejos relacionados a gênero, sejam esses de reconhecimento, de aceitação ou mesmo de insurgência. Não falamos aqui, portanto, apenas de leis formais, mas de um sistema de valores, uma forma de institucionalização quase impossível de se esquivar (VIANA; LOWENKRON, 2017).

Ressalta-se que esse atravessamento não ocorre somente com gênero, uma vez que opera na raça e na classe, “as relações sociais sobre o eixo macro do poder social (...) são expressas em instituições e organizações específicas, como leis estaduais e agências estatais, sindicatos, organizações voluntárias e família”(YUVAL-DAVIS, 2006). Para tanto,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Além da discussão dessas estruturas de opressão, outro componente fundamental é o da discussão sobre território e fronteira, e neste estudo específico, como eles interferem na vida da população trans. Deste modo, antes de discorrermos sobre a fronteira, necessitamos previamente explorar a ideia sobre território, e é com base nisso que partimos do entendimento que o conceito deste, vincula-se à categoria de poder, não somente no sentido concreto da dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, relacionado a apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência (HAESBAERT, 2004).

O controle social realizado pelo espaço diverge muito segundo a sociedade, grupo ou até mesmo indivíduo. E o ato de controlar um território visa atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (HAESBAERT, 2004). A territorialidade, sendo assim incorpora “uma dimensão estritamente política” dizendo respeito à relações econômicas e

culturais, uma vez que está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986, p.6).

A compreensão de que o espaço é demarcado por relações de poder, nos faz repensar que não somente as linhas ou limites político-administrativos se referem a território, mas que esta engloba diferentes espaços e atores sociais. Assim as fronteiras que formalmente protegem os países e sua soberania, como também sua esfera de competência, informalmente também impõe competências aos espaços desigualmente produzidos, incorporando um novo direito (MOURA, 2000, p.86).

É neste ensejo que as zonas fronteiriças são compreendidas como produto das interações realizadas pelos sujeitos fronteiriços, então compreender somente brasileiro ou paraguaio, como sendo distintos, não engloba a real complexidade que são estabelecidas por sujeitos (fronteiriços) que cotidianamente atuam de forma relacional envolvendo o limite internacional (FERRARI, 2015).

É entre essa esfera de múltiplas relações: classe, gênero, raça, nação, território e fronteira, que esta seção está articulada, compreendendo que pessoas trans na região trinacional vivenciam a todas estas opressões.

2.2 Foz do Iguaçu

Localizada no extremo oeste do Paraná, a cidade de Foz do Iguaçu faz fronteira com Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazu na Argentina, constituindo uma das nove tríplices fronteiras brasileiras. A Região Trinacional do Iguaçu, como essa região é mais conhecida, abriga muitas narrativas devido às diversas culturas regionais que acomoda, no entanto sua história não engloba todas as experiências sociais que ali se apresentam.

Os primeiros registros históricos sobre a região indicam que em 1542 o conquistador espanhol Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, foi um dos primeiros a registrar fatos sobre a localidade, em uma expedição colonizadora rumo a Assunción no Paraguai. No entanto, nada mais sobre a expedição remonta a região, além da denominação das Cataratas que ele designou como Saltos de Santa Maria. Nesse período não há vestígios de ocupação da área, sendo os índios, os únicos habitantes da região. Essa configuração foi alterada somente no fim do século XIX, com o início do processo de colonização (CARVALHO, 2011; MARTINS; RUSCMANN, 2010).

Assim, foi somente em 1876 quando o imperador D. Pedro II “resolveu ‘redescobrir o Brasil’ ordenando ao Capitão Nestor Borba que chefiasse uma expedição a região de Foz do Iguaçu”, que todo este entorno foi reincorporado ao mapa do Brasil, fazendo com que se necessite mapear a área (Carvalho, 2011, p. 51). Embora a região tenha gerado interesse nesse momento, a instalação da colônia se deu somente em 1889,

A instalação da colônia deu-se efetivamente em 23 de novembro de 1889, pelo tenente do exército Antônio Baptista da Costa Júnior, que tomou as providências necessárias para que a população Iguaçuense e os países vizinhos tivessem conhecimento que na foz do Iguaçu já havia autoridades constituídas para todos os efeitos legais (LIMA, 2001, p. 23).

Em alguns anos os militares regularizaram as terras e como Machado e Fagnani (2014) apontam, desde sua fundação a cidade possuiu um grande mosaico étnico, inicialmente habitada por indígenas, que foram expulsos pela colonização, para serem habitadas por argentinos e paraguaios que trabalhavam na extração da erva-mate. Com o fim desse ciclo, a extração madeireira toma conta da região, sendo ocupada por imigrantes do Rio Grande do Sul das mais diversas origens, sendo eles; italianos, alemães e holandeses.

O turismo, principal atividade econômica da cidade, somente tem sua abertura a partir de 1930, com a criação do Parque nacional do Iguaçu em 1939, em conjunto com abertura de hotéis e restaurantes de luxo. Outra data importante para compreensão de como a cidade foi configurada é a construção da hidrelétrica, iniciada em meados dos anos de 1970 e com seu término na metade dos anos de 1980, que causou fortes impactos na região, devido ao boom migratório, que em seu ápice chegou a contar com 40.000 trabalhadores (MARTINS; RUSCMANN, 2010; CORREA; GODOY, 2008; OLIVEIRA, 2012).

O crescimento da cidade advindo da construção da hidrelétrica, foi acompanhado da desapropriação de milhares de famílias que sobreviviam da agricultura familiar, cujas terras foram inundadas pelo lago. Nesse mesmo período há crescimento das transações entre Brasil e Paraguai, principalmente de um “turismo de compras”. A finalização da obra agrava a situação social da cidade, que vê o desemprego aumentar e se desenvolver uma economia informal, acarretando assim em “um aumento do favelamento urbano, nas dificuldades dos setores sociais e especialmente na área de educação, saúde e segurança pública” (MARTINS; RUSCMANN, 2010, p.12).

É importante também salientar que a região foi declarada como zona de segurança nacional, durante o regime militar implementado em 1964. Nesse momento o Prefeito Municipal passa a ser nominado pelos governantes e não pelo sufrágio universal, ademais da

cidade servir como um dos locais onde a operação Condor¹⁶ operou. Obviamente por seu passado aqui rememorado, é possível observar que a cidade não integrou todas as experiências sociais, violando direitos e sendo construída com o apagamento dos indígenas, colonos e militantes.

2.3 Pessoas trans e o direito a cidade

“É ingenuidade pensar que a efetivação da dignidade humana pode ser estruturada sem considerar o espaço onde as pessoas passam a quase totalidade de suas vidas (...) A cidade deve ser um espaço de realização dos direitos humanos, sem qualquer discriminação” (CARVALHO; RODRIGUES, 2016, p. 46-54). Seria muita inocente acreditar que a cidade que se construiu com base no apagamento de indígenas, colonos e militantes poderia inserir e respeitar a comunidade trans. Uma cidade que se ergueu como reflexo da colonização, capitalismo e racismo refletindo ideias e valores dominantes, não se enquadraria fora do padrão cisheteronormativo.

Bom se a própria cidade possui um histórico de violações com a população cisgênera, é interessante observar como este espaço interage com a população trans. Leo em entrevista já dava indícios de como era o espaço para um homem cis, negro e gay, levantando até mesmo o debate de como a universidade reflete muito sobre a cidade em que está inserida,

Porque a cidade em si não é acolhedora para um corpo estranho, assim como a xenofobia, assim como qualquer outras violências e enfim eu acho que, a lógica da cidade já é perversa então a universidade ela é só um reflexo disso, a universidade é um espaço um pouco mais acolhedor, mas que ao já sair dos números, a violência já está posta e isso incide diretamente sobre a permanência da pessoa, então existem esses outros espaços de conforto (LEO, 2019).

A fala de Leo já inicia descrevendo como a cidade se comporta com um corpo dissidente, mas antes de adentrarmos em como a comunidade trans de Foz se situa nesse espaço, precisamos primeiramente discorrer sobre como compreendemos a lógica da cidade. Para autores tais como Henri Lefebvre (1999) a cidade é a síntese do avanço do capitalismo, bem como, do desenvolvimento da industrialização. É nela onde a complexidade da divisão do trabalho se dá, onde trabalhadoras e trabalhadores vendem sua força de trabalho, então a cidade é em si um espaço segregado, rodeado pela desigualdade social e pela luta de classes.

¹⁶ Constituída na década de 1970, a Operação Condor possibilitou a repressão aos opositores políticos hostis aos governos militares das ditaduras chilena, argentina, paraguaia, uruguaia, boliviana e brasileira, além das fronteiras nacionais, realizada sob completo desprezo pelas normas de regulamentos internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos asilados em países estrangeiros.

A compreensão da negação de direitos na cidade se compreende pela próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, que aprofunda as desigualdades de gênero, raça, etnia e orientação sexual (OLIVEIRA, 2013). A cidade sendo assim, reproduz a segregação sócio-espacial, pois tal como um espaço capitalista, ela necessita de mecanismos para acumular e nada melhor que expropriar espaços e privatizá-los. Carvalho e Macedo sintetizam muito bem essa noção quando colocam

A cidade não se mantém impassível perante as transformações de pensamento. Ora, se a cidade - por meio da acumulação e exploração do capital - é moldada a partir dos interesses das classes dominantes, é óbvio chegar à conclusão de que a cidade tem donos e que esses donos não são nem os trabalhadores que investem sua força de trabalho para serem expropriados do capital em detrimento dos capitalistas nem o povo (CARVALHO; MACEDO JR, 2017, p. 104).

Uma vez que compreendemos que a cidade não visa o coletivo, mas sim determinados grupos e subjetividades, fica mais compreensível que o poder determina quem tem direito nesse território, fazendo com que as normas estabelecidas sejam ajustadas a eles. Quanto a isso, não temos como discordar de Carvalho e Macedo Jr (2017) quando expõem que uma análise mais cautelosa demonstra a quem se destina a cidade, Conrado observou isso com a diferença entre ser turista e morador de Foz,

E aí foz já foi totalmente fora de mão, assim, eu vim aqui como turista pela primeira vez (três dias só) então não conhecia e quando eu vim morar, eu senti muito. É uma cidade muito preconceituosa, intolerante não só de LGBT, mas de origem étnica né, seja você até brasileiro de outro estado, aqui o pessoal não curte muito né. Eu não sei se é porque tem muitos estrangeiros do Brasil, aqui por causa da Medicina do Paraguai, então tem esse fluxo intenso, mas o pessoal não gosta (CONRADO, 2018).

Na cidade contemporânea a propriedade privada se traduz em hierarquia social que acaba por definir o acesso ao lugares da cidade, expressas nas diversas formas de violência que neste caso específico de cunho transfóbico se performam de distintas formas, seja pela exclusão social, a negativa de direitos básicos como saúde e educação, negativa no tratamento pelo nome social e pelas violências, verbal, física, sexual e até mesmo a que levam a óbito.

Nos relatos realizados durante as entrevistas, podemos perceber os impactos da violência transfóbica se performarem de distintas maneiras, das formas mais veladas até as mais graves, como a experienciada por Wall (2019) que foi seriamente agredida por um vizinho com uma faca “E eu fiquei um tempo, até depois que eu fui agredida, eu cai nesse senso comum, mas depois da agressão e até cicatrizar, lidar com a agressão foi muito mais difícil compreender que se eu não me integrasse seria tudo mais difícil” (WALL, 2019). O intrigante neste relato é que mesmo tendo sido vítima de violência, e tendo perdido praticamente um semestre por esta agressão, ela continuou e continua buscando socializar

nessa cidade. A razão para Wall fazer todo esse esforço, se deve ao seu sonho de permanecer nessa cidade como docente, mesmo ainda vivendo com medo de circular em certos espaços,

Então eu comecei a desconstruir essa imagem criada sobre Foz do Iguaçu e hoje vivo plenamente, plenamente não, porque eu tenho medo de sair nas ruas, ser tesourada, passar em um bar cheio de homens, ser atacada, mas compreendo que minha relação com Foz do Iguaçu hoje é melhor por causa dessa desconstrução e também porque é impossível se eu for viver aqui, se eu quero trabalhar aqui, se eu tenho meu projeto com a UNILA, que eu quero voltar pra dar aula nessa universidade, pro meu curso eu preciso me integrar ao espaço (WALL, 2019).

Outras violências são performadas na negativa de tratamento pelo nome social como Kathy, Conrado e Renata colocam,

Sinceramente eu acho que ela está muito ruim, porque pra nós trans a questão do nome social, que é importante pra gente, muitos lugares assim da saúde não respeitam isso, eles parecem que tem o prazer de nos desmerecer na frente das outras pessoas (KATHY, 2019).

Olha eu passei preconceito no McDonald's, lugar que tem políticas para isso, do próprio funcionário, por exemplo: esse eu já estava transicionado, já tava bem característico eu fiquei até nervoso esse dia. Eu cheguei né fui pedindo meu lanche e tem que dar seu nome né, para depois chamar, então eu falei Conrado né ele falou como? E eu falei três vezes, aí ele deu uma risadinha assim eu já percebi a maldade entendeu (CONRADO, 2018).

E em relação a atendimento a pessoas trans, eu acho que existe uma falha muito grande nessa parte aí, porque várias vezes eu já pedi pra fazer o uso do nome social e a pessoa acabou desrespeitando um direito meu, eles acabaram chamando ou até mesmo as meninas da recepção, mesmo que elas marcam lá do lado, às vezes é automático o médico e tal chamar você pelo nome que tá ali no negócio né, mas não custa nada você ir e falar – Ó doutor tem uma paciente que é assim, assim, assado e tem que chamar ela por esse nome e tal (RENATA, 2019).

Embora nos espaços privados também ocorram essas violências, são os espaços públicos os que mais frequentemente se destacam nas narrativas, toda essa experiência é também perpassada por outro fator, como descrito por Davi Miranda (2018, p. 340) “ (...) pude perceber com estes ataques é que a performatividade de gênero e a aparência física são fatores que podem causar um certo sentimento de segurança, quanto mais se aproximam ao padrão cis-hétero de normatividade, menor é a possibilidade de se sofrer um ataque”. Neste relato realizado pelo autor, o que Carvalho e Macedo Jr (2017, p. 104) ressaltam vai diretamente de encontro, pois em uma cidade pensada com padrões cisnormativos e heterossexuais, a ausência de políticas públicas que protejam e garantam o acesso aos direitos capazes de afirmar o princípio de dignidade humana “é uma prova gritante que a cidade se fecha em torno da heterossexualidade, ignorando a presença e participação de LGBTs em seu corpo”.

Maria Léo Araruna (2017, p. 141) corrobora quando coloca que “dependendo da presença ou ausência de alguns desses signos (conjunto de regras cisnormativas e sexistas),

pode-se ter uma trajetória travesti tranquila ou mais tensa”. Ademais da passabilidade (“passar por”) característica de pessoas trans de inserirem características do gênero com o qual se identificam e desejam ser reconhecidas, e assim passarem a ser percebidas pelo gênero que desejam ser lidas, inserindo assim performances de feminilidade ou masculinidade que “revelam normas e convenções do que tem sido reconhecido como “homem” e “mulher” em nossa sociedade” (DUQUE, 2013, p. 2; FERREIRA; NATANSHN, 2019, p. 7). Outros marcadores também são essenciais como expõe Milena,

Eles não me veem um homem né, porque eu faço a tratativa social da hierarquia da demanda, eu sou branca, pareço ser cristã, pareço ser hétero, então eu sou adequada aos parâmetros sociais, então é por isso que eu não sofro né, eu tenho a passabilidade (MILENA, 2019).

Mesmo que Milena reconheça seus privilégios por ser uma mulher transexual branca, professora e com melhores condições econômicas que as demais, ela tal como as outras se resguarda da cidade e principalmente sente o isolamento, demonstrando como os sistemas de opressão tocam as pessoas a partir dos seus atravessamentos, como está expõe,

(...)de Foz do Iguaçu assim eu vejo que eu ser professora, eu vejo que o povo me respeita, mas não me quer perto, se entendeu? Gosto de você, acho você legal, mas olha, não é meu ambiente, mesmo ambiente. Todo mundo me cumprimenta, fazem a linha boa vizinhança, se entendeu, mas ninguém quer ficar perto de mim, não quer sair comigo, uma ou outra pessoa sabe. Todo mundo me cumprimenta, entendeu, mas passou disso – Ah tá, você mora lá e eu fico aqui tá, não fica perto (MILENA, 2019).

Bom, se ousarmos levantar a discussão do direito a cidade em si, proveniente da Carta Mundial do Direito à Cidade, elaborada entre os anos de 2004 e 2005, que caracterizam o direito a cidade como “definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social” e principalmente nos enfocando a diversidade corporal e mobilidade urbana

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual (...) O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado (...) Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes (Artigo I.1, CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE).

Fica mais do que evidente pelos relatos acima mencionados, que há uma negação desse direito a cidade, e que tal é uma marca histórica usual do capitalismo que veio se agudizando com o neoliberalismo, responsável por retirar do Estado a responsabilidade de promover políticas públicas e assim reparar desigualdades históricas. Em Foz esse retrato é

muito bem visualizado quando nos atemos à falta de políticas públicas urbanas para a população LGBT, somadas ao recente retrocesso quando em março de 2019, foi revogada a lei municipal nº 2.718, de 23 de dezembro de 2002 sobre a homofobia, que impunha penalidades em âmbito municipal à prática de discriminação em razão da orientação sexual.

Não é à toa que para Xayenne, uma mulher transexual negra e portadora do HIV, a experiência com a cidade seja tão ruim,

To aqui a três anos, essa cidade é ruim, horrível. As pessoas dessa cidade são horríveis, as pessoas dessa cidade são todas transfóbicas, um povo do sul né, bem do sul mesmo, interior. Então tipo eu não gosto daqui, nem um pouco. Não é um lugar para mulher trans, viver em paz, se ela procura algo do tipo, relacionada a isso aqui não é o local. Porque aqui no estado do Paraná, essa região é a que mais mata mulheres trans né, aqui em Cascavel¹⁷. Então tipo, não é legal (XAYENNE, 2019).

Embora tenhamos nos focado neste momento em destrinchar os problemas da cidade, queremos ressaltar que como em qualquer cidade, existem os pontos positivos ressaltados pela comunidade, tais como os espaços de acolhimento e respeito que algumas destas experienciaram, como é o caso da Renata,

E daí foi o colégio que eu fiz a minha transição e querendo ou não, as pessoas me acompanharam, eles me acompanharam na transição até o término do ensino médio, só que é assim, os professores foram muito acolhedores, os meus colegas foram bastante acolhedores também, o pessoal do colégio também, eu nunca sofri preconceito. Eu não sei talvez porque eu seja uma trans passável, mas também eu nunca sofri preconceito de as pessoas ficarem fazendo piadinha ao meu respeito e tal, tipo, me dava ao respeito, então é por isso que as pessoas me respeitavam (RENATA, 2019).

Ou como no caso de Wall pela ligação energética,

Foz do Iguaçu é muito energética, não pela questão do que fazem com essa energia que é da natureza né, mas energia da fronteira né. Eu acredito que aqui tenha um portal assim, sempre quando eu chego em Foz do Iguaçu, eu sei que eu passei em alguma dimensão assim e cheguei aqui, porque aqui é um trânsito de pessoas muito grande, aqui é um lugar de trânsito e tanto que isso é uma coisa que eu vou abordar nos meus trabalhos também de corpo em transe, de gênero em trânsito que faz gerar também um transe de pessoas, percepções acerca da identidade também, mas eu gosto muito porque aqui eu também evolui muito espiritualmente. A questão das cataratas, da água, da influência da ondas, sabe, da fertilidade aqui pra mim é muito grande não só terrena falando, geograficamente, dos rios, mas do ar também, o ar é muito fértil aqui, bom eu vejo sabe. Ao mesmo tempo que você pode tender a uma depressão muito forte, você também pode ascender a questões muito sabe (WALL, 2019).

¹⁷ Cascavel é uma cidade localizada no oeste paranaense, sendo a quinta mais populosa do estado (as mais populosas são Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa) sendo por isso considerada por muitos como a “capital do oeste paranaense”, conta como principal setor econômico o agronegócio e está a 144 km de Foz do Iguaçu.

Diante dos modos de produção e reprodução do espaço urbano de Foz, inserida no que poderíamos caracterizar tal como Carvalho e Macedo Jr, como cidade armário¹⁸, podemos agora discutir as frentes de resistência como a Casa de Malhú.

2.4 Situando a Casa de Malhú

Fundada por Samyra Padilha¹⁹, Antonella de Lima, Bruna Braga e Milena Branco em treze de março de dois mil e dezesseis, a Casa de Malhú²⁰ - Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu - PR, foi devidamente registrada a fim de que a comunidade trans da cidade contasse com maior respaldo, maior visibilidade na causa, como também, dispor de cooperação com as demais entidades e organizações. Entre as inúmeras atividades que a associação propõe, por muito tempo a principal foi a retificação do nome, possibilitado graças a parceria da Casa com a coordenadoria da diversidade da OAB de Foz do Iguaçu. Esta parceria possibilitou as travestis e as mulheres transexuais da cidade, a participação no mutirão de retificação de nome ocorrido em outubro de dois mil e dezessete na cidade de Cascavel - PR.

Renata já possuía um processo que estava em andamento para a retificação do nome que se estendia a mais de um ano e meio, como ela descreve,

Aí eu acabei levando o que tinha que levar, era uma burocracia menina do céu, eu só me estressava com aquele povo da UNIFOZ²¹. Aí tipo o processo andando muito lento sabe e eu sempre ligando pra advogada para perguntar a respeito – E aí, como é que tá o negócio e não sei o que? E ela – A o juiz não deu retorno ainda e não sei o que. E eu – tá mas e o que eu posso ir fazendo pra adiantar o processo? Eu to fazendo acompanhamento psicológico e não sei o que. Aí ela – Vai fazendo isso que a gente vai incluindo na sua pasta (RENATA, 2019).

Foi somente com a abertura da Casa de Malhú que Renata e outras travestis e transexuais da cidade puderam ter seus nomes retificados, pois como muitas relatam, o nome social é recorrentemente desrespeitado, principalmente em serviços de saúde, fazendo com

¹⁸ “ambiente de proteção/ ocultação da sexualidade desviante da norma - para o âmbito urbano; é a utilização do espaço público e comum para a ocultação da população LGBT, sobretudo, através da sacralização heterossexual dos espaços, por meio dos discurso pró-família e pró-moralização do ambiente urbano” (CARVALHO; MACEDO JR, 2017, p. 103).

¹⁹ Samyra foi uma das responsáveis pela articulação da casa e ademais sempre ocupou um espaço fundamental na militância trans da cidade. embora esteja afastada das atividades é importante salientar sua importância como articuladora política e ademais por seu cuidado e apoio com as demais trans da cidade. Foi coordenadora da Casa de Malhú de 2016 a início de 2019, quando Bruna passou a assumir.

²⁰ A Casa ainda não conta com sede própria, sendo as reuniões realizadas na casa de uma das membros. Inicialmente elas eram realizadas na casa de Samyra, e com seu afastamento da entidade elas passaram a ser realizadas na casa de Antonella.

²¹ A Faculdade Unificada de Foz do Iguaçu (UNIFOZ) é uma das mais antigas instituições de ensino superior privada da cidade e região e conta com três cursos que são: Direito, Administração e Hotelaria.

que a pauta não fosse mais a luta por respeito ao nome social, mas pela retificação do nome, e isso só foi possível com a Associação devidamente registrada,

E aí surgiu a Casa de Malu, onde eu conheci a Casa de Malhú e naquele tempo, nem eu, nem a Bruna, nem a Samyra era retificada, nem aquela professora lá a Milena. Nós não éramos retificadas, aí a gente correu atrás e tal, e aí ia ter um mutirão em Cascavel e tal, aí a gente já sabia do surgimento da Casa de Malhú e tal. Aí pela Casa de Malhú a gente conseguiu advogada, laudo com o psiquiatra é quem tem o laudo com a psicóloga e com um outro negócio lá, que tem que te diagnosticar pra dizer que você é trans e não sei o que (RENATA, 2019).

Milena outra membro da casa e que participou do mesmo mutirão, reforça a importância da Casa

Porque a Casa de Malhú foi muito importante pra muitas e foi pra mim também, porque foi elas que fizeram a ponte entre mim e a secretaria de assistência social de Foz, junto com a comissão de diversidade da OAB e elas que fizeram a retificação do meu nome né, faz dois anos agora (MILENA, 2019).

O processo do mutirão garantiu agilidade em um processo que anteriormente tardava anos, como é o caso da Antonella que não participou do mutirão, por já contar com um processo em andamento e só obteve a decisão esse ano como descreve,

Atualmente eu sou aluna de um curso de pós, então já foi desde a matrícula, desde a inscrição, acesso, tudo com nome social né, porque eu ainda não tenho a retificação de nome, inclusive acabou de sair hoje, chegou o decreto do juiz, ele vai mandar pra Cascavel pra onde foi feito o meu registro de nascimento pra alterar a documentação. Porque eu havia feito um processo diferente, hoje você pode ir diretamente no cartório e mudar, mas como eu havia dado entrada a alguns anos atrás eu precisava terminar esse processo, então literalmente agora eu sou Antonella (ANTONELLA, 2019).

Embora não seja nosso objetivo levantar questões sobre o nome social ou o processo de retificação, acreditamos ser importante comentar esse papel fundamental que a Associação proporcionou e segue proporcionando. Ainda que o processo hoje seja mais acessível, com a decisão do Supremo Tribunal Federal de alteração realizada em cartório desde maio de 2018, a Casa continua concedendo informação, apoio e assistência a todas aquelas pessoas que buscam seus direitos. Milena salienta isso muito bem “Então foi a Casa de Malu que me auxiliou bastante pra ter a retificação né, só que é assim, a ONG ela é boa pras que vem agora”.

Ademais desse trabalho com a retificação, a Casa passou a promover eventos para que a cidade de Foz dê atenção a comunidade LGBTI, exemplos são o Primeiro Miss/ Mister diversidade da tríplice fronteira, realizado dia nove de novembro de 2019 e a segunda Marcha da Diversidade e Orgulho LGBTTI+, realizada dia quatorze e quinze de novembro. Tais eventos atraíram a atenção da prefeitura municipal que prevê adicionar a marcha ao

calendário oficial de eventos do município. Soma-se a isso os eventos que são realizados desde 2016, como o dia da visibilidade trans e o dia mundial de luta contra a AIDS.

O papel e a notoriedade que esta associação trouxe para a comunidade trans é muito significativa, não somente pela retificação, mas também como local de acolhimento, visto que as fundadoras da instituição (Samyra, Antonella e Bruna) sempre ampararam outras trans em suas próprias casas, buscavam levar as denúncias de negligência e ofereciam o suporte que nenhuma outra instituição de direitos humanos ou LGBTI da cidade fazia. Posso falar como militante por muitos anos do CDHMP e sobre como este espaço, só passou a prestar atenção para a comunidade trans, quando uma gestão LGBTI passou a vigorar na instituição. Mesmo assim, é notório como o início da Casa de Malhú alterou a cena trans da cidade, tomando novos rumos e conseguindo obter mais direitos e apoio na cidade como um todo, principalmente depois dos ataques, como a retirada da lei de homofobia que vigorava desde 2002 no município.

Diante da análise e observação de como a comunidade trans está inserida na cidade, podemos agora nos situar na discussão sobre a fronteira, uma vez que esta cidade não foi escolhida ao acaso pela UNILA. O projeto de integração necessitava estar em um espaço que quisesse, ou ao menos aspirasse, por integração, nem que teoricamente. Assim sendo, debater pessoas trans e fronteira é discutir a UNILA e seu projeto, partindo em um primeiro momento da análise do território.

2.5 Vidas Trans na Tríplice Fronteira

A região da tríplice fronteira é historicamente dinamizada pelo consumo “especialmente em se tratando de um espaço com expressiva flexibilidade de fluxos e capitais” (POLON, p.182). Ademais de congregarem importantes atrativos turísticos, tal como Cataratas e Itaipu, que atraem turistas do mundo todo.

No entanto, nem só de pontos positivos esta região é conhecida, o fluxo de atividades ilícitas, tais como o contrabando e o descaminho, ganha também grande atenção na bibliografia, fazendo com que a região possua uma imagem negativa quanto às autoridades internacionais, sendo até mesmo associada ao terrorismo. Essa amálgama de atividades e de disparidades monetárias, étnicas, linguísticas, religiosas e políticas, faz com que a região ganhe muita visibilidade e tenha passado por muitos estigmas e generalizações, principalmente quando os estudos sobre a região, não buscam averiguar suas particularidades e características.

Quando adentramos em um terreno trinacional como o conformado por estas cidades, a confluência do contexto político, econômico, social, cultural e histórico desses três Estados convergem e no caso de pessoas trans, até hoje, não para benefício destas e sim para o acirramento dos espaços de subalternidade.

Destacamos que a América Latina ainda caminha em passos lentos para reconhecer a identidade de gênero e as cifras dessa falta de reconhecimento estão inscrita nos corpos e nas vidas de pessoas trans. Dados da ONG Transgender Europe (2016), apontam que a América do Sul e Central concentram 78% dos assassinatos ocorridos a pessoas trans em todo o mundo, a medida que o Brasil é o primeiro colocado no ranking de países que mais matam pessoas trans. Ademais, salientamos que estes dados são parciais, visto que a subnotificação ainda é muito recorrente.

Esse, ser quem se é, diz respeito a como em uma faixa de território tão “pequeno”, as vidas e experiências de um grupo possam ser tão distintos. Tomamos a Argentina nesse primeiro momento, a fim de demonstrar como a disparidade nas legislações e tratamento sobre a temática, merece atenção.

2.5.1 De um lado da fronteira: Argentina

Em 2012 a Argentina sancionou a lei nº 26.743 de Identidade de Gênero, que garante o reconhecimento legal da identidade autopercebida. Esta norma contempla o direito a retificação dos dados de registro quando não concordem com o gênero auto percebido, ademais de garantir de maneira integral o acesso a saúde, incluindo o acesso aos hormônios e as intervenções cirúrgicas de ressignificação total ou parcial. Somado a isso, para o exercício desses direitos garantidos em lei, não são necessários diagnósticos médicos, e a fim de que este seja cumprido, o artigo 11 desta referida lei, condena qualquer ato que obstaculiza ou negue estes direitos, como uma prática discriminatória.

A Argentina não é por um mero acaso, reconhecida como responsável por ‘liderar uma revolução trans no mundo’, ademais da garantia desta lei realizada em 2012, está ainda realizou no mesmo ano, a primeira pesquisa sobre esta população. O Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), órgão oficial do país, realizou uma prova piloto do que seria um censo que contemplasse a todos. Embora tenha sido realizada somente na região da

Matanza²², esta pesquisa contemplou áreas como saúde, educação, justiça e mercado de trabalho. As informações oferecidas pela mesma foram muito preciosas por estimar por primeira vez dados da população trans, tais como, a expectativa de vida média desta ser de 39 anos, a população estar composta por 84% de mulheres e 16% de homens. Dados sobre a educação também revelam que cerca de 80% desta população só possuía o ensino fundamental completo, enquanto que 7% chegaram a entrar na universidade, no entanto, somente 2% conseguiu terminar a carreira.

Os resultados da pesquisa também revelaram que 80% da população não possuía nenhuma cobertura de saúde, o que impressionava pelo fato de 86% destas pessoas terem confirmado que estiveram utilizando algum tratamento sem nenhuma supervisão médica. Os dados sobre mercado de trabalho revelaram que 85% da população tinham na prostituição sua fonte de renda e que 72% buscava atualmente outra forma de ingresso (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS, 2012).

Esta primeira pesquisa passou a ser realizada em outras províncias do país, a fim de que no Censo de 2020, por fim a identidade de gênero seja contemplada. O destaque para esta temática é inédita não só na Argentina, mas em toda a América Latina, onde as pesquisas historicamente indagam pelo sexo da pessoa, oferecendo somente duas opções, homem e mulher (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS, 2019). Realçamos a importância destes dados em nível nacional, primeiramente por dar maior visibilidade, sobretudo por serem dados de fontes oficiais, o que rompe com as principais críticas sobre as informações sobre a população, que atualmente é realizada de forma autônoma. Ademais, que por meio de estatísticas oficiais, se enfatiza a relevância que a legislação possui para geração de políticas públicas, que atendam as necessidades deste coletivo.

Entre outros avanços que merecem destaque, a Lei 14.783 da Província de Buenos Aires aprovada em 2015, estabeleceu que “una proporción no inferior al uno por ciento de la totalidad de su personal debe ser ocupado por personas travestis, transexuales y transgénero que reúnan las condiciones de idoneidad para el cargo y establecer reservas de puestos de trabajo a ser exclusivamente ocupados por ella”. A aprovação desta, foi um marco pelo fato de o Estado reconhecer o direito ao trabalho formal para esta parcela da população. Esta ação

²² Conhecida também como a Grande Buenos Aires, esta região concentra um os polos mais dinâmicos e competitivos da Argentina, conta com o segundo maior PIB do país e a concentração de pessoas nesta área, faz com que seja a segunda aglomeração mais povoada da América Latina, perdendo somente para a região metropolitana de São Paulo.

não foi a única no país, visto que nos municípios de Rosário e Salta, outras leis garantindo vagas de trabalho também foram estabelecidas.

Embora a Argentina não seja de fato um paraíso para pessoas trans e suas cifras sobre a realidade da população sejam alarmantes, o Estado se comparado aos demais do continente, é o que mais avançou em direitos e principalmente no compromisso em reconhecer esta população. Ressaltando ademais, que as pesquisas realizadas sobre a população feitas desde órgãos oficiais nas províncias, colaboram para que o poder público voltasse os olhos para esta comunidade.

2.5.2 Do outro lado da fronteira: Paraguai

Não muito diferente do que ocorre com os demais países latino-americanos, o Paraguai não apresenta dados sobre a comunidade trans. No entanto, é o país onde ser trans ainda envolve uma luta permanente, constante e árdua. Primeiramente porque não existe nenhuma legislação que atualmente permite a mudança de identidade nos documentos, e ademais, por ter somente em 2016, a primeira mudança de nome autorizada pela justiça.

A luta contra discriminação neste país data desde 2006 de forma concisa, como revelam os dados da organização Panambi (2018), com respeito principalmente a luta contra a discriminação e prevenção da AIDS. Merece destaque os anos de 2010/2011, onde se elaborou um projeto de lei contra toda forma de discriminação, que propunha mecanismos de proteção das pessoas contra qualquer ato discriminatório, o que promoveu um grande debate no país, mas que diante da pressão social foi arquivada. Em fevereiro de 2017, uma nova proposta de Lei foi apresentada denominada “Contra toda forma de discriminación” e que tal como a anterior, enfrentou grande resistência por parte de grupos conservadores, levando novamente ao arquivamento da mesma.

Os dados apresentados pela Organização Panambi, relatam que a discriminação é a principal violação cometida, cerca de 65%. Relativo ao mercado de trabalho, 86% da população trans, tem na prostituição sua principal fonte de renda, enquanto que somente 10% conta com a educação primária. Outro dado que é muito preocupante é quanto à invisibilização dos homicídios nos registros oficiais, visto que a subnotificação e a injustiça nesses casos, é recorrente no país. Esta questão é fundamental no país, uma vez que somente em 2019 ocorreu o primeiro julgamento no país pelo assassinato de uma mulher trans. O feito foi comemorado por toda comunidade LGBTI, por criar um precedente e principalmente por renovar as esperanças no sistema de justiça paraguaio.

Como pode ser observado, no Paraguai não existem, todavia, políticas públicas, planos ou projetos que enfoquem na comunidade trans, ademais de que o processo de retificação do nome, caminha a passos lentos e somente, muito recentemente, o sistema legal ousou garantir justiça a esta comunidade. A falta de um marco jurídico nacional na proteção de direitos e de reconhecimento a identidade de gênero, faz com que o Paraguai seja um dos países da América do Sul menos avançado na temática, isso obviamente sem contar com os países Centro-americanos que em conjunto são os que mais carecem em atenção a comunidade trans.

2.5.3 Entre as fronteiras: Brasil

O Brasil ademais de ser o líder no ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas trans, soma o fato de ainda não possuir nenhuma lei específica que garanta direitos a esta comunidade. O mais recente avanço encontrado para pessoas trans foi em março de 2018, onde o Supremo Tribunal Federal garantiu que pessoas trans maiores de 18 anos possam mudar seu nome diretamente em um cartório, sem necessidade de comprovar sua identidade, ou até mesmo a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, anteriormente obrigatória.

A criminalização de atos de ódio e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais é a mais recente conquista da comunidade, ato que passa a ser punido pela Lei 7716/89 de Racismo. Hoje essa lei, segundo o texto constitucional é um crime inafiançável e imprescritível, podendo até mesmo ser punido, entre um a cinco anos de prisão, sendo até mesmo, em alguns casos, previsto multa.

No que tange a uma lei específica que garanta direitos e criminalize a obstaculização, negação ou lesão dos direitos que este coletivo possui, até hoje nada foi garantido, ou seja, os avanços encontrados por esta população no Brasil, foram até hoje implementados somente por meio da via jurídica e não pelo legislativo. Mais exemplos disso podem ser vistos ainda em 2018, pela Lei Eleitoral, onde o Supremo Tribunal Federal garantiu o direito de mulheres transexuais e travestis a poderem concorrer a cargos eletivos na cota destinada ao sexo feminino e aos homens trans nas vagas para sexo masculino.

No que concerne a saúde destaca-se

a formulação do Plano Nacional de Combate à Violência e à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, de 2004, que prevê ações de promoção de direitos, cooperação internacional, segurança, educação, saúde e trabalho; a Carta dos Direitos de Usuários da Saúde, de 2006, que explicita o direito da pessoa ser identificada no SUS pelo nome que preferir; o Plano de Enfrentamento da Aids entre Gays, HSH e Travestis, de 2007; as regulamentações de 2008 e 2013 acerca do

processo transexualizador no âmbito do SUS, que englobam a cirurgia de redesignação sexual, a assistência e o cuidado de transexuais; e a Política Nacional de Saúde Integral para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais, de 2010 (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019, p. 1-2).

Quanto às informações sobre a comunidade, até hoje estas são realizadas de forma autônoma pelas associações de pessoas trans. Os dados disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), explicitam dados alarmantes, tais como: a expectativa de vida desta população ser de 35 anos, enquanto que a da população brasileira, em geral, é de 74,9 anos. Quando nos atemos a educação, 72% dessa população não concluiu o ensino médio e apenas 0,02% conseguiu ter acesso ao ensino superior. Ademais de que esse processo de exclusão somado a transfobia, revela outra cifra cruel, o fato de 90% da população trans utilizar a prostituição como fonte de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Destacamos que embora avanços tenham ocorrido para a comunidade trans e que existam instrumentos com grande potencial para a inclusão, muitas vezes estes acabam esbarrando na falta de uma política nacional que garantam esses direitos. É notório o avanço das camadas conservadoras, realizada nos últimos anos e é exatamente por isso, que uma política pública amparada na lei, é imprescindível para que retrocessos não aconteçam.

2.6 Entre fronteiras e atravessamentos de direitos

Na Casa de Malhú, as demandas de brasileiras e paraguaias convergiam e demonstravam que o atravessamento dos direitos conquistados recentemente pelas brasileiras, motivam as paraguaias a buscar documentos brasileiros, a fim de reivindicar sua identidade. Mas não só com respeito a legislações que as trans da região se encontram e confrontam. Durante as entrevistas a pergunta de como era ir a Puerto Iguazu e Ciudad del Este, mostrava também disparidades, uma vez que enquanto na cidade argentina, mesmo com os papéis ainda não retificados, pudesse haver algum constrangimento pela fiscalização da aduana, a sensação de respeito e segurança foi expressivamente apontando pelas entrevistadas, como Antonella descreve,

Eu costumo ir mais a Argentina, sabe mas nesse ponto sinceramente os argentinos são extremamente educados, muito educados, então assim não tive problemas de atravessar na fronteira, em momento algum eles chamam a gente pelo nome de batismo, assim, lá é muito fácil. No Paraguai como não tem controle aduaneiro né então a gente entra e sai com tranquilidade (ANTONELLA, 2019).

A percepção positiva sobre ir a Argentina foi recorrente, como apontado por Milena (2019) “já Argentina é mais tranquilo, adoro ir pra Argentina, falam oi tudo bem, assim né. Nunca me senti ofendida assim”. No entanto quando perguntado sobre o Paraguai,

Não eu não gosto de ir para o Paraguai, eu não gosto na verdade porque lá eles são muito machistas, então na verdade eles veem a mulher como um objeto de carne né (...) eu passo nos lugares e ninguém mexe comigo eu passo pra lá e pra cá e no Paraguai você vai ali comprar alguma coisa e já começam – Oi gostosa, oi gatinha, oi. Então eu não gosto (MILENA, 2019).

Longe de querer criar qualquer estigma sobre o Paraguai, a percepção aqui trazida reflete como é a trajetória de pessoas trans na fronteira, e sendo assim, a divisa entre Paraguai e Brasil, mesmo não contando com nenhum tipo de controle, esteve marcada pela sensação de desconforto, desrespeito e até mesmo medo. Como Kathy coloca,

Tipo quando eu vou para o Paraguai eu sou muito assediada assim sabe, eu não gosto disso, é horrível, tipo eu me sinto um lixo porque por incrível que pareça apenas veem a gente como objeto sexual. Então eles dão em cima, eles veem passar a mão e tals e como não é o meu país, eu não tenho o direito de me defender e a gente vai buscar ajuda da segurança do país e tals eles não fazem nada. Mas na Argentina eles me respeitam super bem, nunca fui ofendida, nunca fui assediada (KATHY, 2009).

Ademais desse contexto de receio em frequentar o Paraguai e sentimento de segurança quanto a Argentina, existe também o sentimento de querer contribuir com o país paraguaio, a fim de garantir melhores condições para a comunidade LGBT que, todavia carece de políticas básicas para uma vida digna, como Conrado (2018) exprime “a minha vontade era contribuir de alguma forma, e eu tinha pensado até hoje mesmo sabe, veio um lapso assim, porque o Paraguai, eu conheci uns trans do Paraguai e eles são totalmente desassistidos né, na saúde pública, as coisas básicas mesmo de tratamento”.

Outro fator de suma importância é que grande maioria de nossos entrevistados preferiu ou ainda não teve oportunidade de atravessar essa fronteira, o medo de passar por alguma situação constrangedora é um dos motivos como aponta Renata

É que é assim, antes de eu ter modificado o meu nome eu passei por situações muito chatas, tipo ir pra balada, eu evitava pra não sofrer preconceito ou algo do tipo assim, porque mesmo que a gente tivesse direito ao nome social, as pessoas te olham diferente, elas te julgam né, mas muitas vezes falavam – A Renata vamos comigo em tal lugar, vai ser legal. Eu falava – Olha, vai pedir documento? Porque se for pedir documento eu não vou. Tipo, várias vezes eu deixei de ter uma vida social por causa de medo mesmo de ser julgada ou sofrer preconceito e tal, porque eu acho que as pessoas que eu não sei se eu sofreria algum preconceito por transfobia, porque eu vejo o que as outras sofrem e eu não me vejo na situação, eu não consigo nem me imaginar na situação (RENATA, 2019).

Ou como Gabe que mesmo indo ao Paraguai, sente receio com a fronteira,

mas eu só tenho essa relação com o Paraguai, que eu nem sinto que eu estou indo pra outro país na verdade, porque você atravessa andando uma ponte, faz compras e volta, então essa é a relação com outro país, eu só tenho essa de compras. E medo da fronteira também, eu sinto que por a gente estar na fronteira o tráfico aqui é muito facilitado, muita coisa que eu notei muito próximo. Eu morei em cidade grande a minha vida toda e eu não via a transação de drogas perto de mim e aqui eu vejo o tempo todo (GABE, 2018).

Entre as narrativas aqui descritas, podemos averiguar que a fronteira diz muito sobre cada cidade e sobre como cada Estado vem atuando com a comunidade trans. O sentimento de segurança ou de desconforto com uma fronteira ou outra, ou até mesmo, preferir não realizar esse trânsito nos revela que primeiramente, quando se é trans, a negativa de tratamento pelo seu nome social é aterrador como descrito por Renata, escolhendo até mesmo se privar dessa experiência. Outra dessas experiências, tem relação ao sentimento de segurança e respeito ao poder transitar sem sofrer nenhum tipo de assédio pelas ruas.

Diante da confluência dessas relações é preciso ressaltar o trabalho das organizações Casa de Malhú (Associação de Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu), Associação ATTA Misiones (Asociación de Travestis, Transexuales y Trangéneros de Argentina de Misiones), e Panambi (Asociación de Travestis, Transexuales y Trangéneros del Paraguay), pela luta dos direitos de pessoas trans em seus respectivos países. No entanto, pode-se perceber que, todavia não existe neste espaço trinacional, uma união do movimento em prol da comunidade, como também a ausência de troca de experiências, principalmente por parte do movimento argentino, que não é muito conhecido pela entidade brasileira.

A partir dessas discussões é possível verificar em que território a proposta de integração pensada pela UNILA ocorre e sendo assim indagarmos como o projeto, assim como apresentado o território, na realidade se materializa para pessoas trans. Para tanto, seguiremos no próximo capítulo discutindo a universidade, seu projeto e de como de fato essa integração anda ocorrendo com pessoas trans e os múltiplos sistemas de opressão pelas quais são atravessadas.

3 EM BUSCA DE INTEGRAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO: A UNILA

A academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a (KILOMBA, 2019, p. 51).

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA é uma instituição de ensino superior pública, vinculada ao sistema federal de educação do Estado brasileiro que contou com seu projeto de criação aprovado em 13 de dezembro de 2009 pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República em 12 de janeiro de 2010. Prestes a completar dez anos do início do seu funcionamento, buscamos discutir como essa universidade voltada a integração dos povos latino-americanos insere pessoas trans nesse projeto tão ousado.

Iniciaremos apresentando seu projeto, cursos e estrutura a fim de que se possa compreender o diferencial dessa universidade e o que ela se propõe, para assim iniciarmos a necessidade de pensarmos como um projeto que pensa a América Latina e busca a integração por meio da superação de preconceitos, se relaciona com pessoas trans.

Todas as discussões aqui realizadas visam complexificar a relação que a UNILA possui com seus estudantes trans, uma vez que como universidade vinculada à rede federal de educação, ela não está isenta de reproduzir os mesmos mecanismos educacionais relacionados com a temática. Devido a este fato será possível articular diálogos entre esta instituição e outras fora da rede federal de ensino, por meio das entrevistas realizadas.

A crise que a universidade pública vem enfrentando, devido à perda de prioridade nas políticas públicas do Estado em razão do modelo de desenvolvimento econômico implementado pelo neoliberalismo, faz com que a educação se torne mais uma moeda de exploração comercial. Embora saibamos que as causas da crise são múltiplas e que muitas advêm de longa data, acreditamos assim como Santos (2010, p. 170), que o único modo emancipatório para contrapor esse modelo neoliberal é a promoção de alternativas que democratizem o acesso; que insiram as comunidades e as organizações sociais nas pesquisas, por meio da pesquisa-ação; que dialoguem o saber científico e não-científico, por meio de uma ecologia de saberes e ademais, que tragam estes saberes para dentro da universidade se vinculando a escola pública.

Toda essa legitimação da universidade pública precisa ser realizada como descrito pelo autor por meio da responsabilização social e isso só poderá ser realizado à medida que a

universidade vista-se de povo e que repare as injustiças e exclusões históricas que cometeu. Por isso a importância de por meio do projeto político da UNILA, passarmos a repensar, que universidade estamos construindo e se ela realmente consegue respeitar a todos.

3.1 Uma Universidade Diferenciada

Embora seu projeto tenha sido aprovado em 2009, desde 2008 uma comissão já se reunia a fim de discutir os desafios da implantação dessa universidade. A discussão de como se conceberia uma instituição pública brasileira que assegura-se a vocação em contribuir por meio do conhecimento para a integração latino-americana, era assim o primeiro desafio a ser enfrentado. Para tanto, se está desejava ser uma universidade sem fronteiras, ela deveria estar localizada em uma área que compreendesse esse ambiente intercultural e foi exatamente por essa razão que a escolha por uma região trinacional, como a conformada por Foz do Iguaçu no Brasil, Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazu na Argentina, parecia a opção ideal. Localizar-se em uma cidade de fronteira era assim compreendido como característica importante para favorecer o diálogo e interação regional.

O fato de estar localizada na fronteira entre três países (...) têm um acentuado conteúdo simbólico, pois sugere que a UNILA será uma universidade sem fronteiras que visa unir os países latino-americanos em torno de seus valores e interesses comuns, respeitando ao mesmo tempo suas identidades e suas diferenças (CORAZZA, 2010, p. 79).

Ademais da localização, o projeto aprovado reconhecia que o espaço acadêmico constitui um espaço privilegiado para que se instaure a cultura do respeito à diversidade, ao mesmo tempo em que se compartilhariam o saber e a tecnologia. A urgência em se promover a cooperação por meio do conhecimento e cultura, neste momento eram valorizados e compreendidos como uma aspiração histórica brasileira de intercâmbio com os demais países da América Latina.

Como seu próprio projeto coloca “o seu compromisso transcende reduções particularistas, tendo assim a pretensão de edificar-se e de ser referência para indicar e induzir caminhos que conduzam ao respeito mútuo e à reciprocidade de expectativas” (COMISSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO, 2009, p.15). Em vista disso a universidade teria papel central para ampliar e fortalecer sua tradição como referência, e isso só seria possível à medida que esta se reinventa, diante das inúmeras incertezas e inseguranças que rodeiam nossa sociedade.

Assim a lei 12.189/2010 que criou a UNILA dispõe em seu artigo 2^a

Art. 2^a A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como

missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL.

§ 1ª A UNILA caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira e será vocacionada para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do MERCOSUL e com os demais países da América Latina.

§ 2ª Os cursos ministrados na UNILA serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do MERCOSUL, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regional.

Portanto, a UNILA desde seu projeto de lei já se distingue das demais universidades por apresentar características mais amplas do que as tradicionais universidades federais, devido ao fato de não se interessar somente por uma formação voltada ao mercado e a cultura cidadã, mas sim a uma formação de profissionais que pensem a América Latina de forma integrada e que possam pensar estratégias que visem superar os desafios da integração do continente (RICOBOM, 2010, p 71).

Em visto disso, seu diferencial se concentra na seleção dos discentes constituído de metade proveniente de países da América Latina, que atualmente se reflete na presença de 18 países²³, fazendo com que essa seja uma das maiores riquezas que a universidade possui. É importante apontar que ao longo dos anos a universidade veio sofrendo cortes em seu orçamento, o que fez com que os auxílios estudantis oferecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES²⁴ deixassem de existir. Estes recursos não serviam somente como “auxílio” para alunos de baixa renda, mas também como eixo viabilizador para que estudantes estrangeiros possuíssem condições de acesso e permanência na universidade (FAGUNDES; ZDRADK; CAMPO, 2019).

Embora o fluxo de estudantes oriundos de outros países buscando a instituição persista, o perfil econômico dos mesmos é muito distinto, uma vez que o projeto inicial oferecia este auxílio, a fim de que esta integração não ocorresse somente em uma esfera, no caso na mais abastada. Essa informação também é importante para compreendermos o porquê quando analisamos o perfil dos estudantes trans da instituição, a não existência de nenhum proveniente de outro país, ocorra. Obviamente compreendemos que o fato de não existirem

²³ Entre eles está Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala, México, Cuba, Haiti e República Dominicana.

²⁴ O PNAES objetiva igualar a oportunidade de permanência entre estudantes de baixa renda, oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

estudantes trans de outros países da América Latina, não se limita somente a falta de auxílio, no entanto esse componente é também importante se pensarmos em que pessoas não estão realizando essa integração.

Outro dos diferenciais da universidade é o bilinguismo. Como é constituída por estudantes brasileiros e provenientes de outros países da América Latina, a universidade conta com o português e o espanhol como idiomas oficiais, sendo assim, aulas, materiais de apoio, como também trabalhos, podem ocorrer em um dos dois idiomas. A fim de que isso seja possível, são oferecidas aos ingressantes aulas de português para os estudantes hispanos e aulas de espanhol para os brasileiros.

Ademais das aulas de espanhol e português, constituem parte do ciclo comum de estudos as aulas sobre a América Latina, nomeada de Fundamentos da América Latina ou FAL como é mais conhecida e também as disciplinas de Ética e Ciência. Esse Ciclo Comum atualmente está compreendido nos três primeiros semestres, mas passa por reestruturação.

A concepção inovadora também foi refletida na eliminação da tradicional estrutura departamental, substituída por uma estrutura constituída a partir da interdisciplinaridade, visto que “se pressupõe que a obtenção do conhecimento é dependente de uma abordagem mais complexa e holística” (RICOBOM, 2010, p. 72). Sendo assim a universidade organiza-se não mais em faculdades ou em centros especializados, mas sim em institutos interdisciplinares, que por sua vez compreendem centros de ensino e pesquisa.

Como pode-se observar a interdisciplinaridade é um dos eixos fundantes da instituição e está presente no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo referência nos projetos pedagógicos dos cursos.

Por fim, a interculturalidade um dos pontos centrais do projeto pedagógico, como aponta Corazza (2010, p. 80) considera que a busca por essa integração “passa necessariamente pelo reconhecimento das diferenças entre as diversas culturas da América Latina”. Ainda que a universidade se volte a discussão da interculturalidade e na ideia de reconhecimento, utilizando a mesma como ponte para o diálogo entre as culturas e acreditando que isso implica na responsabilização dos Estados e das sociedades, por direitos secularmente negados, acreditamos que a decolonialidade, um movimento/epistemologia concebido por teóricos latino-americanos, seria melhor empregado no contexto da universidade, uma vez que esta “implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24).

Partir de uma discussão decolonial, principalmente se tratando de uma universidade voltada a América Latina seria importante por revisitar estes conceitos,

a histórica, ou seja, a necessidade de repensar todos os passados e perspectivas futuras à luz de outras perspectivas, que não as do Norte global; a ontológica, que passa pela renegociação das definições do ser e dos seus sentidos; e, finalmente, a epistêmica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento, desafiando o privilégio epistêmico do Norte global (MENESES, 2008, p. 6).

Sendo assim, a decolonialidade como ponto central faria com que a universidade pudesse se desvincular analiticamente e assim permitir “a restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, saberes e linguagens subalternizados em nome da modernidade e da racionalidade”, e não somente que o reconhecimento ocorresse como propõe a interculturalidade (SAUERBRONN, AYRES; LOURENÇO, 2016, p. 8; MENEZES, 2008).

Como Araújo (2013) destaca o acerto de contas com as elites não se concentra somente na distribuição de renda ou centrada na oferta de ensino às camadas historicamente excluídas, ela passa necessariamente por uma revisão de mundo.

Aos despossuídos não foi negado apenas direitos elementares, saúde, educação, mas sobretudo sua visão de mundo e o direito à dignidade no mundo para eles forjado. A viagem de volta não pode deixar de percorrer o caminho de violência do passado, apontando para novas possibilidades (ARAÚJO, 2013, p. 11).

O diálogo intercultural proposto pela universidade tinha em seu projeto esse ideal, o de não haver hierarquias entre as diferenças culturais, a fim de construir valores em comum. No entanto, como bem sabemos, as hierarquias existem e somente podem ser enfrentadas quando as bases epistemológicas, políticas e sociais forem reposicionadas a fim de vencer as assimetrias históricas.

3.2 Aos Olhos da Comunidade: UNILA e Pessoas Trans

Uma vez apresentada à estrutura dessa universidade que se preocupa em compreender a América Latina tendo como objetivo a integração dos povos por meio do reconhecimento das diferenças e o respeito às diversidades nacionais, religiosas e culturais, nos atemos neste momento a compreendê-la aos olhos dos estudantes e da comunidade trans. Buscamos perceber como a estrutura organizacional e a proposta é compreendida por elas, já que este não foi, pelo menos não especificamente, mencionado na proposta.

Antes de iniciarmos, gostaríamos de recordar que o sistema educacional historicamente mantém a reprodução das formas de dominação, bem como a manutenção das desigualdades e hierarquias sociais, sendo assim, um diálogo intercultural que não visualize

essa condição para pessoas trans, não o está fazendo, ou melhor colocando, não está reconhecendo essa exclusão como uma das assimetrias históricas.

Relembramos que somente em 2008 com a Lei 3627/2004 aprovada, após anos de forte pressão social do movimento negro, as ações afirmativas raciais e sociais foram implementadas no ensino superior público federal do país, o que significou “em 2003 pretos representavam 5,9% dos alunos e pardos 28,3%, em 2014 esses números aumentaram para 9,8% e 37,8% respectivamente - no agregado fomos de 34,20% de pretos e pardos no total de alunos para 47,57%” (EURISTENES; FERES JUNIOR; CAMPOS, 2016, p. 3-4). O que queremos apontar com esse dado é que historicamente a educação excluiu e continuará a excluir se a democratização do acesso e da permanência, não ocorrer. Isso é possível quando a pauta é reconhecida como relevante e a academia tem papel fundamental nesse reconhecimento, ao acolher as demandas vindas da sociedade, principalmente dos movimentos e coletivos organizados.

Sendo assim o espaço acadêmico que realmente se preocupa em modificar as estruturas excludentes pelas quais o Brasil, bem como a América Latina está atravessada, necessita refletir e principalmente modificar suas ações, práticas e estudos. Não é um acaso que as pesquisas realizadas com pessoas trans em espaços educativos, estarem sempre vinculadas a experiências violentas como apontou Louro (1999, p. 31) “na escola (como também nas universidades), pela afirmação ou pelo silenciamento, (...), é exercida uma pedagogia da sexualidade (bem como do gênero), legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras”. Esta pedagogia nega as vivências trans, se articulando com as distintas violências e as induzindo a “abandonar os estudos”, e assim camuflar “o processo de evasão involuntária induzido pela escola” (Luma Nogueira ANDRADE, 2012, p. 247).

Assim antes de adentrarmos especificamente em avanços ou problemas que os discentes trans experienciam na universidade, optamos por trazer como estes a concebem, pois, mais do que apontar é necessário construir em conjunto.

Conceber uma universidade com um projeto tão ousado, tentando construir laços com outros países do continente, a fim de superar desafios conjuntos, é realmente inspirador. No entanto quando pensamos em jovens que não tem acesso a história de seus próprios países em caráter mais profundo e com respeito à América Latina por ser essa ainda mais defasada, isso parece ser um obstáculo, a fim de que se gere interesse pelo projeto. Sendo assim, vão coexistir na instituição os que a escolhem pelo projeto e tantos outros que buscam unicamente

a tão sonhada vaga em uma instituição pública. A tarefa essencial da UNILA é assim incorporar nesses estudantes o interesse pela integração latino-americana.

Quando indagamos nas entrevistas sobre as experiências de estar na instituição, Alessandra estudante de Antropologia consegue em sua fala transmitir como é estar na UNILA e todo este projeto que descrevemos,

A ta sendo incrível, muito incrível. Depois que eu tive uma aula de FAL que o professor falou, que o professor chegou assim e falou assim, vocês tem que montar um grupo de 10 pessoas e eu falei assim, não acredito que eu vou ter que fazer o trabalho em grupo, eu odeio fazer trabalho em grupo, e aí no outro dia veio o professor de FAL, por acaso assim, sem saber de nada ele chegou assim, imagina que vocês nem conseguem fazer um trabalho em grupo com 10 pessoas, como vocês vão construir a integração Latino-Americana com milhões de pessoas ? Ai eu fiquei assim, ai meu deus e agora? E foi depois disso que paaa, agora eu vou fazer integração então, porque até então a sala estava muito dividida, um lado ficou só brasileiro e do outro lado só estrangeiros e aquilo estava me incomodando muito, porque além de existir uma barreira idiomática, a sala estava representando como a gente estava vendo né – Brasil e América Latina. A sala representa realmente a leitura que a gente faz. E foi depois dessas aulas que eu falei - Não, eu vou sentar do outro lado, porque eu sou daquele lado sabe, eu não sou desse lado, eu falo português e tenho todas essas coisas, mas eu sou do outro lado. E foi o momento que eu fui pra lá e foi o momento que eu tive essa imersão, esse poder conhecer uma amiga minha da Colômbia, eu já falo amiga, uma amiga minha da Colômbia que faz artesanato indígena sabe, é indígena, outro menino que é de uma tribo indígena também da Colômbia, uma outra amiga uma indígena aldeada no Amazonas e um menino do Chile que me mostrou um monte de comunidades indígenas do Chile, um outro menino que é de um grupo arqueológico da Colômbia e uma outra menina que é do Paraguai que ela lida com todas essas questões de gênero que ela gosta muito, Hermanas que são sapatão e eu gente, meu deus, que loucura tudo isso. E todas as aulas que a gente tem, esses indígenas são muito fortes, eles têm todos uma temática muito forte (ALESSANDRA, 2019).

Alessandra foi uma das estudantes que ingressou na UNILA pelo projeto e percebe-se em sua fala o quanto essa experiência está sendo enriquecedora. No que relata é possível verificar marcas do projeto, como o bilinguismo, a interculturalidade, a disciplina interdisciplinar e o esforço em fazer com que os estudantes trabalhem em conjunto e principalmente que quebrem esta barreira entre as nacionalidades.

Assim como descrito anteriormente, existem discentes que entram na universidade e desconhecem seu projeto como Conrado,

(...) então a UNILA ela foi uma grande surpresa, porque eu não achei o programa pedagógico dela, eu vim para cá porque eu já estava no Paraná e eu gostava muito do Paraná, eu tinha uma namorada aqui né e eu queria ficar perto dela então, eu a primeira opção foi aqui, mas foi assim sabe, como eu falei, eu sou religioso, eu sempre pedi para Deus me colocar em um lugar onde eu iria me encaixar, que eu poderia me desenvolver bem. Então eu tinha o meu sonho de ficar lá em Minas, na UEL ou em Minas e aí acabou vindo a UNILA né. E eu fui conhecendo o projeto da UNILA aqui, os professores – A gente precisa de uma medicina mais integral, que

olha o ser humano em torno dele e não só a doença. E isso aí já foi abrindo minha cabeça e a gente também trabalha com fitoterapia, uma coisa que ninguém trabalha na Medicina né e aqui a gente é forte na medicina de família e comunidade que é mais social no trabalho mais social que eu amo, assim sabe, que você pode fazer intervenção no bairro das pessoas, no dia a dia delas. E aí na UNILA foi a coisa mais maravilhosa do mundo sabe (CONRADO, 2018).

Como pode-se perceber o desconhecimento pode ser superado, como demonstrou Conrado. A ligação do projeto institucional com os cursos, em busca de transformação social, pode ser percebido até mesmo em cursos historicamente elitistas como a Medicina. E mesmo que em um primeiro momento não se perceba onde está incorporado a noção de ser um homem trans com a carreira se engana, Conrado tem isso muito bem definido,

Então depois de formado eu queria fazer uma residência em família e comunidade, aqui, que aqui tem né. E eu pretendia ainda, se eu ainda tiver um pique, não sei, se eu ainda gostar de tentar fazer endocrinologia, porque mexeu muito comigo né e é uma coisa assim que ainda falta para a comunidade trans, tanto para mulher quanto o homem trans e é muito pouco (...) A minha vontade era contribuir de alguma forma e eu tinha pensado até hoje mesmo sabe, veio um lapso assim, porque o Paraguai eu conheci um trans do Paraguai e eles são totalmente desassistidos né, na saúde pública já, as coisas básicas mesmo de tratamento. Agora imagina um tratamento muito específico para uma coisa que as pessoas têm um grande preconceito, é visto como estética e não é estética, é minha saúde, minha saúde mental sabe. Então o meu, eu tive assim uma epifania, não sei o que vai dar minha vida, mas eu tenho certeza que é uma área que eu quero contribuir também, eles não têm esse suporte e aqui é como é uma cidade de fronteiras (CONRADO, 2018).

Essa noção de querer contribuir, por meio de sua profissão com pessoas trans, mas não somente no Brasil é observada por nós como uma marca que a universidade deixa para os estudantes, que já não mais pensam em suas demandas localmente, mas sim com uma perspectiva propriamente latino-americanista.

Emanuely estudante do mestrado corrobora com essa visão, reconhecendo seu papel como estudante trans e como futura docente desta universidade, visando aumentar a diversidade, com descreve:

quero publicar e contribuir para que a universidade tenha uma diversidade muito maior a qual eu já encontrei, o que eu acho muito bacana na UNILA, é essa diversidade de gênero, de raça, de etnia e de línguas, é uma interação muito, mas muito grande e eu acho que o meu papel dentro dessa unidade privilegiada, eu digo que sou privilegiada por estar dentro de uma universidade pública federal, porque toda minha sociedade, grupo que eu pertencço de mulheres trans, de travestis, de mulheres negras é totalmente inviável, então eu digo que eu tenho que fazer a diferença dentro da UNILA, seja publicando artigo, escrevendo, participando de roda de conversa, fazendo com que essa roda de diversidade ela seja um processo cíclico, esteja sempre em movimento, em que ela não seja estagnada e sim a todo tempo em movimento, movimento contínuo (EMANUELLY, 2019).

Rodeada por toda esta perspectiva positiva de alguns discentes, existe também o desconhecimento sobre a universidade, como Kathy, moradora de Foz expõe

Eu conheço pouquíssima coisa, tipo a única coisa que eu soube de lá, tipo assim, que eu acompanhei, foi o pessoal do grupo de música que até então eu fiz parte durante três meses, enquanto eu fazia um curso de turismo, só que daí quando eu saí de lá eu não voltei pra esse grupo, mas me disseram que tem cursos ótimos, as pessoas, tipo, dizem que é muito bom (KATHY, 2019).

Kathy ainda menciona que os cursos são famosos na cidade, mas o que mais chama a atenção é que quando indagado sobre seu interesse em estudar na instituição, ela revela que “Olha tipo eu nunca parei assim pra pensar pra estudar lá, porque até então eu pensava que tipo era só pro pessoal do exterior e não do pessoal aqui da região”.

O desconhecimento a respeito de poder integrar a universidade revelou que a UNILA falhou em integrar não somente a comunidade trans, mas a cidade e a região em seu projeto. A iniciativa de divulgar as atividades realizadas pela instituição para a comunidade, conhecida como Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE), só passou a ser realizada em 2018, ação responsável por permitir que as mais distintas escolas desse território, pudessem adentrar nesse espaço e conhecer o que a universidade vem desenvolvendo. Assim sendo, embora haja inúmeros projetos de extensão, tais como: o cursinho comunitário, cursos de português para a comunidade (visto que a cidade e a região são conhecidas pela grande quantidade de imigrantes árabes e asiáticos), reestruturação urbana e social da fronteira, que possibilitou a permanência dos moradores da ocupação do Bubas, entre tantas outras atividades que impactam diretamente a população. O conhecimento dessas ações esteve muito restrito aos que se envolvem diretamente com ela, não chegando a todas as esferas, como pode se perceber com a fala de Kathy.

Esse desconhecimento sobre os cursos e a atuação da universidade, geraram e ainda geram muitos problemas, existindo um certo estigma sobre os estudantes, como Gabe enfatizou “Preconceito contra unileiro, muito preconceito contra unileiro”. Toda a diversidade trazida pela instituição é vista com maus olhos por muitos, como exemplo o senador paranaense Álvaro Dias (PODEMOS - PR), que já retratou a instituição como “doutrinadora ideológica” em sua fala no senado, enfatizando que “desde sua criação a UNILA está envolta em suspeitas de direcionamento do seu conteúdo acadêmico a tese e conteúdos esdrúxulos, oferece disciplinas estranhas, atípicas as grades curriculares de qualquer outra universidade”, Menciona também as disciplinas como Descolonização Epistêmica, disciplina oferecida pelo curso de Filosofia ou América: Colonialidade e Resistência oferecida pelo Bacharelado em História (diga-se de passagem, dita erroneamente, já que a disciplina se chama América: Invasão, Colonização e Resistência), consideradas por tal como estranhas. Toda a fala deste político desqualifica a tentativa de construção de uma narrativa intercultural, que na visão

deste é seletiva e por assim dizer, bolivariana. A fala do senador também se preocupa com os vínculos internacionais da instituição com os países caracterizados pelo mesmo como perigosos, tais como Venezuela e Equador. Ademais de uma extrema preocupação com a nacionalidade dos docentes, por advirem de Cuba e Venezuela, mencionando no plenário que este projeto não é condizente com o interesse nacional. Este discurso não rejeita somente a lei que institui a universidade, mas também o projeto nacional de política externa naquele período orientada pela concepção de que o Brasil deveria assumir papel crescente no cenário internacional “projetando uma imagem externa ativa e soberana” (BRASIL, 2010).

Engana-se quem acredita que os ataques são recentes, visto que desde o princípio do projeto, antes mesmo deste ser aprovado ou a comissão passasse a discuti-lo, a mídia já lançava sua posição quanto ao projeto, como é o caso da revista Veja.

Figura 2- Matéria Revista Veja sobre a UNILA

Fonte: Revista Veja (2007)

Nesta matéria publicada em dezembro de 2007, os questionamentos e achismos sobre a instituição são os mesmos que os da atualidade, como a preocupação sobre a formação, como diz Azevedo de “‘Intelequituais’ especializados em movimentos sociais da América Latina”. O temor de uma universidade criada por um governo petista projetada para pensar os problemas da América Latina, parece mesmo incomodar as camadas mais conservadoras do país e esse incômodo é evidente na mídia nacional, com revistas de grande circulação como a Veja e a Época que já estamparam em sua capa, matérias sobre a universidade. No caso da revista Época, os problemas com o campus da universidade se tornaram motivo suficiente

para classificar a educação das universidades públicas brasileiras como estando em ruínas e até mesmo culpabilizando as mesmas de estarem sofrendo com a ideologia.

Figura 3 - Matéria Revista Época sobre a UNILA

Fonte: Revista Época (2017)

Como se não bastassem as coberturas sensacionalistas, a universidade ainda sofre constantemente com ataques de desmonte. O mais recente deles do deputado Sérgio Souza (PMDB - PR) por meio da Medida Provisória nº 785 de 2017, buscava alterar o projeto da universidade e convertê-la em Universidade Federal do Oeste do Paraná, com fim de transformá-la em uma universidade do agronegócio. A emenda só foi retirada após a grande repercussão gerada e apoio da sociedade organizada de Foz do Iguaçu, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFIS), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bem como de uma petição pública.

Obviamente todos estes problemas da instituição, vão de encontro com as outras opressões que os estudantes trans atravessam, é importante notar quanto de idealismo e quanto certos processos sobrecarregam certos atores. De forma alguma nos posicionaremos a fim de homogeneizar as visões ou experiências, uma vez que tal como Yuval-Davis (2006) nos alerta,

é comum a todos esses discursos de naturalização é que eles tendem a homogeneizar as categorias sociais e a tratar todos os que pertencem a uma categoria social

particular como compartilhando igualmente atributos naturais e particulares (positivos ou negativos) específicos a ela (YUVAL-DAVIS, 2006).

Isso quer dizer que nem sempre a visão da universidade será a mesma, por inúmeros fatores, principalmente dependendo do tipo de experiências e dos posicionamentos que essa pessoa vive.

É em vista disso, que as experiências com a instituição não são positivas com todos os estudantes trans, os inúmeros problemas que estes discentes enfrentam diante da experiência interseccional que experienciam é perceptível como o caso de Gabe, homem trans negro e que se mantém com os auxílios da instituição.

Então, eu me senti um pouco frustrado com a UNILA porque eu li toda a proposta da universidade antes de vir e ela é linda né, e aí teve todo aquele projeto de inclusão não só latino-americana, mas de todo tipo de gente e nossa é a minha universidade. E aí eu vim pra cá e não é bem assim, não é assim na prática, você não é bem recebido principalmente no PTI é uma parte da UNILA muito conservadora e eu não sei se tem a ver com o lugar que o campus está que é dentro da Itaipu, mas é uma parte da UNILA que realmente não dá a mínima se você é uma pessoa trans, se você é uma pessoa vulnerável, enfim (...)(GABE, 2018).

A frustração de Gabe não se estende somente ao campus PTI (que é descrito melhor na próxima seção), mas a toda experiência que possui como estudante vindo de outra instituição de ensino. O encantamento com a proposta foi se desmoronando com as atitudes transfóbicas que experienciou,

Então eu cheguei aqui e não me senti tão abraçado como eu pensei que seria e foi um baque porque eu me sentia mais abraçado na federal da bahia, não assim pelas pessoas que estudavam comigo, mas a universidade em si, não tive nenhum problema com o nome social na federal, nenhum, eu cheguei lá pedi pra trocar o nome de registro pelo nome social e foi um processo tranquilo, super respeitado e eu pude trocar o gênero, tipo em todos os documentos que aparecem na UFBA eu sempre vou aparecer no masculino e as pessoas sempre vão me tratar no masculino, mesmo que eu esteja performando a feminilidade, entendeu? Então chegava os professores e falava, professor é isso e isso, e não precisava falar duas vezes, entendeu. E foi um choque chegar aqui na universidade de integração e tudo mais e não encontrar isso, sendo que Salvador não é um cenário extremamente conservador, mas é uma cidade muito machista, porque é nordeste cabra-macho e tudo mais e não encontrei isso lá entende?. E aí eu chego aqui e tem professor que ta vendo o meu nome social no lattes e prefere escolher o nome de registro, porque aparece os dois no lattes (GABE, 2018).

Xayenne, mulher transexual negra, também compartilha da frustração de Gabe, quando expõe que

A UNILA ainda não está preparada para receber mulheres trans e nem homens trans, porque eu vejo assim mesmo eu estando lá a muito tempo, ainda passo por transfobia por professor, alunas. Eu vejo alunas falando dentro do banheiro nas cabines, elas entram na cabine e falam – Essas mulheres trans falam que são mulheres trans, se vestem de mulher, só pra usar o banheiro das mulheres, porque já vi uma entrar no banheiro dos homens, então porque se vestem de mulher? (XAYENNE, 2019).

Assim como Akotirene (2019, p. 63) já colocava a “interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”, sendo assim observar como as experiências de jovens trans negros nesse espaço são distintas dos demais, nos induz a articular como o atravessamento da raça modifica esse acolhimento. Embora já tenhamos observado, é sempre importante ressaltar que a existência de pessoas trans na academia, não é um processo isento de violências e não é sem embasamento que os dados disponibilizados pela FONAPRECE/ANDIFES (2018) indiquem que somente 0,02% dos estudantes de graduação das universidades federais são trans, essa condição reflete muito bem como esse sistema insere a comunidade.

Sendo assim é fundamental nos atermos a como um projeto tão ousado de universidade como o postulado pela UNILA que busca “compreensão cultural, superação de preconceitos e do etnocentrismo” em vista de integrar a América Latina por meio da educação, é compreendida por uma dos grupos mais oprimidos e marginalizados como o conformado por pessoas trans. Essas percepções distintas poderão ser mais bem compreendidas com a próxima seção onde traremos os problemas e entraves desses discentes na universidade da integração.

3.3 Problemas e Entraves

Embora a UNILA seja diferenciada e conte com um projeto que preza pela interculturalidade, existem barreiras que a universidade precisa transpor a fim de inserir a comunidade trans e isso só pode ser realizado, quando este tema entrar em pauta e ser visualizado como necessário para que o projeto se concretize. Para tanto essa seção do capítulo trará todos os problemas e entraves que a universidade enfrenta para inserir definitivamente pessoas trans em sua instituição.

Podemos averiguar que certas propostas não vislumbram a todos, como a instalação da UNILA no campus provisório localizado no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI). O parque que está localizado dentro da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi criado pela hidrelétrica, a fim de desenvolver “ciência, tecnologia, inovação e negócios, resultando em riqueza e bem-estar à sociedade.” (PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU, 2019). Essa situação provisória do campus se estende até hoje com os cursos sendo divididos em diversos prédios pela cidade. A questão, no entanto que gostaríamos de levantar é exatamente com o campus PTI, que abriga 18 dos 29 cursos oferecidos pela instituição e está como já dito, dentro de uma zona de segurança entre dois países, contando com um forte esquema de segurança em que todos que

adentram a esse espaço necessitam passar. Um desses procedimentos é a necessidade de um crachá para adentrar neste espaço, possuindo guardas que o conferem rotineiramente de forma nada aleatória, diga-se de passagem, ademais da conferência do porta-malas dos carros e equipamentos eletrônicos, tais como o notebook, que devem estar registrados.

Toda esta segurança, no entanto não é vivida por todos de mesma forma, como Leo coloca

eu particularmente era barrado todo santo dia, diferentemente de muitos dos meus colegas na entrada e na saída, igualmente Caiene e isso já mostra né que estar na Itaipu é um obstáculo enorme para pensar universidade, autonomia e suas políticas de prevenção de violências (LEO, 2019).

A experiência de Leo nessa barreira, como é assim chamada, está pautada por ser um homem negro, e quando ele menciona Caiene, sua ex-colega trans e negra, se percebe que para pessoas trans este espaço se performa de outra maneira, não se concentrando somente na violência diária, mas desde a elaboração do crachá, como descreve Conrado

É porque eu cheguei lá e fui totalmente desrespeitado do começo ao fim assim, a única pessoa que não deu bola fora, foi a atendente que fica ali, é a primeira atendente. E ela chamou outra senhora, já me chamou de ela, me chamou de Camilo, nossa. Aí falou assim - Ah vai ali conversar depois com o outro rapaz ali, me mandou pra outra sala e aí me chamou de Camilo o tempo inteiro, no telefone com outra mulher também tempo inteiro ela, ela, ela, ela, ele acha que sou burro né. E aí eu queria ter dado uma dura nele mas daí chegou gente, outra pessoa e eu pensei não vou causar confusão aqui agora, porque né, então tá. Então para mim foi extremamente ruim, além de não ter conseguido crachá no dia, porque no outro dia já tinha esgotado o tempo deles para mim sabe, no outro dia eu precisava urgente de fazer um evento e eu precisava do meu crachá, eu tive que ir com o crachá do meu amigo, para não dar muita confusão. E aí eu pedi para eles assim - Pelo amor de Deus, então me faz um crachá provisório sabe, porque eu só preciso ir pro evento, eu nem vou nem entrar no PTI eu te juro, você fica com o meu preso aqui, sei lá velho. Aí ele falou - Não eu não posso. E eu só queria um papel nada mais não, mas de boa, me tratou super mal, na cabeça dele não, mas tudo bem. Então quando eu falei isso para a Camila, ela não me mandou um respaldo tipo um reclame aqui. Pô eu queria que eles mudassem isso daí porque é um detalhe se a pessoa sente mal demais. Porque depois eu fui lá pegar o crachá e tive a desagradável surpresa que eles põe só Conrado e põe seu nome de registro em baixo, isso para mim me expõe muito mais, porque a pessoa olha isso ali e pô velho, qual o seu nome na real? E sabe eu não sei porque cargas d'água quando a pessoa vê o outro nome, ela vai usar o outro nome, entendeu (CONRADO, 2018).

Como podemos observar com este relato, este campus da universidade reforça ações transfóbicas, impedindo que os estudantes possam circular sem medo por um dos espaços da universidade. Tal como exposto por Conrado, ele não necessitava frequentar este local diariamente, por seu curso não se localizar no PTI e sim no campus do Jardim Universitário, no entanto, evitar ao máximo esse espaço que constitui parte integrante da universidade, já o coloca em uma situação onde como estudante parece não possuir direito aos mesmos espaços que uma pessoa cisgênera. O fato de o crachá conter o nome social e o nome do registro

exposto para todos, como Conrado coloca “Aí no PTI, quando eu cheguei lá e meu cartão tá da mesma forma e isso, isso dá a chance de outra pessoa cometer transfobia com você, entendeu.” salienta todo o temor de ser constantemente vítima de transfobia, em um espaço que deveria acolher.

Antonella que atualmente realiza uma pós na instituição, também relata ter passado por transfobia na barreira de Itaipu “eles imprimiram o meu crachá com o nome masculino, eu entrei na Itaipu e todo vigilante da Itaipu que passava por mim pedia pra ver meu crachá e fazia com que eu entregasse os meus documentos, então assim bem constrangedor”.

Somado a todo esse processo transfóbico enfrentado pelos estudantes, a fim de poder adentrar na instituição de ensino que integram, soma-se o fato de que a demora no processo da inclusão do nome social pela UNILA, faz com que estes necessitem pedir segunda via do crachá, como relata Alessandra

E ai ela me citou que quando chegasse o meu cartão do PTI eu teria que pagar R\$ 15,00 pra fazer uma nova via porque já tinham feito o meu cartão com o meu nome civil. E ai eu fiquei analisando, que legal que a minha identidade custa R\$ 15,00, falando pra Wall que a minha identidade de gênero custa R\$ 15,00, pra ser quem eu sou custa quinze reais (ALESSANDRA, 2019).

Convenhamos que todo esse processo para um estudante recém-ingresso na universidade é muito desgastante, primeiramente por adentrar em um local desconhecido e desde o primeiro momento precisar afirmar um direito garantido em lei que é o nome social. Assim quando Luma Nogueira de Andrade (2012, p. 18) coloca que “que as travestilidades, por apresentarem seus corpos os signos de suas diferenças, devem sofrer maior discriminação, sendo submetidas a enfrentamentos constantes para permanecer na escola.” ela fala de todos estes estigmas que não somente na escola são enfrentados, mas sim em espaços educacionais, como pode ser averiguado.

Diante disso quando Martins (2010, p. 229) coloca que “ O fato de estar instalada dentro da Itaipu, uma empresa binacional (a Itaipu pertence em igual proporção ao Brasil e ao Paraguai) e na região da Tríplice Fronteira, é um convite natural à internacionalização, à integração e à transculturalidade.”, necessitamos discordar rotundamente do autor, pois a fronteira (como já apresentado no capítulo anterior) e principalmente essa empresa binacional, não integra a todos e muito menos visa um ambiente transcultural, uma vez que a diferenciação no processo de inserção está nítido em estudantes trans, assim como em negros e indígenas. Crer em uma internacionalização, integração e transculturalidade realizada somente nos padrões cis-heteropatriarcais, brancos e de classe alta, realmente pode ser mais

fácil, do que compreender que esse sistema jamais inseriu a todos da mesma maneira, e não seria assim só por estar em um território na divisa entre dois países.

Gostaríamos de ressaltar também que no primeiro levantamento realizado por meio do nome social, encontramos apenas três estudantes que tinham aulas no campus do PTI, sendo que duas delas já haviam se desligado da instituição, permanecendo somente o Leo. Existe obviamente toda uma discussão do por que da desistência dessas duas pessoas trans, no entanto, acreditamos que enfrentar diariamente transfobia, deva ter contribuído para essa decisão.

Mas nem só do campus PTI, vivem os alunos da UNILA e se nos concentramos nas informações contidas no primeiro capítulo, podemos averiguar que a maioria dos estudantes se concentra nos cursos de humanidades que estão alocados no campus do Jardim Universitário. Deste modo os problemas não se limitam somente ao campus PTI, entre as dificuldades enfrentadas a inclusão do nome social pela instituição ainda é um dos problemas a ser enfrentado.

Embora saibamos que o nome social assim como Bento (2014) coloca, não passe de uma gambiarra legal que transmuta o respeito à identidade de gênero em “nome social”, não pode-se negar que esta foi uma das determinações que possibilitaram a população trans ser reconhecida em espaços acadêmicos. A resolução pioneira²⁵ no âmbito acadêmico da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2009, p. 01) estabeleceu no “Art. 1º - Incluir o nome social de Travestis e Transexuais nos registros acadêmicos da Universidade Federal do Amapá como forma de garantir inclusão e a permanência desses cidadãos e cidadãs no espaço acadêmico desta universidade”. Essa medida possibilitou que outras instituições de ensino superior passassem a inseri-la em suas resoluções e até meados de 2016 quando o decreto nº 8.727/2016 foi instaurado, somente treze instituições federais²⁶ não contavam com resoluções próprias sobre a inclusão do nome social de estudantes e servidores. Entre estas instituições

²⁵ Com respeito as primeira instituições a empregarem o nome social, contamos com a secretaria Estadual de Educação do Pará que em 2008, foi a primeira unidade federativa brasileira a tratar do assunto. Em seguida, mais especificamente em abril de 2009 a resolução nº 5 CEE/CP, de 03 de Abril de 2009, do Conselho Estadual de Educação de Goiás e posteriormente outros Conselhos Estaduais como Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo e Paraná.

²⁶ Entre as universidades que até 2016 não contavam com resolução instituída estão a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e Universidade de Brasília (UNB).

estava a UNILA e é com respeito a essa demora em instituir esta resolução que vamos nos ater neste momento.

A regulamentação do uso do nome social por discentes e servidores da universidade foi regulamentada seis anos após o início de suas atividades, mais precisamente em 11 de agosto de 2016, por meio da Resolução do CONSUN nº 11,

Art. 1º Regulamentar a utilização do nome social por discentes, servidores e demais usuários na UNILA cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero.

§1º Nome social é o nome por meio do qual a pessoa se autodenomina e escolhe ser identificada na comunidade e em seu meio social, uma vez que o nome de registro civil não reflete sua identidade de gênero.

§2º Esta Resolução aplica-se às pessoas travestis, transexuais, transgêneros e não-binárias.

Art. 2º A legitimidade do direito ao uso do nome social é auto declaratória, sendo desnecessária quaisquer formas de comprovação ou justificativa para o usufruto de tal direito.

Art. 3º O nome social deverá diferir do nome civil apenas no prenome (nome próprio), mantendo inalterados os sobrenomes. Parágrafo único. Exceção feita aos casos de nomes compostos, os quais serão substituídos pelo nome social autodeclarado (UNILA, 2016, p. 1-2).

Como mencionado à regulamentação e a adequação do nome social na instituição foram tardias se comparadas a outras instituições de ensino, e essa recente adequação, todavia deixa marcas nos estudantes, como é o caso de Alessandra cuja entrevista havia sido realizada cerca de três semanas após seu ingresso na universidade, e que, todavia não contava com o nome social inserido nas listas de presença como relata:

[...] até hoje eu não consegui, eu já fui ali e inclusive fui super maltratada pelo homem ali que tinha, me joga assim o papel pra fazer o requerimento, fiz um requerimento eu nem sabia que era pra anotar, o que tinha que fazer, fui escrevendo ali de qualquer jeito. Cheguei ali na hora da matrícula a mulher nem sabia como fazia o do nome social, então ela disse assim, vai lá na sua secretaria acadêmica pega o requerimento e também ela nem sabia, ela ligou pra se informar. E aí eu cheguei na secretaria acadêmica e aparentemente parecia que eles sabiam de alguma coisa, mas me tratou super mal e falou assim – A não sei quanto tempo vai demorar isso aí não. Aí eu já pensei assim, a que legal então, então eu vou ter que ficar quanto tempo né sendo chamada por outro nome, aí beleza, fui e conversei com um menino daqui, mas que mexe muito com essas questões de gênero aqui na UNILA, sexualidade e tudo mais e ele me falou que talvez demore de 6 a 4 meses, eu não entendi muito essa notícia, inclusive eu fiquei preocupada, como assim né? Se eu for esperar até o meio do ano pra mudar de nome, até o meio do ano todo mundo já vai me conhecer por um nome né. Aí foi um momento que eu falei com a Wall – Wall como assim demora 6 meses essa merda de nome social? E ela falou – Não amiga, tinha que ter sido mudado na mesma hora e tudo mais. Aí ela falou assim, vai lá na secretaria acadêmica do seu curso, fala com a Patrícia, tá falei com a Patrícia, aí a Patrícia foi um amor, aí ela falou assim – Olha já era pra ter mudado, mas não mudou por uns problemas da instituição, porque o site está muito carregado pelas matrículas e tudo mais, mas até segunda-feira vai estar tudo certo. Hoje é segunda-feira e nada. Agora eu tava lá né, falei com ela, falei todas as questões e ela falou – Olha amanhã cedo eu vou conversar, não lembro o nome, e ver essa questão pra

você, mas você verifica se até amanhã já não vai estar mudado, porque já era pra ter mudado (ALESSANDRA, 2019).

No relato de Alessandra é possível verificar que, todavia persiste um despreparo com respeito a inclusão do nome social pela instituição para inseri-lo de forma imediata, Wall e Noah que são estudantes a mais tempo na instituição relatam como o processo ocorreu com eles

Assim que eu cheguei já era implantado, mas pouco difundido o nome social é muito recente, a Unila tá engatinhando em relação a isso né, mas assim que fiz o nome social já aceitaram nas listas de presença. Tem uma questão com o crachá do PTI que por lei o nome de registro tem que ir atrás no cartão e não é assim, se eu quiser tirar uma outra cópia é R\$ 20,00, mas em relação ao nome social tem sim a política mas estamos engatinhando em relação a essa política (WALL, 2019).

Foi quando minha namorada veio pra cá, a minha ex, veio morar comigo que ela pediu o nome social e eu falei mano quer saber, eu vou entrar com nome social também. Na época não tinha nada, tanto é que teve que entrar com processo e tal, demorou pra caramba e mesmo com nome social eu levei três anos pra ter a confirmação. O pessoal não me achava na época, porque tipo o e-mail acadêmico tava com um nome e na sala de aula tava outro, então o pessoal queria mandar alguma coisa, nunca sabia quem eu era, tá ligado, foi um rolo assim, mas assim isso até eu me assumir (NOAH, 2018).

Estes relatos demonstram como o processo para o nome social não foi tão facilitado e como a instituição ainda falha na hora de garantir o direito ao nome social. Embora hoje a retificação do nome seja mais facilitada, é importante ressaltar que ela só pode ser realizada após os 18 anos, como enfatizado por Alessandra. A demora em implementar esse direito gera constrangimentos e impede que a estudante se desenvolva plenamente pelo medo constante em ser chamada por um nome que não se identifica.

Ademais dos problemas com respeito ao campus do PTI e com a inserção do nome social, não podemos esquecer que os estudantes ainda sofrem com a transfobia nas salas de aula e pelos servidores da instituição, tanto TAEs - técnicos administrativos em educação, quanto docentes,

Então eu cheguei aqui e não me senti tão abraçado como eu pensei que seria e foi um baque porque eu me sentia mais abraçado na federal da bahia, não assim pelas pessoas que estudavam comigo, mas a universidade em si, não tive nenhum problema com o nome social na federal, nenhum, eu cheguei lá pedi pra trocar o nome de registro pelo nome social e foi um processo tranquilo, super respeitado e eu pude trocar o gênero, tipo em todos os documentos que aparecem na UFBA eu sempre vou aparecer no masculino e as pessoas sempre vão me tratar no masculino, mesmo que eu esteja performando a feminilidade, entendeu? Então chegava os professores e falava, professor é isso e isso, e não precisava falar duas vezes, entendeu. E foi um choque chegar aqui na universidade de integração e tudo mais e não encontrar isso, sendo que Salvador não é um cenário extremamente conservador, mas é uma cidade muito machista, porque é nordeste cabra-macho e tudo mais e não encontrei isso lá entendeu?. E aí eu chego aqui e tem professor que tá vendo o meu nome social no lattes e prefere escolher o nome de registro, porque aparece os dois no lattes (GABE, 2018)

[...] mas a gente passa por muitas coisas, técnico que não respeita seu nome social e mesmo você falando né – Wall, Ual, eu disse que é Wall. E chama no masculino ok whatever, mas ainda existe professores que são meritocratas, professores que veem seu trabalho e dizem que você não deveria estar aqui, que seu trabalho é uma merda, que sua arte é uma merda enfim, mas no mais assim conheço bastante gente pelo que concretizei em relação a ocupar espaços, conversar, dialogar e ser a pessoa que sou e que estou construindo (WALL, 2019).

Longe de querermos estigmatizar a instituição com estes relatos, buscamos evidenciar que existem problemas que precisam ser enfrentados, bem como apontar que nem todas as experiências dentro da universidade necessariamente são ruins, como é o caso de Emanuely,

fui muito bem aceita, os professores sabiam que eu sou travesti, que eu sou transexual, que sou uma mulher trans, quando eu cheguei para o primeiro dia de aula, já deixei isso bem frisado, eu faço questão de falar que sou uma mulher trans negra vindo da periferia e que passa todos os problemas que uma mulher cis passa, que uma mulher branca e uma mulher negra, seja ela como for, que definição de gênero ela se encaixa, eu não tenho, não tive problemas dentro da UNILA, acredito também que era pela forma de vestir ou pelo comportamento, posso dizer que é também por conta da passabilidade que é o que influência também a quebra de padrão, de barreira e a não problematização individual (EMANUELLY, 2019).

Tal como Emanuely, Conrado se sente de certa forma aceito e respeitado, mesmo que já tenho enfrentado transfobia por parte do campus localizado no PTI,

onde eu estou todo mundo me respeita, eu consegui meu nome social, aqui eu tenho segurança, a faculdade me deu a segurança que eu precisava e isso para minha mãe também foi importante eu falar. Que os professores me respeitam como Conrado, isso para eles é uma coisa que eles não esperavam sabe. Eles esperavam que eu sofresse, que os professores pegassem no meu pé (CONRADO, 2018).

Ser respeitado e contar com o apoio dos TAEs e docentes, faz com que a experiência dentro da universidade seja muito distinta, não somente para estes estudantes, mas também para as famílias, que assim como Conrado relatou, clamavam para que transicionasse após formado. Enfrentar esse somatório de problemas pode ser melhor, quando a instituição acolhe e torna esse espaço receptivo, se convertendo em parceira e não opressora.

Após estes relatos da UNILA, buscamos averiguar como foram as demais experiências em universidades de nossas entrevistadas e nos deparamos com os relatos positivos de Antonella e Kathy, que integraram a mesma universidade privada em Foz.

eu me formei em uma instituição privada e sinceramente desde o primeiro dia que eu entrei nessa instituição a minha identidade de gênero foi respeitada, o nome social foi respeitado, a minha identidade foi respeitada por todos, tanto pela secretaria como pela direção, como pelos professores (ANTONELLA, 2019).

Eu terminei o médio e comecei a faculdade, fiz um semestre porém como tava muito desgastada, tipo muito cansada, porque eu trabalhava das sete da manhã até as dez para as sete da noite (18:50 hs) e já ia pra faculdade né e aí eu fui me desgastando, eu só fiz um semestre de jornalismo e acabei trancando a faculdade (...) fiquei muito

triste de ter trancado, mas todos respeitavam, não sofria tipo nem olhares que a gente percebe de desprezo, digamos assim, adorei (KATHY, 2019).

A mesma experiência ocorrida com Antonella e Kathy, não sucedeu com Emanuelly que se graduou em uma instituição privada em Teresina

foi um problema porque tava se começando a política do nome social, tive dificuldade da inclusão do nome social na minha faculdade principalmente na lista de chamada, então foram várias vezes ao centro Acadêmico pra poder colocar o nome social, não foi uma coisa fácil e olha que no meu estado, eles tem uma política em que todas as instituições públicas e privadas devem respeitar o nome social e não foi. Por muito tempo eu era chamada pelo nome masculino (...) E aí eu lembro que na minha defesa do TCC eu tinha solicitado para um auditório que tava assistindo a minha banca e assim infelizmente eu tive que ser chamado pelo nome do Falecido, que é assim que eu gosto de falar (EMANUELLY, 2019).

Os relatos demonstram que a passagem pela universidade está atravessada de opressões e que embora Antonella e Kathy, não tenham sido vítimas de transfobia institucional em uma instituição privada, essa infelizmente não é a regra, como pode ser visto pelo relato de Emanuelly.

Quando partimos para a rede estadual, no caso a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, nos deparamos com os relatos de Milena e Renata

Ai o que é que aconteceu, quando eu entrei na faculdade eu sofria muito lá, porque a faculdade é o pior lugar que tem, porque as pessoas já vem todas inseridas nos seus preconceitos e imagina pra você desconstruir isso (...) E diante de tudo isso, na faculdade foi o lugar mais difícil, foi bem na época que o prefeito agora em 2002 ele fez uma lei que não podia ter preconceito contra comunidade LGBT, na época não se usavam os termos que são utilizados hoje, mas era proibido, você não podia e tanto é que esse povo que me hostilizava, eu fui junto a diretora do campus falar sobre uma lei que existia, e eles espalharam pelo campus todo que esse povo não podia me ofender, sabe, e foi assim que eu consegui me inteirar na faculdade, assim de conseguir, não pelo povo do meu curso, porque o povo do meu curso sempre foi muito tranquilo, porque era composto basicamente de mulheres, mas o problema é que nesse horário eram só o cursos de exatas que funcionavam né e esse povo de engenharia mecânica, engenharia civil é trash, né ele são... pia, pia sabe, e a faculdade foi difícil, mas eu não era trans nessa época (MILENA, 2019)

na faculdade a gente tem direito, tem um regulamento que fala que a gente tem o direito de usar o nome social, aí eu usava, só que tinha outro problema que era quando dava pane no sistema e direto dava pane no sistema, acabava saindo o nome social e voltava o nome original lá, e às vezes o professor fazia chamada com o nome, só que eu tive que entrar com um protocolo pedindo para utilização do nome social e isso aconteceu entendeu, por isso que na chamada aparecia NS e as pessoas nunca entendiam porquê da sigla NS, que é o nome social né, e aí vinha NS Renata Santos. Só que daí as pessoas começavam a questionar o porquê, daí já começava de novo essa palhaçada – Porque tem esse NS? Daí eu – Não sei o que é esse NS, deve ser problema da secretária que não sabe fazer as coisas direito e não sei o que. Aí já no mesmo ano eu me incomodei com a situação, porque sempre saía do sistema e tal e pra não acontecer gafe de professor e ficar falando lá na sala né, eu peguei e fui até a secretaria e conversei com o Marcelo, que antigamente ele era alguma coisa lá da parte da informática (RENATA, 2019).

No caso de Milena a faculdade foi realizada no início dos anos 2000 e em um período onde não havia transicionado, mas já tomava os hormônios e como ela destaca marcada por

um período muito difícil. No caso de Renata, mesmo já instituído o nome social ela sempre passava por constrangimentos devido a um persistente “pane” no sistema da universidade.

Todas estas narrativas apresentadas vão de encontro com o que Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) coloca,

(...) seja no ensino superior, assim como nas relações pessoais ou profissionais, as regras eram muito similares, isto é, construídas a partir do pensamento eurocêntrico, racista, machista, cristão e LGBTfóbico, que existe ajustamentos das pessoas, principalmente daquelas consideradas “menos iguais”. Sendo assim, essas práticas operam não só pelo conjunto explícito de interdições, censuras, por um código negativo e excludente, mas também se efetivam, sobretudo, por meio de discursos, ideias, representações e práticas que definem e regulam o permitido, distinguindo o legítimo do ilegítimo (...) (Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2017, p. 27-28).

Quando compreendemos que toda a vida de uma pessoa trans está inserida nesses múltiplos processos e discursos que as estigmatizam, é mais fácil desenvolver práticas que as insiram. A questão decolonial, vai assim de encontro ao preceito postulado pela UNILA, ou seja, essas violências só deixaram de existir no momento em que a universidade viabilize a luta de pessoas trans, bem como de suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. Como pode ser observado engana-se quem acredita que todos estes problemas ocorrem somente nesta universidade, o sistema de ensino de modo geral, como pode ser constatado é repressivo e serve tal como Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) colocou, com o intuito de censurar toda e qualquer vivência fora do eixo cis-heteropatriarcal, branco e elitista.

Desta forma, diante dos muitos entraves vivenciados pela comunidade trans na UNILA, é mais do que necessário fortalecer as conquistas já consolidadas pela legislação por meio de políticas públicas específicas e ademais, discutirmos o papel central que estas ocupam para a inserção e a permanência, tema que será desenvolvido no próximo capítulo.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS TRANS: UM DEBATE NECESSÁRIO

Este último capítulo é proveniente da pesquisa de campo, onde verificou-se a necessidade de refletir acerca das políticas públicas para pessoas trans. Gostaríamos de tecer em conjunto com todas as pessoas que nos relataram suas experiências, a necessidade de se discutir políticas públicas e a importância em se perceber que a mobilização desses atores pode de fato modificar esse sistema.

Compreendemos que a discussão dos direitos desta população não se inicia ou está restrita a discussão sobre a UNILA, visto que como uma universidade federal vinculada a rede de ensino pública brasileira, discorrer sobre ela é expor o sistema de ensino federal. Vale recordar que para pessoas trans ademais das barreiras para a inserção na universidade, a permanência cumpre com um papel fundamental, visto que esta permeia aspectos como o direito a educação, a cidade, a saúde e vale também mencionar que com os cortes nos auxílios estudantis, esta também se relaciona com o direito ao trabalho.

Assim sendo, compreendemos tal como Santos (2017, p. 27) que as políticas públicas não são o fim ou o começo, mas sim o meio, para que a igualdade de oportunidades em uma sociedade marcada por desigualdades agudas, como a brasileira, seja alcançada. Nosso foco assim é, refletir em conjunto com nossos entrevistados, sobre as políticas públicas que são necessárias para a efetivação da cidadania, uma vez que nosso objetivo durante este trajeto foi o de evidenciar “[...] uma problemática historicamente apagada por setores conservadores da sociedade e até por setores progressistas: o direito a diferença e a necessidade de políticas públicas que contemplem a diversidade” (GOMES, 2012, p.23).

4.1 Porque Políticas Públicas ?

Discutir políticas públicas é adentrar em um campo com inúmeras definições, a mais básica destas, a considera como a ação do governo para a resolução de problemas específicos (ANDERSON, 1984, p.3; SOUZA, 2006, p. 24, MARQUES, 2013, p.24). Designada como o estudo do “Estado em ação” na formulação de Jobert e Muller (1987), e concebida por Marques (2013) como a análise do por que e como o Estado age visto as condições que o cercam, as políticas públicas podem ser analisadas por distintas perspectivas teóricas com respeito, a natureza, funcionamento e das características do Estado.

Souza (2006, p. 26) a resume como “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor

mudanças no rumo dessas ações”. Entre esses feitos do Estado, as ações afirmativas são as que mais se destacam como medidas para alterar a realidade, visto que são ações reparatórias de cunho social que visam concretizar a igualdade substancial ou material. Sendo assim,

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2005, p.49).

As ações afirmativas preveem uma igualdade que ultrapassa a igualdade material, pois abarcam todas as instâncias na vida das pessoas. Deixam assim de ser somente um princípio jurídico e passam a ser um compromisso reconhecido pelo Estado, exercido por meio de sua Constituição, uma vez que são ações efetivas e não somente determinações que se mantêm somente no papel (SANTOS, 2017).

Embora estas ações sejam provenientes do Estado, elas são resultado (na maioria dos casos) de muito embate social, articulada pelos atores sociais em vista da reparação do que lhes foi negado, seja de benefícios de bem-estar social, direitos civis, políticos ou culturais.

Para tanto a conceituação de Feres et al. (2018) consegue incorporar toda a complexidade que a temática requer, por isso, será a definição adotada nesse trabalho;

(...) nos parece razoável considerar ação afirmativa todo programa ou iniciativa, pública ou privada, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social específico, com vista a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 13).

Podemos dizer que o objetivo da política pública de ação afirmativa é a transformação nas mais diversas esferas, a fim de que a diversidade e a multiplicidade defendidas nos termos jurídicos da Constituição possam ser efetivadas. No entanto nenhuma dessas ações é advinda do Estado com boa vontade, às mudanças trazidas por estes instrumentos, como já mencionado, provêm tanto de agentes sociais, como de movimentos sociais presentes na sociedade civil e política que buscam promover uma mudança ideológica, a fim de inserir uma população historicamente esquecida na construção do país (SANTOS, 2017, p. 26).

A luta por possuir reconhecimento de sua história e também de suas práticas culturais e sociais, necessita de dinâmicas tais como leis e decretos a fim de que a reparação seja realizada. Quando levantamos dados com respeito à população trans os dados disponibilizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), explicitam a

necessidade de políticas públicas, uma vez que a expectativa de vida desta população é de 35 anos, enquanto que a da população brasileira cisgênera é de 74,9 anos. Quando nos atemos a outros dados como a educação, 72% dessa população não concluiu o ensino médio e apenas 0,02% está inserida no ensino superior. Esse processo de exclusão somado a transfobia, revela outra cifra cruel, o fato de 90% da população utilizar a prostituição como fonte de renda (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019).

Ademais desses dados, não precisamos ir muito longe para verificarmos a necessidade de políticas públicas para pessoas trans, os relatos compreendidos no segundo e no terceiro capítulo deveriam ser suficientes para compreendermos que a cidade, a universidade e os demais locais públicos que nos rodeiam são altamente transfóbicos.

Historicamente o movimento trans no país foi organizado em resposta as arbitrariedades que ocorriam, tais como a violência policial, bem como a epidemia de AIDS (CARVALHO; CARRARA, 2013). A organização dos coletivos foi necessária para driblar uma política de extermínio e criminalização que, todavia é sentida, mas que só passou a ser freada com estas associações. Nosso entendimento é que a organização impacta e pode promover mudanças, e iniciativas tais como a Casa de Malhú são extremamente necessárias para que o poder público volte seus olhos e passe a assumir suas responsabilidades.

Não é atoa que Antonella e Milena, aspirem à carreira política.

Eu tenho pretensões políticas porque nós só vamos conseguir um pouco de igualdade social quando nós tivermos representantes LGBT's dentro das casas de leis, dentro da câmara de vereadores, dentro da prefeitura, dentro da câmara de deputados estadual, federal, se elegeram uma ameoba como presidente, porque não pode ter uma travesti como presidente do país ou como prefeita. Na verdade só quem sente o preconceito na pele é que consegue se colocar no lugar da outra pessoa, quando nos falamos em direitos humanos, não é pra defender o bandido, o latrocínio, o assassinato, o tráfico de drogas, mas sim os tratos que essa pessoa está recebendo dentro daquele local né, não é porque ele cometeu um erro que o mesmo tem que ser maltratado, humilhado, destrutado. Transferindo isso pros homossexuais, pras travestis, não é porque nos não nos enquadraram naquilo que a sociedade julga correto, que nós temos que ser humilhadas, não termos acesso a educação, não termos acesso aos mesmo direitos que as outras pessoas, afinal de contas eu também pago impostos (ANTONELLA, 2019).

Assim como Antonella ressaltou, acreditamos que as políticas públicas para esta população só passarão a ser assumidas de forma integral como responsabilidade do Estado, uma vez que pessoas trans passem a ocupar estes espaços de poder e possam mediar políticas para elas mesmas, assim como historicamente pessoas cis fizeram.

Mesmo que a aspiração política, vislumbre angariar mais direitos a população trans, o que é imprescindível e urgente, às carências da cidade não deixam de ser importantes, como Milena expõe:

Porque o meu sonho é ser prefeita de Foz, meu sonho é fazer mobilidade urbana pra todo mundo, fazer essa cidade crescer, evoluir e não construir ponte. Eu quero que essa cidade evolua, tenha emprego, tenha gente que trabalha, que o turista venha e vá conhecer a cidade, saia de noite, sabe um trabalho da segurança pública (MILENA, 2019).

As demandas que a população trans traz não se limitam, como no caso de pessoas cis, a produção de direitos especificamente a elas. Como no caso de Antonella e Milena a aspiração política modifica não só a realidade de pessoas trans, mas de todos aqueles que carecem de assistência do poder político. É notório as modificações que podem ser obtidas quando sujeitos historicamente silenciados, conseguem adentrar em um espaço que sempre lhes foi negado, Erica Malunginho deputada pelo PSOL - SP, Erika Hilton co-deputada pela Bancada Ativista (PSOL-SP) e Robeyoncé de Lima co-deputada pela chapa coletiva Juntas PSOL-PE, são exemplos concretos de como as estruturas só podem ser modificadas quando espaços de poder passam a ser ocupados e elas passam a falar por si mesmas.

A mudança na sociedade passa necessariamente pelo percurso de conscientização coletiva que Kilomba (2019, p. 11), menciona “que começa com negação - culpa - vergonha - reconhecimento - reparação”, e é o que, todavia falta para que pessoas trans tenham seus direitos plenamente assegurados e tal como a autora coloca isto “não é de forma alguma um percurso moral, mas um recurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 11).

Essa responsabilização de que Kilomba trata só pode ser realizada em uma sociedade altamente estratificada e desigual como a nossa, pela reparação pública vindo portanto das políticas públicas, por isso discutir política e a importância de legisladoras trans é essencial. Engana-se quem acredita que a reconfiguração das estruturas se dá sozinha “Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente reconfigurar a noção de conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 13). Para tanto se quisermos que pessoas trans possam exercer plenamente seus direitos que estão assegurados na Constituição, mas não de fato respeitados, é necessário que o processo de reconhecimento feito pelo Estado mediante as políticas públicas seja implementado amplamente.

Assim quando buscamos averiguar a que passos anda o percurso de conscientização coletiva no país, nos deparamos com a tabela abaixo,

Tabela 3: Relação de políticas públicas para pessoas trans

Política Pública	Orgão	Ano
Homofobia e Transfobia enquadrados como crimes de racismo	Lei 7.716/1989	2019
Alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico	Ação direta de inconstitucionalidade 4.275	2018
Cotas de gênero nas eleições	Tribunal Superior Eleitoral	2018
Inclusão de nome social no cadastro e atualização do Título eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral - (Portaria Conjunta TSE nº 1, de 17 de abril de 2018)	2018
Transferência de travestis compatível com sua identidade de gênero	Supremo Tribunal Federal (STF) - HC152491 - Ministro Barroso Resolução conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014 do CNPC e CNCD_LGBT	2018
Nome Social no RG	Decreto federal nº 9.278	2018
Nome Social em registros escolares - educação básica	Ministério da Educação (MEC)	2018
“A Lei Maria da Penha pode ser aplicada a mulheres transexuais e/ou travestis, independentemente de cirurgia de transgenitalização, alteração do nome ou sexo no documento civil”.	COPEVID-GNDH-CNPG nº 30 (001/2016):	2016
Nome Social no alistamento militar	Decreto 8,727	2016
Nome Social no CPF	Decreto 8.727	2016
Nome Social no ENEM	Instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	2014
Somente Nome Social em cartões do SUS	Ministério da Saúde - Nota técnica 18/2014	2013
Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)	Portaria Nº 2.803	2013
Assegura uso de nome social de transexuais e travestis em órgãos do MEC	Portaria nº 1.612	2011
Assegura aos dependentes de união estável entre pessoas do mesmo sexo as garantias previstas no Regime Geral de Previdência Social no que se refere a benefícios previdenciários.	Portaria nº 513	2010
Estabelece procedimentos para a realização de cirurgias de transgenitalização	Resolução nº 1.955	2010
Nome Social no SUS	Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Ministério da	2009

	saúde	
Institui diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS.	Portaria nº 1.707	2008

Fonte: Autoria Própria (2020)

Podemos verificar que muito do que já foi feito a essa população, tais como as mais recentes medidas que garantem a reivindicação de décadas das associações de pessoas trans, tais como a criminalização da transfobia, a garantia de retificação do nome sem necessidade de comprovação psicológica ou de cirurgia de redesignação sexual, ou a transferência de detentas transexuais para presídios femininos, todas foram mediadas pelo Supremo Tribunal Federal, o que é nítido expormos como um abismo enorme entre nossos legisladores e a população. Observar que a maioria das ações do Estado esteve concentrada na saúde, e só nos últimos quatro anos, ela passar por uma expansão nas demandas é significativo, uma vez que não só academicamente, mas também na mídia a atenção a pessoas trans e ao papel que ocupam na sociedade, passa a cada vez mais ser contestado.

Ademais de percebermos que a etapa da negação insiste em persistir mesmo com as estatísticas, o fato de estas passarem a ser concebidas, especificamente para pessoas trans a mais de uma década, ou seja, há tão pouco tempo, denota o quanto esse debate é urgente e necessário.

Políticas públicas são nossas únicas garantias de que a lei passará a ser cumprida, uma vez que é sabido que não existe direito se não existir garantia. Como Milena observou,

(...) na verdade o que ajuda muito o Brasil é o STJ na verdade, mas eles que pautam pelo menos. O legislativo que deveria fazer esse tipo, é lei, ele não faz, eles estão nem aí, eles até tiram esse tipo de conduta, porque na verdade eles acham essas coisas, daí inventaram esse projeto de ideologia de gênero, que na verdade eram estudos de gênero e o povo acredita que alguém fica ensinando. Bom o povo que acreditou em mamadeira de piroca né... Você vai fazer o que mamadeira de piroca, kit gay eu nunca vi, e agora essa Damares mais louca ainda. Mas dá uma raiva tão grande que em 2019 ter que explicar. 2019 meu debate hoje era assim, como que é que a gente vai fazer pra deixar uma mulher trans ficar grávida, tá entendendo. Como é que a gente vai fazer uma mulher trans na sua concepção, como mulher trans estar inserida no mercado de trabalho e estar inserida no contexto acadêmico né de uma forma natural, e nós estamos discutindo beijo gay, sabe sério gente, porquê? (MILENA, 2019).

A noção de que ao menos o judiciário desempenha seu papel em garantir a constituição é triste, pois como Milena colocou, o avanço nas pautas é inexistente, uma vez que, todavia necessitamos garantir aspectos básicos como a vida dessas pessoas, o direito a educação, ao trabalho e a serem respeitadas aonde quer que queiram ir.

A negação do estado brasileiro em garantir reparação a pessoas trans por todas as violências que perpetrou, tais como no período da ditadura ou em operações tais como a

operação tarântula²⁷ se estenderam em uma ampla gama de violências que perpassam a ordem estrutural, institucional, social e direta²⁸. Todas estas violências poderiam ser reparadas com leis, tais como a implementada no Uruguai, que ademais de garantir a mudança de nome no registro civil, obriga os poderes Legislativo, Executivo e Judicial, ademais de outros departamentos públicos a destinar postos de trabalho. Além de oferecer programas de capacitação, e uma reparação econômica a todas aquelas que sofreram violência institucional ou foram privadas de liberdade por consequência das forças de segurança do país.

Assim como Kilomba (2019, p. 41) coloca que o medo do branco é ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro e assim simplesmente se afasta e o mantém distante da consciência, acreditamos que da mesma maneira os cisgêneros possuem essa maneira de repelir e tentar evitar ideias e verdades desagradáveis, a fim de que estas vão para fora da consciência “devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam”. Assim quando a autora coloca que a Negação, o ato de recusar ou de defesa do ego de forma inconsciente em admitir os aspectos desagradáveis da realidade externa, seja uma dos primeiros passos para um processo psicológico que passará pela culpa, vergonha, reconhecimento e por fim a reparação, é notável a função que o Estado ocupa em reparar o mal causado e mediante suas políticas gerar mudanças nas estruturas que farão com que esses passos sejam dados de forma mais ágil.

Embora saibamos que a realidade brasileira tem dados passos largos em direção ao conservadorismo, o exemplo oferecido pelo Uruguai demonstra que existem iniciativas latino-americanas para reverter esse quadro de discriminação e estigmatização, garantindo as pessoas trans o pleno exercício de seus direitos.

Em vista de toda essa discussão passaremos a pontuar as principais áreas de políticas públicas, que incidiram diretamente no processo de elaboração desta pesquisa. Obviamente não será possível tratar de cada uma especificamente e muito menos cabe a nós a tentativa de formulá-las, o objetivo é somente apresentar como estas questões incidem na vida das pessoas

²⁷ Operação realizada em 1987 pela polícia, com o objetivo principal de prender travestis que se prostituíam nas ruas de São Paulo. Foi suspensa pouco tempo depois, após grupos de defesa LGBTI começarem a pressionar a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Segundo Cavalcanti, Barbosa & Bicalho (2018) a estimativa é de que nos poucos dias de vigência, a operação chegou a deter 300 travestis.

²⁸ Como violência estrutural, compreende-se “a violência inscrita nas próprias estruturas sociais nas quais as pessoas trans vivem, são produzidas e mantidas por ideologias de gênero, sexualidade e relações de poder que conspiram para restringir a agência. Quanto a violência institucional, refletida em políticas, leis e práticas institucionais que discriminam as pessoas transgêneras. Pode ser social, o que se reflete na rejeição e maus-tratos de pessoas trans por outros. Finalmente, ele pode se manifestar em incidentes interpessoais anti-trans e crimes de ódio direcionados especificamente para pessoas trans” (TRANSGENDER EUROPE, 2016)

que fizeram parte dessa pesquisa e a necessidade de políticas públicas para contornar essa realidade, seja para pensarmos a permanência, seja para simplesmente garantirmos dignidade.

4.2 Políticas Educacionais

Então assim sempre foi meu sonho e desde quando eu fiquei sabendo que existia uma universidade e que era um direito meu entrar em uma universidade pública, de excelência e gratuita e né construção de identidade de descoberta de possíveis verdades, quando eu descobri toda essa questão e principalmente pela questão de renda e acesso né, é um direito meu né, eu saberia que um dos motivos pra eu não, uma das sustentações pra eu não desistir desse sonho, porque é difícil né, eu sempre estudei em escola pública, aquela questão 3 anos de cursinho etc, mas o que me deu mais sustentação a isso foi o fato de estar saindo de casa. E a maioria das pessoas que chegam até na universidade, ou essa questão é mais difícil de falar, das pessoas que não se encontram. Uma pessoa trans, uma garota trans ela é expulsa de casa 12 anos, 13 anos, e o que resta a ela é a marginalidade, é a rua, é a prostituição, é enfim, a cafetinagem, todos os tipos pra ela poder sobreviver nesse espaço, de existir (WALL, 2019).

A educação superior ter sido historicamente reservada para poucos, denotou e, todavia denota que este espaço está permeado “pelo ideário das capacidades individuais, da igualdade de oportunidades e da livre concorrência” (CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 113). Esta concepção da educação fazia com que o contexto das universidades públicas fosse constituído em sua totalidade por estudantes brancos e oriundos de escolas particulares.

Este panorama passou a ser alterado em 2002 quando a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) estabeleceu uma política de ação afirmativa, a fim de inserir estudantes negros e indígenas em seus cursos de pós-graduação. Após essa primeira iniciativa realizada pela UNEB, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), adotou também ações afirmativas em nível de graduação, marcando assim, o início das ações afirmativas em nível de graduação e pós-graduação no país ao mesmo tempo (VENTURINI, 2019).

Após quase uma década de intenso debate e de avanços nessas políticas, ocorreram dois importantes eventos em 2012: a aprovação da Lei nº 12.711 pelo Congresso Nacional que criou um programa unificado de ação afirmativa aplicável a todo sistema federal de ensino superior e técnico para estudantes provenientes de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. Estes eventos vieram a consolidar as políticas de ações afirmativas em nível de graduação.

Em nível de pós-graduação, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), foi a pioneira (2002) em estabelecer essa política pública voltada a negros e indígenas na pós-graduação.

Embora ao longo da década de 2000, o acesso de negros e pardos tenha sido realizada por alguns programas de pós-graduação, foi somente a partir de 2012 que começaram a surgir mais propostas nesse nível de ingresso. Concernente a essa expansão, em 11 de maio de 2016, a Portaria Normativa nº 13 emitida pelo Ministério da Educação determinou que as instituições federais de ensino superior apresentassem propostas de inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas. Ressalta-se que contrariamente a graduação, os programas de pós-graduação detêm autonomia para definir seus critérios e processos de seleção, o que leva a diversificação na escolha das modalidades, critérios e beneficiários, como também, a possibilidade de que em uma mesma universidade existam características distintas de ações afirmativas (VENTURINI, 2018).

A evolução nas ações afirmativas em nível de graduação e pós-graduação, foi muito significativa, como apontam os dados referentes a graduação elaborados por Eurístenes, Feres Júnior e Campos (2016, p. 3-4) “em 2003 pretos representavam 5,9% dos alunos e pardos 28,3%, em 2014 esses números aumentaram para 9,8% e 37,8%, respectivamente – no agregado fomos de 34,20% de pretos e pardos no total de alunos para 47,57%”.

No entanto, quando partimos para a análise de pessoas trans e de como estas, estão inseridas no sistema educativo e vislumbrando essas políticas públicas, o mesmo avanço não ocorreu para esse grupo, que além de se configurar como um das populações mais marginalizadas e oprimidas em nossa sociedade, é ainda hoje uma fala perpassada por discriminações e ausências no ensino superior como pode-se perceber com o caso da UNILA.

A dificuldade em ter o nome social reconhecido pela instituição, mesmo com uma política nacional que garanta esse direito, a dificuldade em adentrar em espaços da própria universidade, como no caso do PTI, e a transfobia enfrentada nas salas de aulas, bem como pelos servidores da instituição, só demonstram o quanto é imprescindível a universidade elaborar políticas para a inserção e permanência dos estudantes. O caso analisado da UNILA, não deixa de ser uma realidade em outras instituições como coloca Conrado

só para você ter uma noção, a gente, a gente tem grupos né, então tem professor por exemplo da UFRJ que falou, que o exame de toque o, toque anal, tinha que ser apreendido com o tal, tal, tal aluno, porque ele era homossexual, então ele gostava então tinha que ser feita com ele, o exame físico sabe. Então acontece coisa desse tipo e essa piada passa de um para outro, então e aí você vai perguntar para as pessoas - E aí você não vai atrás do processo aí ele falou - O único processo que você tem é mudar de faculdade, pedir uma transferência, sinceramente, porque se for fazer isso, quem vai se ferrar é você. Então assim, a pessoa fica com medo de perder o curso dela. Tem uma travesti também que desistiu do curso de medicina no Rio de Janeiro, só que foi na UFF sabe, ela não quis contar o que aconteceu com ela né, a gente respeita, mas ela disse que sofreu transfobia, não aguentou o sofrimento contínuo. Ela falou que foi até um longo tempo que ela aguentou e ela mudou de faculdade (CONRADO, 2018).

Todos estes problemas e entraves já foram ressaltados no terceiro capítulo, para tanto gostaríamos de pontuar que políticas para reparar esse cenário já vem sendo implementadas. Em um levantamento prévio sobre essas ações afirmativas no país, atestamos que estas só passaram a ser reconhecidas, muito recentemente, com a iniciativa inovadora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que em 2014, garantiu cotas para pessoas trans no mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sustentável. É necessário frisar que o Ministério da Educação (MEC), ainda não havia instituído a portaria nº 13 de 11 de maio de 2016, que garante ações afirmativas na pós-graduação. Após essa medida, universidades como a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) aprovaram ações afirmativas para a pós-graduação abrangendo pessoas trans e quilombolas, levantando o debate sobre ações afirmativas para essa população, ainda inexistente no país.

É necessário frisar que após a instituição desta portaria, houve uma expressiva, mas não suficiente, iniciativa de universidades públicas federais na implementação de ações afirmativas, com a finalidade de inserção de pessoas trans. Exemplos como os citados acima na pós-graduação, todavia são inusuais, mas vem ganhando espaço. Como exemplo, são os casos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, com cerca de 41 programas de pós-graduação), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, com cerca de 30 programas de pós-graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, com 8 programas de pós-graduação), e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, com cerca de 7 programas de pós-graduação), que dispõe de alguma modalidade de ação afirmativa para a população trans em seus programas de pós-graduação.

O acesso a estes programas de pós-graduação é sem dúvida um avanço, no entanto, a pauta não se limita somente a esta modalidade de ensino. A graduação continua sendo o ponto nevrálgico, e onde as ações afirmativas caminham a passos mais lentos. Em um levantamento preliminar realizado em maio de 2019, foi possível mapear três (3) universidades federais com vagas destinadas a pessoas trans, são elas a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) pioneira na implementação no ano de 2018, Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do ABC (UFABC). Salientamos que o processo de seleção da UFSB e a UFBA não são realizados por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), e sim por editais próprios, fazendo com que somente a UFABC preencha suas vagas por meio do SISU.

Estas ações afirmativas que vêm sendo implementadas em caráter de inserção, compreendem assim como explanado anteriormente que a educação formal é uma das principais vias de mobilidade social, e a obtenção de títulos de ensino superior permitem a

ascensão social, tão necessárias para populações historicamente marginalizadas, como a população trans (RIBEIRO, 2006; MARTELETO, 2012).

Os avanços que vêm sendo implementados não estão sendo acompanhados de políticas que pensem a permanência, tais como a assistência estudantil. Diante disso, buscamos nas próximas seções ressaltar as demais áreas de políticas públicas, que devem ser tão discutidas, assim como a educação, a fim de promover a permanência e a dignidade de pessoas trans.

4.3 Políticas Trabalhistas

Eu odeio ser professora, mas ainda eu tenho que ficar quieta e falar ainda bem que eu tenho esse trabalho que foi a única coisa que me atendeu. Porque outras coisas, o que eu iria ser? Cabeleireira. Porque o que é que eles aceitam, ser prostituta e cabeleireira né, que é isso que eles querem que uma, que geralmente ocupem esses espaços, fiquem inviabilizadas (MILENA, 2019).

Odiar sua profissão, como é o caso de Milena e não ter alternativas para modificar essa realidade, ecoa em um dos inúmeros problemas que o país enfrenta quando discutimos sobre pessoas trans, a exclusão do mercado de trabalho. Ser trans condiciona a essa população a não ter opções, e essa não é somente uma discussão sobre a falta de empregos no país, é descrever como a transfobia atua diretamente, negando condições mínimas de sobrevivência.

No caso de Milena como a mesma descreve

(...) a educação foi uma linha natural da vida né, que eu tinha que fazer um vestibular e eu acabei optando pela licenciatura em matemática e quando fui ver, já tava fazendo educação, dando aula. Eu hoje em dia odeio, porque devido a demanda de quem eu era, queria fazer outras coisas e não pude ser acolhida (MILENA, 2019).

Como sabemos pelos dados disponibilizados pela ANTRA o acesso a educação para pessoas trans ainda é muito limitado, no caso de Milena ela primeiro necessitou terminar a faculdade e passar em um concurso público para assim poder assumir quem sempre foi. Quando trazemos o mercado de trabalho para este debate, estamos falando em como sem assistência estudantil ou apoio familiar essas pessoas podem permanecer na universidade, mas também quando se formarem, ou na maioria dos casos como podem optar por outro caminho que não a prostituição, por vontade própria.

Porque não existe pelo menos que seja 5% de cota para travesti ?Porque nós temos corpos supostamente pela sociedade profanados, ou seja com intervenções cirúrgicas, nós temos uma imagem um pouco mais forte, visível as transformações físicas e isso muito das vezes acaba prejudicando a travesti a adentrar ao mercado de trabalho. Quantas travestis você vê trabalhando em uma loja? Qual a profissão do homossexual em geral é professor, cabelereiro. Aparência masculina, boquinha fechada é menininho né. Aqui em Foz do Iguaçu eu conheço só a professora Milena e eu que trabalhamos na área da educação como travestis, tem a Ju Santos que

trabalha na confeitaria Maran, você pode até procurar ela no meu facebook, ai tem a Samyra que você sabe que é empresária, comerciante aqui em Foz do Iguaçu junto com o esposo dela e as demais todas se dedicam a prostituição. A realidade é nua, crua e dura (ANTONELLA, 2019).

Antonella é incisiva em se perguntar o porquê ainda não existem políticas que reparem o histórico de exclusão da população trans, como também em explicitar a atividade profissional das demais trans da cidade. O relato demonstra como o mercado de trabalho exclui e faz com que grande maioria se concentre na prostituição.

Sendo assim, gostaríamos de ressaltar que se adentrar no espaço universitário já não é uma tarefa fácil, para pessoas trans permanecer é ainda mais complicado, visto que a ausência de apoio familiar, na grande maioria dos casos, faz com que a assistência estudantil seja a única alternativa de poderem continuar neste espaço. Logo, o que acontece quando este é interrompido ou pior, o Estado passa a reduzir os gastos com a educação?

Wall relata como é contar unicamente com a assistência estudantil

Eu recebo auxílio, mas o auxílio é falho, me pesa dizer isso porque eu tenho amigas travestis, tenho amigas bichas, tenho amigas que evadiram, foram expulsas porque só tinham um auxílio e não conseguiram o outro por conta de burocracia sabe, e por isso que me pesa falar que é falho, até porque eu recebo R\$600,00 os dois auxílios, mas é um direito, enfim mas é impossível viver com R\$ 600,00 é malabarismo. Eu já fiz esse malabarismo por muito tempo, ai ingressei em projetos de extensão que já dá uma ajuda, mas também eu não recebo ajuda da minha família, às vezes, às vezes até mesmo porque não tem muito o que fazer né, porque eu venho de uma família pobre, humilde, então é se virando né (WALL, 2019).

O malabarismo mesmo contando com os auxílios fizeram com que ela tivesse que realizar outras atividades a fim de poder se manter. As alternativas se voltam em buscar um trabalho, mas que trabalho quando o mercado as exclui? No caso da Wall, o contrabando e a prostituição foram as únicas alternativas encontradas a fim de poder continuar mantendo o tão sonhado diploma do ensino superior.

Contrabando, passa cota, várias pessoas fazem, pessoas que necessitam, varia senhoras que tem três netos e os pais são drogados e que não fazem nada pra trazer dinheiro pra casa, então são elas que tem que passar uma mercadoria dentro de uma Van, falando que é seu pra ganhar R\$ 20,00, você atravessa a ponte, você sai do Paraguai de uma loja e vai pra uma van com a mercadoria falando que é sua, atravessa a ponte, passa pela fiscalização, passou a ponte ele te larga ali se você quiser mais você atravessa a pé, sobe no carro atravessa, eu cheguei a fazer isso 5 vezes em uma manhã sabe. As vezes R\$20,00 é o que você consegue por sorte, teve uma época que tava pagando R\$10,00 e teve uma época que tava pagando R\$15,00 ou seja né...Prostituição também, foi uma das coisas que eu tive que recorrer, mas também agradeço por não mais necessitar da prostituição, porque uma coisa é fazer por querer, porque eu já fiz por querer, desde da minha infância era uma coisa que eu queria explorar em relação a liberdade ou que eu acreditava ser liberdade, fazer por querer ok, mas fazer por necessidade é saber muito bem que cada grão desse feijão que você comeu de onde ele veio (WALL, 2019).

No caso de Gabe o primeiro semestre na instituição, já estava envolto na preocupação de como poderia se manter sem os auxílios. A falta de apoio familiar e a desistência de um curso anteriormente fazem com que desistir não seja uma opção, o que só torna o espaço universitário mais opressor do que já é, como relata:

E aí eu chego aqui e dizem – A se você reprovar por falta você vai perder a bolsa que você conseguiu, sendo que eu avisei pra eles que eu teria que faltar, que eu fui selecionado muito em cima da hora pra eu conseguir passagem pra tão logo e agora eu tenho risco de perder a bolsa, por causa disso. Porque eles me asseguraram de uma coisa e eu quando chego aqui não vai ser bem assim. (...) porque eu consegui as bolsas, porque de fato eu estou completamente sozinho aqui. Então eu consegui todas as bolsas, agora eu estou até com um pouco de medo pelo tempo que eu tive que faltar, porque eu ainda estava em Salvador. E aí se você perde por falta, você perde as bolsas. Então eu ainda tenho que conversar sobre isso, mas eu me mantenho ainda aqui por bolsa (GABE, 2018).

Fica evidente com estes relatos que discutir políticas públicas para permanência de pessoas trans seja imprescindível no ambiente universitário. Ao passo que a permanência precisa ser melhorada, as políticas para inserção no mercado de trabalho também são fundamentais, uma vez que ao sair da universidade é esse lugar hostil que irão se deparar.

Essa realidade pode ser confrontada com políticas públicas que visem reparar a discriminação e a estigmatização que elas sofrem no mercado de trabalho, infelizmente as que dispomos como o “Programa Brasil, Gênero e Raça” e “Brasil sem Homofobia”, não contam com ações efetivas para combate a discriminação que garantam postos ou ao menos incentivos para a inserção.

As únicas ações que partem para a alteração dessa realidade, partem da iniciativa da própria população trans, como o Transempregos, que buscam inserir estas no mercado formal, promovendo formação e parcerias com empresas. Adorariamos que essa ação fosse suficiente para conter a transfobia que esse espaço possui, no entanto assim como o racismo não pode ser superado pelas próprias medidas da população negra, de mesma maneira as cifras da transfobia não se alteraram se o Estado não implementar políticas efetivas de reparação.

Políticas trabalhistas são imprescindíveis para que pessoas trans não tenham que ouvir, assim como Alessandra, que reivindicar sua identidade, pode afastar qualquer possibilidade de realizar seus sonhos profissionais ou até mesmo de conseguir um emprego, “Ai ela falou, quando você fazer 18, você pode fazer, porque ela ainda pensa, ela já chegou a falar pra mim que quando eu arranjar um emprego eu vou me vestir de homem”.

4.4 Políticas para a Saúde

(...) depois disso eu comecei a tomar hormônio por conta própria, também não tive apoio nenhum da faculdade e nem da saúde pública de Foz. Tomei por um ano, parei um pouco, tomei mais um ano, comecei a sentir que eu estava ficando com alguns problemas tipo perna muito inchada, acumulando líquido, com muitas dores nas pernas também e daí eu parei de tomar e assim não tem com quem contar na verdade, não tinha a quem socorrer ali dentro sabe (NOAH, 2018).

Discutir permanência assim como nos demais tópicos, não se restringe a pensarmos somente em questões pontuais da universidade, a saúde dos estudantes também é essencial para que estes possam concluir a graduação. No caso de Noah, a hormonização realizada por conta própria, reflete o que ocorre na maioria dos casos de pessoas trans, como Lima e Cruz (2016) descrevem,

A questão da hormonização tem sido um dos nós críticos vivenciados pelos/ as transexuais quando acessam e começam um processo de cuidado em saúde em algum serviço especializado onde é possível perceber a falta de regulamentação e cuidado com a prescrição, o uso de hormônios e seu acompanhamento (LIMA; CRUZ, 2016).

Assim como Noah, Renata recorreu a hormonização amparada de profissionais de saúde, mas foi impedida pela escassez de serviços, de profissionais que dominem as especificidades, bem como do preconceito arraigado nos profissionais de saúde,

Em relação a saúde, ixii, tem muita coisa pra evoluir ainda, uma questão em relação a essa parte de transexualização lá, da sua transição que você precisa fazer a transição hormonal essas questões assim, no tempo que eu procurei tratamento com o endocrinologista a doutora não foi nem um pouco acessível, eu não senti que ela tivesse conhecimento da causa sabe e acho que ela nem fez questão de se especializar ou fazer um curso, algo do tipo pra saber lidar com essa questão (RENATA, 2019).

A carência em se promover uma atenção integral a saúde de pessoas trans é uma realidade na grande maioria das cidades brasileiras, que esbarra não somente na falta de profissionais, mas também na ausência de políticas que incentivem o aperfeiçoamento na área.

Embora as políticas para a saúde de pessoas trans, seja uma das agendas de políticas públicas mais avançadas nas últimas décadas no país para esta população, tais como destacam Monteiro, Brigeiro e Barbosa (2019),

formulação do Plano Nacional de Combate à Violência e à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, de 2004, que prevê ações de promoção de direitos, cooperação internacional, segurança, educação, saúde e trabalho; a Carta dos Direitos de Usuários da Saúde, de 2006, que explicita o direito da pessoa ser identificada no SUS pelo nome que preferir; o Plano de Enfrentamento da Aids entre Gays, HSH e Travestis, de 2007; as regulamentações de 2008 e 2013 acerca do processo transexualizador no âmbito do SUS, que englobam a cirurgia de redesignação sexual, a assistência e o cuidado de transexuais; e a Política Nacional de Saúde Integral para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais, de 2010 (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019, p. 1-2).

Todos estes avanços esbarram no subfinanciamento do SUS e na resistência de setores conservadores, que fazem com que estas políticas não sejam efetivamente cumpridas. No caso da cidade de Foz do Iguaçu, cidade localizada no interior do estado do Paraná, esta situação se agrava com a falta de profissionais. No caso de Conrado a busca pelo tratamento adequado o levou a viajar até Belo Horizonte, onde o estado conta com políticas que oferecem um ambulatório de atenção especializada para pessoas trans.

Acabei conhecendo um trans de BH, que lá ele sabia como arrumar o tratamento, que aqui em Foz eu não ia conseguir, eu já sabia. Ele acabou me conseguindo tratamento lá e aí eu fui para lá me tratar, tem o ambulatório lá que é dos SUS né, só para transexuais e travestis e foi assim, revolucionou a minha vida, meu modo de enxergar o mundo. Porque eu cheguei lá e foi um tratamento totalmente diferente, o porteiro já veio falou – Ah é o Conrado, porque você liga lá, já dá seu nome, tudo né, é o Conrado e tal, aí ele já me leva, me acompanhou para a assistente social, que foi coletou a minha história e tudo né, fui conversei com o endócrino já no mesmo dia e foi fantástico, porque do princípio ao fim eu era o Conrado. Do princípio ao fim eles me trataram com respeito, respeitando pré-nome, nome e assim foi demais, porque eu nunca fui tão bem tratado né (CONRADO, 2018).

Ademais da falta de atendimento especializado, a transfobia por parte dos funcionários da área da saúde com a população é destacada pelo desrespeito e deslegitimação, como mencionam Conrado, Kathy e Antonella

Por que no postinho quando eu tava na primeira vez, eu também tive problema no SUS, eles tem duas maneiras de confeccionar o cartão, com o nome social só, e com nome social e de registro. Infelizmente quando eu fui lá e falei não, eu quero assim, assim e assado, dei a lei para ela, imprimir, mandei ela ler, ela nem quis ver ,a recepcionista, aí ela acabou e aí disse, não tá bom vou fazer do jeito que você quer, Beleza. Chegou lá e a minha surpresa, não era, ela fez o outro. Aí eu fui lá falei assim – Moça, eu fui na outra atendente dessa vez na recepção de outro horário que eu já nem queria encontrar mais com ela. Aí foi assim - Ó tem como você mudar o meu cartão aqui fazendo favor, porque eu tenho esse direito e eu quero que o meu cartão seja confeccionado assim, se eu sair daqui sem esse cartão eu vou falar com a gerência e se a gerência não quiser falar comigo, eu não sei, eu vou na Secretaria da Saúde. Aí ela falou não, não, não eu vou fazer, tem como sim, empresta aqui a coisa que eu vou olhar, porque tem que estar passo a passo na lei sabe (CONRADO, 2018).

(...) porque pra nós trans a questão do nome social, que é importante pra gente, muitos lugares assim da saúde não respeitam isso, eles parecessem que tem o prazer de nos desmerecer na frente das outras pessoas (KATHY, 2019).

Aqui em Foz do Iguaçu, nós temos um sério problema com a saúde né, pra quem é usuário do SUS, o nome social é uma briga, toda vez que nós vamos a um posto de saúde, a UPA, precisa estar se ressaltando a questão do nome social e muita das vezes a gente percebe que é por maldade dos funcionários, negando o direito que foi sancionado pela Dilma Rouseff do uso do nome social e departamentos públicos, sejam eles escolas ou unidades de saúde (ANTONELLA, 2019).

Todos estes relatos salientam que mesmo a área da saúde com as políticas públicas mais avançadas, segue sendo transfóbica. A importância do amparo por estes profissionais faz toda a diferença quando pensamos na permanência nas universidades, como ocorreu com

Conrado, que a fim de superar um momento conturbado, contou com a atenção do psicólogo da universidade, como coloca “o psicólogo da UNILA foi importante para mim nesse processo de autoconfiança, de me entender né”.

Sendo assim, quando pensamos nesta temática, cabe também as universidades pensar em como promover em conjunto com seus profissionais da saúde o acolhimento aos estudantes, uma vez que vulnerabilidade que pessoas trans enfrentam no campo da saúde exige que medidas sejam tomadas, a fim de garantir atenção integral em saúde e acesso a serviços livres da discriminação a fim de combater a desigualdade no cuidado em saúde (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

4.5 Políticas Espaciais

“ (...) no fundo que a gente realmente deseja é estar incluída dentro da sociedade da mesma maneira que as pessoas têm o direito de ir e vir, a gente também quer esse direito” (EMANUELLY, 2019).

Quando discutimos território é sobre isso que nos atemos, caso não tenha ficado evidente no segundo capítulo, existe uma urbanidade definida para pessoas trans e os espaços aos quais elas estão “autorizadas” a utilizar. Sendo assim, discutir políticas espaciais é necessariamente discutir como a cidade interage e como ela acolhe pessoas longe da lógica do sistema. O fato da cidade não ser um espaço de realização de direitos dessa população e sim um local que as discrimina, implica que a cidadania não está sendo plenamente exercida e para isso é necessário se pensar em políticas que viabilizem essa inclusão.

A cidade não incluir, corresponde que suas instituições também não incluirão porque sua lógica está assim articulada e a maior comprovação disso é o fato da Casa de Malhú, como foi apresentado, se responsabilizar por ações que deveriam ser da atenção do poder público. Não contar com espaços de lazer onde se sintam seguras e acolhidas, bem como nos serviços como transporte e saúde, impactam no direito de ir e vir que Emanuelly exprimiu.

No caso de Foz a revogação da lei municipal sobre homofobia, demonstrou que esta não tem interesse em garantir o direito de ir e vir sem medo da população LGBTI o que só faz agravar os casos de preconceito e estigmas experienciados na cidade, como Antonella vivenciou “eu já passei por algumas situações de preconceito dentro da prefeitura como funcionária pública de não respeitarem o direito do uso do nome social que estão indo contra a constituição e eles imprimiram o meu crachá com o nome masculino”.

Portanto assim como pode ser observado, a discussão por políticas públicas é componente essencial para a promoção de igualdade, uma vez que as leis deixam de ser somente um princípio jurídico e passam a ser reais compromissos do Estado. Infelizmente para que os direitos a educação, ao trabalho, a saúde, e a cidade de pessoas trans, sejam cumpridos pelo poder público, a política pública é indispensável, a fim de reparar toda uma história de silenciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora uma onda de democratização do ensino tenha se instaurado no Brasil, por meio de ações afirmativas que ampliaram o acesso de alunos de escolas públicas, de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, o mesmo avanço não ocorreu para pessoas trans. Em vista disso, a presente dissertação, visou discutir a necessidade de políticas públicas para inserção e permanência de pessoas trans, por meio do estudo de caso da UNILA. Apresentamos por meio das entrevistas realizadas com estudantes e a comunidade, como mesmo universidades com projetos educativos com parâmetros inclusivos, seguem sendo um desafio para o ingresso, bem como para a permanência de pessoas trans.

Para essa discussão foi imprescindível os relatos dos estudantes e da comunidade trans de Foz do Iguaçu, bem como o acesso aos dados da universidade, a fim de se conhecer quantos estudantes trans a instituição contava, quais os cursos e como estava o vínculo institucional (ativo, trancado ou cancelado). O referencial teórico também contribuiu muito para pensarmos como historicamente esta população esteve esquecida das discussões sobre educação, bem como de políticas públicas para a garantia dos direitos a saúde, a cidade, ao trabalho e igualmente a educação. Dito de outro modo, autores como Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Viviane Vergueiro (2016), Davis (2016), Akotirene (2019), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), Kilomba (2019), Luma Nogueira Andrade (2012), Santos (2017), Aruzza (2015), entre outros, foram de suma importância na construção dessa pesquisa.

Diante da conjugação de dados empíricos e teoria, pudemos averiguar nesse trabalho que a universidade necessita repensar algumas de suas práticas e em vista disso destacamos as principais dificuldades averiguadas nesse percurso, bem como, procederes que colaborariam para que a instituição de fato integrasse essa população.

Em relação à transfobia enfrentada nas salas de aula, como também nos serviços oferecidos pela universidade, é essencial e urgente à sensibilização de professores e técnicos, a fim de que saibam diferenciar a piada e a violência. Acreditamos que desnaturalizar as práticas lgbtfóbicas, racistas e machistas são indispensáveis para que o ambiente acadêmico de fato possa integrar a todos, e isso só é possível com a preparação do quadro de funcionários.

Com respeito à dificuldade de inserção do nome social, mesmo com uma política nacional que garanta esse direito, é imperativo que o procedimento seja implementado com maior eficiência, rapidez e de forma integrada, para que os estudantes não necessitem passar

por sucessivos processos para que tenham seus nomes assegurados nos mais diferentes canais da instituição.

E por fim, a dificuldade em adentrar em espaços da própria universidade, como o PTI. É completamente insensível e contraditório estar em um ambiente militarizado que violenta seus estudantes, principalmente quando seu objetivo como instituição é integrar. O espaço ocupado é dessa forma, desconexo com a proposta, uma vez que em dez anos de universidade (mesmo com todos os problemas referentes ao campus), não tenha sido possível flexibilizar as normativas quanto ao nome social, em um local que está sendo alugado pela instituição.

Posto isto, entendemos parafraseando Santos (2010) que não são transexuais e travestis que abandonam a universidade, mas a universidade é que as/os abandonam. O processo de expulsão acontece cotidianamente em todos os espaços e processos da universidade, sejam eles na negação dos espaços, como ocorre no PTI, seja pela recusa ou demora na implementação do nome social, seja ao acesso a oportunidades, como projetos de iniciação científica, extensão, bem como na recusa de orientação em temas pontuais, em seus trabalhos de conclusão de curso. É preciso compreender que a transfobia não está somente expressa na recusa ou na dificuldade de acesso ao nome social, mas em todas essas ações mencionadas que se recusam a conviver com pessoas trans. Por isso, medidas tais como as apresentadas, seriam estratégias para que a universidade fortalecesse seu vínculo com a comunidade trans.

A história da educação no Brasil, bem como da América Latina sempre foi pensada para uma elite (branca, hétero, cisgênera e patriarcal) e que se bem Bourdieu e Passeron (1992) tenham retratado esta como um sistema hierarquizante para reprodução das elites, a colonização também necessita ser incorporada nesta discussão, uma vez que está contribuiu muito para que estes sistemas de normas, leis e valores morais se insturassem e que, todavia continuam se perpetuando. No caso da UNILA, por mais que o ponto nevrálgico do projeto seja baseado na interculturalidade, reconhecendo as culturas e lutas históricas, esta não é suficiente para frear esse sistema excludente. Sendo assim, somente quando uma abordagem decolonial pautada na construção de outros modos de viver, de poder e de saber sejam inseridas pela instituição, que está poderá se afastar dos velhos esquemas excludentes que o sistema de educação federal segue perpetuando, como as práticas transfóbicas.

Estes fatores históricos ligados à educação, somados a condição que pessoas trans vivenciam, deveriam ser premissas mais do que necessárias para que o debate sobre políticas públicas de ação afirmativa acontecesse, no entanto somente muito recentemente essas ações podem ser vislumbradas, como por exemplo, a implementada pelo Programa de Pós-

graduação de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Com respeito a isso gostaríamos de salientar que quando este projeto foi formulado, somente o programa de pós-graduação da UFPR havia instituído ações afirmativas para pessoas trans, e agora ao findarmos esta pesquisa, temos a satisfação de saber que ao menos 12 universidades federais, já contam com alguma modalidade de ação afirmativa instaurada em seus programas de pós-graduação.

A invisibilidade e marginalização da população trans está escrita nos corpos e nas vidas dessas pessoas, acreditamos que todo esse processo de desumanização, só pode ser alterado quando for garantido a essa população, o acesso e a permanência em universidades públicas. As recentes medidas garantindo esse espaço na graduação e na pós-graduação ainda são inusuais e sofrem diariamente com os ataques causados pela desinformação sobre a temática, como o ocorrido na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Em vista disso, pretendemos continuar dando visibilidade para esta questão, esclarecendo como a agenda dessas ações afirmativas foram formadas, formuladas e implementadas e quais são os seus reflexos para o ingresso de pessoas trans nesse espaço, e como elas promovem uma universidade mais inclusiva para todos.

Ressaltamos que a ausência dessa população na agenda política e a omissão do Estado, causaram graves consequências como pode ser observado nas cifras apresentadas ao longo deste trabalho. Acreditamos assim, que a presença de um retrato sobre as ações afirmativas em nível de país sobre pessoas trans, esclareça não só a necessidade dessas políticas, mas também contribuam para a literatura na área.

Ademais dessas considerações queremos colocar que esta pesquisa será retornada para todos que dela participaram, para que esta não integre o ciclo de pesquisas que não devolvem a comunidade, as suas contribuições.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRA. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 19 mar. 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANDERSON, J. E. **Public policymaking : an introduction**. 3rd ed. ed. Boston: Houghton Mifflin, 1984.

ANDRADE, Luma Nogueira. Travestis na escola Assujeitamento e resistência à ordem normativa. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2012.

ANTONELLA. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 17 abr. 2019.

ARAÚJO, Danielle. Nos caminhos da integração e da interculturalidade: os desafios da UNILA. **Revista Sures**, n. 3, 2013.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O Direito à Cidade em uma Perspectiva Travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 133-153, 2018.

ARUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015. disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

ASTARITA, Rolando. “Globalización: mundialización del capital”, em: ASTARITA, Rolando, **Valor, mercado mundial y globalización**. Buenos Aires, Kaicrón, pp. 201-234, 2006.

BARTH, F. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: LASK, Tomke (Org.). O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2000.

BENEDETTI, Marcos. Toda feita – o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

BENSAID, Daniel. Marx l'intempestif: grandeurs et misères d'une aventure critique. **XIXe-XXe siècles**. Paris: Fayard, 1995.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo** – sexualidade e gênero na experiência transexual, Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **DOSSIÊ: ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2018**. Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2019. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 de Dezembro de 2018

BRASIL. PLATAFORMA DE GESTÃO DE INDICADORES. (Org.). **Política Externa**. Brasília, 201-. 60 p. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/dadosgov/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE (2004) Carta Mundial do Direito à Cidade. Fórum Social das Américas, Quito, Julho 2004 e Fórum Mundial Urbano, Barcelona, Outubro 2004. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=12>. Acesso em: 13 dez. 2019.

CARRARA, Sérgio e VIANA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro”. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006.

CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.

CARVALHO, Francione Oliveira. Fronteiras instáveis: inautenticidade intercultural na escola de Foz do Iguaçu. **Tese** (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Mario Felipe Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 319-351, 2013.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs). **Políticas educacionais: o ensino nacional em questão**. Papirus Editora, 2003.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). . **Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos**. Santiago: Nações Unidas, 2017. 189 p. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42654/1/S1701063_es.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA. **A UNILA em construção**: um projeto universitário para a América Latina. IMEA: 2009.

CONRADO. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 21 nov. 2018.

CORAZZA, Gentil. A Unila e a integração latino-americana. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 3, p. 79-88, jul./set. 2010

CORREA, Ricardo Antonio; GODOY, Amália Maria Goldberg. Políticas públicas e turismo sustentável em Foz do Iguaçu. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 115, p. 149-172, 2008.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p. 119-134, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Conferência realizada na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales. São Luiz, 13 dez. 1997. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>> . Acesso em 03 jul. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DUQUE, Thiago. Montagens e desmontagens – desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes, São Paulo, Annablume, 2011.

DUQUE, Thiago et al. Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. 2013.

EURÍSTENES, Poema; FERES JÚNIOR, João & CAMPOS, Luiz Augusto. Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2015). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, dezembro, 2016.

ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: **AMGH**, 2010.

FAGUNDES, Luã Matthaeus Rover; ZDRADK, Rosa Maria; CAMPO, Alexis Sánchez del. **A relevância dos auxílios estudantis no processo de permanência de alunos estrangeiros na UNILA**. 2019. Elaborada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/prae/arquivos/a-relevancia-dos-auxilios-estudantis-no-processo-de-permanencia-de-alunos-estrangeiros-na-unila.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado Capitalista**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FERES JUNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; NATANSOHN, Leonor Graciela. Objetos de aparecer e de desaparecer de Anastacia: diálogos sobre passabilidade trans* e o direito ao manejo dos próprios dados on-line a partir de um estudo de caso. **Cadernos de Comunicação**, v. 23, n. 1, 2019.

FLICK, L. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORENTINO, Cristina de Oliveira, Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher: etnografia sobre travestis em Porto Alegre, **dissertação de mestrado**, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>> Acesso em: 05 set. 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GABE. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 28 jun. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: SANTOS, Sales (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Coleção Educação para Todos. Brasília: SECAD, 2005.

GOMES, Nilma Lino. (org.) **Práticas pedagógica de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. . Coleção Educação para todos. Ministério da Educação. Brasília, 2012.

GUSTAFSON, J. Transexualidade e Educação Convivem no Mesmo Espaço. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=132591>>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HANNERZ, U. Fronteras. In: **Educación Superior y Sociedad**, vol. 15, n.2. Caracas: UNESCO-IESALC, 2000.

HARVEY, David. In: **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo:Carta Maior, 2013.

HARTSHORNE, Richard. **Fronteiras geográficas e políticas na Alta Silésia**. Anais da Associação de Geógrafos Americanos , v. 23, n. 4, p. 195-228, 1933.

IMEA, Instituto Mercosul de Estudos Avançados; UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, Comissão de Implantação. **A UNILA em Construção**: um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu: Instituto Mercosul de Estudos Avançados, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS - INDEC, INADI. Primera Encuesta sobre Población Trans 2012: Travestis, Transexuales, Transgéneros y Hombres Trans. Informe Técnico de la Prueba Piloto. Municipio de la Matanza, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS, INDEC. Nuevas realidades, nuevas demandas : desafíos para la medición de la identidad de género en el Censo de Población. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2019.

JAMES, S. E., HERMAN, J. L., RANKIN, S., KEISLING, M., Mottet, L., & Anafi, M. Resumen Ejecutivo del Informe sobre el 2015 U.S. Transgender Survey. Washington, DC: National Center for Transgender Equality. 2016. Disponível em <<https://transequality.org/sites/default/files/docs/usts/USTS-Executive-Summary%28SP%29-Dec17.pdf>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2018

JAYME, Juliana Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. **Tese de doutorado** em Antropologia, Campinas, Unicamp, 2001.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. **Brasília: Autor**, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **universitas humanística**, v. 78, n. 78, 2014.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'État en action: politiques publiques et corporatismes**. FeniXX, 1987.

KAAS, Hailey. O que é cissexismo. [s.l], 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KATHY. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 12 jun. 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Rio de Janeiro: Cobogó**, 2019.

KOYAMA, Emi. The transfeminist manifesto. **Catching a wave: Reclaiming feminism for the 21st century**, p. 244-259, 2001.

KULICK, Don. **Travesti** – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LANGNESS, Lewis L.; FRANK, Geyla. **Lives: an anthropological approach to biography**. Novato, California: Chandler & Sharp Publishers, Inc., 1991. 221 p. Disponível em: <https://archive.org/details/livesanthropolog00lang/page/154>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEITE JR. JORGE. **Nossos corpos também mudam** – a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico, São Paulo, Annablume. 2011

LÉO. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 18 abr. 2019.

LEÓN, Magdalena; HOLGUÍN, Jimena; DÍAZ-ROMERO, Pamela. **Acción Afirmativa: Hacia Democracias Inclusivas**. Santiago: Funny, 2005. 272 p. Publicado por Fundación Equitas. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/40092/1/95684400210.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LIMA, Aline Soares. Quem sou eu: autorrepresentações de travestis no orkut, **dissertação de mestrado em Cultura Visual**, Goiânia, UFG, 2009.

LIMA, Fátima; CRUZ, Kathleen Tereza da. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. **Sexualidad, Salud y Sociedad** -: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 23, p.162-186, ago. 2016.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: Edição do autor, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LÓPEZ, Lino T. Borroto. Globalización asimétrica y educación en América Latina. In: **América Latina, una y diversa: teorías y métodos para su análisis**. Op.cit. p.127.

LUGONES, María. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. **Pensando los feminismos en Bolivia**, p. 129-140, 2012.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1960].

MACHADO, Bárbara Araújo. **Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos**. IN: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx)(org). Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, p. 1867-1917, 2017.

MACHADO, Heriberto Ivan; FAGNANI, José Paulo. **Foz Do Iguaçu 100 Anos**. Curitiba. Natugraf, 2014

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antigüidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Coord.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 23-46.

MARTELETO, Leticia J. Educational inequality by race in Brazil, 1982–2007: structural changes and shifts in racial classification. **Demography**, v. 49, n. 1, p. 337-358, 2012.

MARTINS, José Ricardo. UNILA: uma Universidade Federal Brasileira para América Latina. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 7, 2010.

MARTINS, Lavinia; RUSCHMANN, Doria. **Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu – PR**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Rio Grande do Sul. Anais..., Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jul. 2010.

MATTOS, Marcelo Bardaró. Ainda o sujeito histórico ou outros sujeitos? Notas introdutórias para o debate da esquerda socialista no Brasil. Blog Junho, 15 abr. 2017. Disponível em:<<http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introdutorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/>> . Acesso em: 10 dez. 2018.

MEKSENAS, P. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 5-10, 2008.

MELO, Jose Wilson Rodrigues de. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ATENDIMENTO À DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: o caso**

brasileiro. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017.

MILENA. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 18 mai. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: n.9, v. 3, pp. 239-262, 1993.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da "miséria"**: Particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251175/1/Minto_LaloWatanabe_D.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MIRANDA, Davi. A cidade dos invisíveis: a transfobia como um instrumento de segregação social e urbana. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 331-347, 2018.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. IN: **Cadernos Pagu**, n.28, Campinas: UNICAMP, Jun/Jul 2017. P.101-128. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018

MOIRA, Amara . **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo. 2016.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000400201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

MOURA, Rosa. Fronteiras invisíveis: o território e seus limites. **Revista Território**, LAGET/UFRJ, a V, n. 9, p. 85-101, 2000.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Cidades trans**: uma etnografia multi-situada nas fronteiras da antropologia urbana. Anais, 2016.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transitividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM. R@U: **Revista de Antropologia da UFSCAR**, n. 11 (1), jan/jun, 2019.

NARDI, Henrique Caetano et al. O "Armário" da universidade:: O silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vigência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero.. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p.179-200, jul. 2013.

NOAH. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 15 jul. 2018.

NOGUEIRA, Luma. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa/ Luma Nogueira ; editora Léa Carvalho. – 1. Ed. – Rio de Janeiro : Metanoia, 2015.

NORONHA, Olinda Maria. **História da educação**: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro. Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. 2010.

OLIVEIRA, Marcelo. **O lugar do travesti em desterro**. PPGAS/UFSC, 1997.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. **Tese (Doutorado)** –Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2017.

OLIVEIRA, Nara Regina Olmedo de et al. Foz do Iguaçu intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade. 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, Tibério Lima. **Travestis e o direito à cidade: sujeitos transgressores em uma sociabilidade perversa**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013.

OLIVEIRA, T; NASCIMENTO, S. O (Outro) Lugar do Desejo: Notas iniciais sobre sexualidades, cidade e diferença na Tríplice Fronteira Amazônica. Amazônica: **Revista de Antropologia**, 8, 1, 2016, p. 118-141.

PANAMBÍ, Associação de Travestis, Transexuales y Trangéneros. Informe 2017: Situación de violencia hacia el colectivo Trans. Assunción, 1 ed, Janeiro, 2018.

PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU. . **História**. Disponível em: <<https://www.pti.org.br/pt-br/sobre-o-pti>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Universidade e desenvolvimento econômico local: o caso da UNILA. **Universidades**, n. 57, p. 59-63, 2013.

PELÚCIO, Larissa Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25: 217-248, 2005.

PERROT, Michele(org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Denise Bottman; Bernardo Joffily. São paulo: Companhia das Letras, 1991.

PIRANI, Denise. 1997 Quands les lumières de la ville s'éteignent: minorités et clandestinités à Paris, Le cas des travestis. Paris, tese, Ehess, 1997.

POLON, Luana Caroline Kunast. O “Território Turístico” Na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 2, p. 179-189.

POULANTZAS, N. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRECIADO, Paul B. Un apartamento en urano: Crónicas del cruce. Barcelona: Anagrama, 2019. 309 p.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World. **International social science journal**, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

RENATA. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 3 jun. 2019.

REVISTA VEJA - AZEVEDO, Reinaldo. **A universidade do Fórum de São Paulo**. 2007. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-universidade-do-forum-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

REVISTA ÉPOCA (Ed.). **Educação em Ruínas**. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/06/capas-de-epoca.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

RICOBOM, Gisele. UNILA: a contribuição do ensino para a integração da América Latina. **Ideação**, v. 12, n. 1, p. 67-78, 2010.

ROSEIRA, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. 2006.

SADER, Emir. “Presentación.” Em *La Educación más allá del capital*, por István Mészáros, 121. Buenos Aires: Siglo XXI. 2001.

SAFFIOTTI, Heleith. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2004.

SANTOS, Dayana Brunetto C. Cartografia as da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2010.

SANTOS, Janaína Jácome dos et al. Políticas públicas: ações afirmativas para a população negra. Uberlândia. 1980/2016. 2017.

SAUERBRONN, Fernanda; AYRES, Rosangela; LOURENÇO, Rosenery. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: Uma proposta de agenda de pesquisa em Contabilidade no Brasil. **XL Encontro da Anpad**, 2016.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia Histórico-Crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p.25-46, dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. História da História da Educação no Brasil: Um Balanço Prévio e Necessário. **Ecos: Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. , p.147-167, jul. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/715/71509907.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SENKEVICS, Adriano. **As políticas neoliberais na Educação**: um panorama geral. 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/08/09/as-politicas-neoliberais-na-educacao-um-panorama-geral/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; DE MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. DP&A Editora, 2000.

SIERRA, Jamil Cabral. Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: O governo da diversidade sexual e o desejo de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SIERRA, Jamil Cabral; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.35-51, jan. 2014. Editora UFPR.

SILVA, Alessandro Soares. Por um lugar ao sol: construindo a memória política da homossexualidade. **Revista Bogoas**, Rio Grande do Norte, no 8, 2012. págs. 77-102.

SILVA, Hélio. Travesti – a invenção do feminino. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ISER, 1993.

SILVA, Hélio. Certas cariocas – travestis e vida de rua no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

SILVA, Hélio. Travestis – entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SIQUEIRA, Monica Soares. Arrasando horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas, Florianópolis, **tese**, UFSC, 2009.

SOUZA, C. Políticas públicas_uma revisão da literatura_SOUZA, Celina. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006

TEIXEIRA, Flávia. “**Juízo e sorte**: enrendando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras na Itália”. In Piscitelli, A.; Assis, G. & Olivar, J. (orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas, Coleção Encontros, Pagu/Unicamp, 2011.

TRANSFEMINISMO (Org.). **TRANS* COMO TERMO GUARDA-CHUVA**. 2013. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

TRANSGENDER EUROPE. ProTrans Project: documenting violence against trans people in Eastern Europe and Central Asia. 2016. Disponível em: <<https://tgeu.org/pro-trans/>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Resolução CONSUN nº 11** de 19 de Agosto de 2016. Foz do Iguaçu: UNILA, 19 ago. 2016. Disponível em: . Acessado em: 12 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. . **RESOLUÇÃO Nº 013 /2009-CONSU**. 2009. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/consu/files/2011/07/Resolu%c3%a7%c3%a3o-013-09-Travestis-e-Transexuais.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VASCONCELOS, Teresa Maria. **Aonde pensas tu que vais?** Porto: Porto Editora, 2016. 176 p.

VASCONCELLOS, Luciana Teixeira de. Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho. 2014. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0409.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas na pós-graduação: uma análise dos programas de inclusão em universidades públicas brasileiras. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.119-153, set. 2018.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política)– Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. 2015. Tese de Doutorado. **Dissertação** (Mestrado)-Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. cadernos pagu, n. 51, 2017.

XAYENNE. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 9 mai. 2019.

WALL. Entrevista concedida a Karen Susan Silva Pitinga da Rosa. Entrevista realizada presencialmente na cidade de Foz do Iguaçu, PR, 9 jul. 2019.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. *European journal of women's studies*, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.